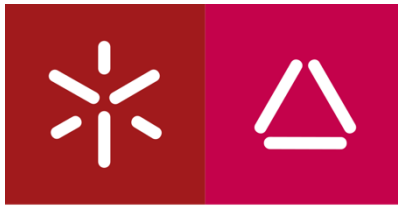




Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Filipa Rodrigues Dias Ferreira dos Santos

'Entre a Terra e o Mar': uma etnografia visual da cultura do sargaço na comunidade piscatória de Angeiras, Matosinhos



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Filipa Rodrigues Dias Ferreira dos Santos

'Entre a Terra e o Mar': uma etnografia visual da cultura do sargaço na comunidade piscatória de Angeiras, Matosinhos

Dissertação de Mestrado

Património Cultural

Trabalho efetuado sob a orientação dos Professores

Professor Doutor Bruno Tiago de Jesus Madeira

Professora Doutora Maria Fátima Cunha Moura Ferreira

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



**Atribuição
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

30/10/2022

Filipa Rodrigues Dias Ferreira dos Santos
(Filipa Rodrigues Dias Ferreira dos Santos)

Agradecimentos

Esta investigação, apesar de elaborada a título pessoal, jamais seria possível de concretizar sem o contributo de todos aqueles que gentilmente a apoiaram.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, pelo que fizeram de mim e por tudo o que sempre tive, mesmo quando não mo podiam dar. Devo-vos, sempre, tudo o que vou conquistando.

Logo de seguida, agradeço a todos os membros da comunidade piscatória de Angeiras, homens e mulheres que, prontamente, se disponibilizaram a ajudar-me e a partilhar comigo as suas experiências e recordações. Ao longo destes meses sempre me senti verdadeiramente acolhida no terreno, foram horas de conversas e desabafos que eu nunca esquecerei. Por isto e muito mais que não me é possível enunciar por falta de espaço, o meu muito obrigada, esta dissertação é sobre e para vocês.

Ao meu orientador, Professor Bruno Madeira, por tudo o que fez para que esta dissertação fosse avante. Nunca conseguirei agradecer toda a dedicação, profissionalismo e compreensão demonstrados. Agradeço também à Professora Fátima Ferreira, pela ajuda e palavras de incentivo ao longo deste caminho.

Um agradecimento muito especial ao Dr. Fernando Martinho, pela simpatia e disponibilidade total demonstradas desde o primeiro momento. Foram muitas reuniões e passeios por Angeiras, inúmeras visitas às Casas de Mar e até idas à praia para apanhar algas. Preciso, também, de lhe agradecer por me ter permitido inserir, um pouco, no seu universo familiar e ter tido a valiosa oportunidade de conhecer e conversar com a sua querida mãe, D^a Glória de Sousa Neves, a quem eu agradeço os nossos momentos de profunda partilha e aprendizagem.

Agradeço ao meu pai, pelo auxílio na primeira abordagem à comunidade e com a edição das fotografias.

Agradeço à minha amiga Inês Silva, por me ter ajudado nos primeiros contactos com a comunidade, acompanhando-me nas idas ao terreno e disponibilizando-se sempre para me ajudar.

Agradeço ao meu irmão Pedro, pela compreensão e sinceridade demonstradas ao longo do percurso, assim como pela ajuda com os aspetos técnicos e estruturais da dissertação.

Agradeço ao Dr. José Varela, do Museu da Memória de Matosinhos, pela disponibilidade demonstrada e pelo fornecimento de bibliografia essencial para a investigação.

Obrigada Astor, pelo apoio e carinho que sempre me deste, por toda a calma que me transmitiste quando eu já não a conseguia encontrar sozinha. És simplesmente o melhor.

Obrigada aos meus Ratinhos de Biblioteca por todos os momentos de amizade e companheirismo, estamos juntas. Obrigada a todos os meus familiares e amigos, por continuarem a acreditar em mim, mesmo quando eu não o faço.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

'ENTRE A TERRA E O MAR': UMA ETNOGRAFIA VISUAL DA CULTURA DO SARGAÇO NA COMUNIDADE PISCATÓRIA DE ANGEIRAS, MATOSINHOS

Resumo

A apanha do sargaço constitui uma atividade imemorial, complementar à atividade agrícola, que pressupõe a recolha e secagem das macroalgas para fertilização das colheitas. Antes da aplicação generalizada dos adubos químicos, as populações rurais dedicavam-se também a esta faina agromarítima, considerada uma das formas mais eficazes de fertilização da terra. O incremento da procura deste recurso natural para fins agrícolas deu origem a um fluxo populacional crescente em seu torno e a uma aproximação gradual das gentes para junto da linha da costa.

Enquanto elemento de ligação entre o espaço terrestre e marítimo, a recolha de sargaço contribuiu significativamente para a formação e fixação de aglomerados costeiros no litoral Norte português ao longo dos séculos, visto que apesar das suas motivações agrícolas, a atividade acabou por se desenvolver, económica e socialmente, em estreita relação com a atividade piscatória.

Neste sentido, a presente investigação tem como objeto central de estudo as dinâmicas culturais em torno da atividade sargaceira na comunidade piscatória de Angeiras, pertencente à freguesia de Lavra, no município de Matosinhos. A instabilidade financeira e a falta de condições de vida e trabalho na região contribuíram para a formação gradual de aglomerados costeiros, cuja consolidação dependeu, significativamente, da exploração dos recursos haliêuticos.

A diversidade de perfis sociológicos que estão na sua origem contribuíram para a formação de uma comunidade sociologicamente híbrida, cuja identidade é indissociável das relações estabelecidas entre a terra e o mar. Assim, com recurso a uma metodologia etnográfica e visual de análise, a presente investigação visa refletir acerca do processo de construção identitária da comunidade piscatória de Angeiras e do papel da prática sargaceira na dupla natureza agrícola e marítima das suas gentes. Detentores de um património cultural material e imaterial notável, torna-se essencial compreender o seu passado técnico, social e económico de modo a tentar descodificar um modo de vida partilhado cujos hábitos, objetos, comportamentos, políticas de género, saberes e tradições contribuem, conjuntamente, para dar conta de processos específicos de apropriação prática e simbólica do “espaço” onde a comunidade interage e se desenvolve.

Para além disso, na tentativa de contrariar o atual cenário de desperdício e inutilização do sargaço que abrange a costa portuguesa, exploram-se soluções alternativas e inovadoras para o seu destino, atendendo ao potencial de aplicação das macroalgas numa série de produtos e indústrias.

Palavras-chave: Angeiras; Etnografia visual; Património cultural; Sargaço

'BETWEEN THE LAND AND THE SEA': A VISUAL ETHNOGRAPHY OF THE SARGASSUM HARVEST IN THE FISHING COMMUNITY OF ANGEIRAS, MATOSINHOS

Abstract

The sargassum harvest is an immemorial activity, complementary to agricultural activity, which involves collecting and drying macroalgae to fertilise the soil. Before the widespread application of chemical fertilisers, rural populations also engaged in this agromaritime activity, considered one of the most effective ways to fertilise the soil. The increased demand for this natural resource for agricultural purposes led to a growing population flow around it and to people gradually moving closer to the coastline.

Being a connection between the land and sea, sargassum harvest contributed significantly to the formation of coastal settlements on the northern coast of Portugal over the centuries, because, despite its agricultural motivations, the activity ended up developing, economically and socially, in close relationship with fishing activity.

In this sense, the present research has as its central subject of study the cultural dynamics around the sargassum harvest in the fishing community of Angeiras, part of village of Lavra, in Matosinhos. The financial instability and the lack of living and working conditions in this region contributed to the gradual formation of coastal settlements, whose consolidation depended, significantly, on the exploitation of fishery resources.

The diversity of sociological profiles at its origin contributed to the formation of a sociologically hybrid community, whose identity is linked to the relationships established between land and sea. Thus, using an ethnographic and visual analysis methodology, this research aims to reflect on the process of identity construction of the fishing community of Angeiras and the role of the sargassum harvest in the simultaneously agricultural and maritime nature of its people. Detainers of a remarkable material and immaterial cultural heritage, it becomes essential to understand its technical, social and economic past in order to try to decode a shared way of life whose habits, objects, behaviours, gender politics, knowledge and traditions, which represent specific processes of practical and symbolic appropriation of the "space" where the community interacts and develops.

Furthermore, in the attempt to prevent the current scenario of waste and unusability of the sargassum on the portuguese coast, alternatives and innovative solutions are explored for sargassum's utility, analysing potential application of macroalgae in several products and industries.

Keywords: Cultural heritage; Sargassum; Visual ethnography; Angeiras

Índice

1. INTRODUÇÃO	9
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	14
2.1 Estado da Arte	14
2.2 Comunidades Marítimas.....	17
2.3 Questões metodológicas.....	22
3. O SARGAÇO.....	32
3.1. Sargaço: Definição e (possíveis) aplicações	32
3.2. Sargaço: História e relação com a Igreja	36
3.3. A atividade sargaceira no processo de fixação e formação de Comunidades Piscatórias	40
4. O TERRITÓRIO	46
4.1. A queda do Império Romano do Ocidente e a conceção de novas freguesias rurais.....	46
4.2. O concelho de Matosinhos.....	50
4.3. A freguesia de Lavra e o sargaço.....	51
5. MEMÓRIAS	66
5.1. Memórias de um passado técnico e social	66
5.2. Memórias das práticas comerciais.....	76
5.3. Espaços de sociabilidade.....	81
6. MULHERES DO MAR	91
6.1 O papel do “feminino” no desenvolvimento e manutenção das comunidades piscatórias.....	91
6.2 A “mulher” na comunidade piscatória de Angeiras	98
7. A INDÚSTRIA DOS ADUBOS E A DECADÊNCIA DAS PRÁTICAS	109
7.1 Sargaço e pós-memórias	110
7.2 Perspetivas atuais e futuras de utilização do sargaço.....	116
8. CONCLUSÃO	121
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125

Índice de Figuras

Figura 1: Embarcação de pesca, Praia dos Pescadores, Angeiras, março 2022.....	19
Figura 2: Embarcação e apetrechos marítimos junto à Avenida da Praia de Angeiras, fevereiro 2022.....	21
Figura 3: Sargaço na praia dos Pescadores, Angeiras, maio 2022.....	35
Figura 4: Estado atual das Casas de Mar de Angeiras, abril 2022.....	39
Figura 5: Sargaço na Praia dos Pescadores. Angeiras, abril 2022.....	42
Figura 6: Comunidade piscatória de Angeiras, janeiro 2022.....	45
Figura 7: Vestígio arqueológico de um tanque romano na praia de Angeiras, fevereiro 2022.....	48
Figura 8: Réplica dos tanques romanos de Angeiras, fevereiro 2022.....	48
Figura 9: Mapa com a localização dos principais núcleos de tanques romanos na praia de Angeiras.....	49
Figura 10: Excerto do mapa da freguesia de Lavra.....	53
Figura 11: 'Camas' de sargaço na praia da Boa Nova. Andreilino Fernandes, Matosinhos, anos 60.....	54
Figura 12: Aldeia Piscatória de Angeiras. António C. Cerqueira, 1955.....	59
Figura 13: Ingaço de Angeiras, agosto 2022.....	60
Figura 14: Apanha de sargaço na Póvoa de Varzim. Artur Pastor, anos 50/60.....	61
Figura 15: 'Ganhuços' de Angeiras, agosto 2022.....	63
Figura 16: Carrelas. Angeiras, agosto 2022.....	64
Figura 17: Três sargaceiras com respetivos instrumentos da apanha. Recriação etnográfica do Rancho das Sargaceiras e Marítimos de Angeiras no âmbito da Fest'Agro, Lavra, setembro 2022.....	65
Figura 18: Capitão Salva-Vidas Ezequiel Seabra a instruir um grupo de nadadores-salvadores. Angeiras, anos 60.....	68
Figura 19: Duas sargaceiras a transportar as algas na carrela. Recriação etnográfica do Rancho das Sargaceiras e Marítimos de Angeiras no âmbito da Fest'Agro, Lavra, setembro 2022.....	71
Figura 20: "Botelho" (lado esquerdo e baixo) e "cabelo de cão" (canto superior direito). Angeiras, abril 2022...	74
Figura 21: Comunidade piscatória de Angeiras, maio 2022.....	80
Figura 22: Pescadores a conviver depois de um dia de trabalho. Angeiras, fevereiro 2022.....	83
Figura 23: Rancho das Sargaceiras e Marítimos de Angeiras, com Ezequiel Seabra como porta-estandarte. Angeiras, 1955.....	88
Figura 24: Três sargaceiras a dançar. Recriação etnográfica do Rancho das Sargaceiras e Marítimos de Angeiras no âmbito da Fest'Agro, Lavra, setembro 2022.....	89
Figura 25: Mulheres na apanha do sargaço. António Cerqueira, Angeiras, 1955.....	92
Figura 26: Esquema da organização de um dia de trabalho da mulher de Vila Chã.....	95
Figura 27: José Barbosa a transportar a rede de pesca. Angeiras, março 2022.....	96
Figura 28: Mulheres a puxar os barcos para cima. Artur Pastor, Nazaré, 1954-57.....	98
Figura 29: Maria Albina e Noémia Ferreirinha na sua Casa de Mar. Angeiras, março 2022.....	100
Figura 30: Salvador Pereira a conceber uma rede de pesca. Angeiras, novembro 2021.....	104
Figura 31: Mulheres a conviver e a coser malhas enquanto aguardam pela chegada dos barcos.....	105
Figura 32: Fernando Fonseca e a mulher, Maria de Fátima, na preparação dos iscos. Angeiras, março 2022.....	107
Figura 33: Apanha do sargaço na maré baixa. Artur Pastor, Póvoa de Varzim, década 50.....	108
Figura 34: Embarcação de pesca na Praia dos Pescadores. Angeiras, maio 2022.....	111
Figura 35: Pormenores da atividade piscatória na Praia dos Pescadores. Angeiras, maio 2022.....	113
Figura 36: Sargaço na Praia dos Pescadores. Angeiras, abril 2022.....	119

1. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da sua existência que o Homem atua e se desenvolve em estreita relação com o espaço marítimo. Seja enquanto cenário de atuação profissional ou de recreação, o mar constitui uma fonte de recursos virtualmente inesgotável cujo potencial de aproveitamento incentivou (e incentiva) o movimento populacional e a formação de aglomerados costeiros.

Estes grupos, motivados pela procura de condições de vida mais favoráveis, em grande parte relacionada com a exploração dos recursos haliêuticos, vão-se fixando gradualmente junto à costa para aí se ocuparem das fainas agromarítimas. A comunidade piscatória de Angeiras, pertencente ao município de Matosinhos, enquanto território de interação permanente entre a terra e o mar, sempre se desenvolveu social e economicamente entre as duas atividades predominantes na zona: a pesca e a agricultura. Neste sentido, o sargaço surge enquanto elemento de ligação entre estas duas realidades, na medida em que a sua recolha constitui uma atividade imemorial que tem como objetivo principal a fertilização dos terrenos e a obtenção de melhores colheitas.

A presente investigação tem como objeto central de estudo as dinâmicas culturais em torno da atividade sargaceira na comunidade piscatória de Angeiras, recorrendo a uma metodologia etnográfica e visual de análise para contextualizar histórica e socialmente as transformações ocorridas nos últimos cinquenta anos, tanto ao nível das práticas como no próprio seio da comunidade. Para além disso, através da recolha de testemunhos, memórias e experiências será possível compreender o passado técnico, social e cultural de uma comunidade detentora de um património oral, material e imaterial notável, com hábitos, objetos, crenças, saberes e tradições partilhadas, representativas do seu processo de construção enquanto grupo territorial de indivíduos com uma unidade cultural comum.

Neste sentido, e face a uma produção bibliográfica pouco extensa, o tema da investigação considera-se pertinente e adequado no âmbito da especialização em Património Cultural, tendo em conta o entendimento do património como uma construção social, mais ou menos controlada, mas que resulta da conjugação de vivências e de considerações subjetivas acerca de uma realidade una. A atividade sargaceira pressupõe um conjunto de técnicas, instrumentos e saberes reveladores do carácter identitário da prática e das especificidades culturais que lhe estão associadas, pelo que a sua identificação e

documentação presente permitirão, de certa forma, perpetuar essa realidade sociocultural passada e torná-la acessível às gerações futuras.

Enquadrada concetualmente pela antropologia marítima, etnografia visual e participante e pelas normas da pesquisa qualitativa, a investigação recorre à narrativa fotográfica como ferramenta de auxílio à reflexão intelectual, desenvolvendo-se sobre uma lógica de valorização da imagem para a consolidação do discurso científico e permitindo, desta forma, o alargamento de gramáticas de representação. Para além disso, o recurso a pequenos arquivos fotográficos, de famílias e instituições locais, permitirá reconstituir, de certa forma, realidades sociais anteriores do universo piscatório e sargaceiro, assim como avaliar o potencial retórico dessas imagens e o seu poder enquanto 'fonte' de memória coletiva.

A escolha do tema desta dissertação prende-se, em termos pessoais, com uma proximidade física e afetiva à comunidade piscatória de Angeiras. Enquanto visitante assídua do território, as técnicas artesanais e as dinâmicas diárias da população já haviam despertado o meu interesse anteriormente, assim como o facto de grande parte do conjunto arquitetónico original ter permanecido praticamente inalterável até à atualidade. Aliando a quase ausência de estudos etnográficos em torno da cultura do sargaço à minha curiosidade pessoal, e a adequação do tema à formação académica realizada, tornou-se realmente possível (e pertinente) o desenvolvimento da investigação neste sentido.

Apesar dos demais estudos existentes em torno da realidade económica e social das comunidades piscatórias e dos desafios que atualmente enfrentam, poucos são os que se debruçam, também, sobre o processo de formação dessas comunidades e sobre a diversidade de perfis sociológicos que lhes dá origem. Assim, tendo em conta o suporte teórico e a metodologia aplicada, o presente trabalho pode vir a constituir uma mais-valia para a criação de conhecimento em torno da atividade sargaceira, refletindo acerca do seu papel no movimento e na fixação de populações em territórios costeiros, mas também de alguma forma inovador, na medida em que procurará refletir, através da pesquisa etnográfica, acerca do papel essencial da prática na construção identitária – especificamente – da comunidade piscatória de Angeiras.

A apanha do sargaço surge regulamentada em cartas, ordens e forais desde o século XIV devido à importância económica e social que lhe foi sendo atribuída ao longo dos séculos, tanto em termos de recurso agrícola como de fonte de rendimento para populações desfavorecidas. A crescente adesão à prática contribuiu para a formação da comunidade piscatória e para a construção do seu universo social, através de um conjunto de características socio-organizativas que importa identificar e compreender,

para que seja possível refletir acerca de uma realidade sociocultural com tanta expressão ao longo da fachada atlântica portuguesa.

Para além da pesca como elemento caracterizador do espaço e motor de interação social, serão realçadas as políticas de género no trabalho e a definição de papéis sociais entre homens e mulheres que são inerentes à configuração sociológica destes grupos e que têm impacto, direto e/ou indireto, na própria dinâmica inter e intracomunitária.

Apesar de se ter assumido como uma prática essencial para a sobrevivência de muitas famílias e para o desenvolvimento da componente agrícola, desde meados do século XX que a recolha de sargaço se tem revelado, praticamente, inviável, por um conjunto de razões decorrentes do progresso e desenvolvimento tecnológico, a serem identificadas e problematizadas no decorrer da investigação. Contudo, tal como será abordado ao longo da dissertação, o seu amplo potencial de aproveitamento e as propriedades químicas que lhe estão associadas fazem antever as possíveis aplicações deste recurso nas mais variadas indústrias, assim como perspetivar outras para o seu futuro.

Este projeto de pesquisa surgiu, inicialmente, a partir de um conjunto de questões a que se procura dar resposta no decorrer da investigação, nomeadamente:

- a. Tendo em conta a ancestralidade da prática, de que forma a atividade sargaceira se insere no património cultural destas comunidades?
- b. Qual a ligação entre o espaço terrestre e marítimo e as suas atividades predominantes (agricultura e pesca) em Angeiras?
- c. Como é que a pesca e a apanha do sargaço contribuem para a construção de memórias coletivas nestas comunidades?
- d. Quais as causas e consequências da transformação socioeconómica que se verificou, em meados do século XIX, na cultura do sargaço em Angeiras?
- e. Além do aproveitamento agrícola, as macroalgas encontram aplicação em Portugal? Quais as suas possíveis utilizações?
- f. Quais as razões para o abandono total da apanha manual do sargaço em Angeiras?
- g. De que forma a fotografia permitirá refletir acerca das mudanças e avanços na cultura do sargaço?

h. Qual o papel das mulheres no sucesso da faina marítima e, em específico, na consolidação da cultura do sargaço?

Posto isto, com o intuito de analisar as permanências, ruturas e transformações da cultura do sargaço em Angeiras, a investigação desenvolve-se sob cinco dimensões-chave (Sargaço, Território, Memórias, Mulheres do Mar e Perspetivas futuras), entendidas como essenciais para compreender a evolução das práticas e contextualizar histórica e culturalmente a comunidade piscatória de Angeiras.

O segundo capítulo apresenta o Estado de Arte, refletindo acerca da produção bibliográfica existente sobre o tema e identificando dimensões que poderão ser exploradas de uma forma mais exaustiva. De seguida, apresenta-se uma descrição generalizada do universo económico, social e cultural das comunidades marítimas, abordando as dinâmicas de identidade inerentes à sua formação e as questões de género no trabalho. O capítulo termina com a apresentação dos pressupostos metodológicos que orientam a investigação, refletindo acerca das vantagens e desvantagens da abordagem etnográfica visual a ser aplicada.

O terceiro capítulo prende-se diretamente com o sargaço, procedendo à caracterização biológica das macroalgas e à identificação das suas possíveis utilizações. Para além de uma breve caracterização do panorama mundial de produção e aplicação de macroalgas na indústria, procede-se a uma contextualização histórica e geográfica da atividade sargaceira em Portugal.

O quarto capítulo analisa o território em estudo, desde a constituição administrativa do município de Matosinhos (antigo concelho de Bouças) até à reflexão em torno do desenvolvimento da prática sargaceira na freguesia de Lavra e do seu impacto na organização física e social do território.

O quinto capítulo relaciona-se diretamente com os testemunhos recolhidos e expõe as diferentes perspetivas locais acerca da vertente técnica, comercial e social da atividade sargaceira, baseadas nas memórias diretas e/ou indiretas dos atores sociais envolvidos. Além disso, explora as razões que estão na origem do movimento de valorização de certas macroalgas para fins industriais e a forma como a população se adaptou a essa realidade.

O sexto capítulo é dedicado ao papel feminino no desenvolvimento e na manutenção das comunidades piscatórias, refletindo sobre a delimitação cultural dos papéis sociais e, em simultâneo, a variedade de tipologias de trabalho que envolvem estas mulheres. Para além disso, serão apresentados dados recolhidos durante o trabalho de campo e analisados testemunhos de antigas sargaceiras,

mulheres e/ou filhas de pescadores de Angeiras, para que seja possível expor e compreender certas dinâmicas sociais e profissionais da comunidade e a própria evolução das práticas.

O sétimo capítulo procurará expor as razões que levaram ao abandono da prática sargaceira manual e caracterizar a realidade atual da exploração das macroalgas, realçando as vantagens associadas à utilização deste recurso natural na conceção de diversos produtos. Por fim, serão exploradas novas hipóteses de aproveitamento do sargaço, com especial atenção para o projeto a ser desenvolvido, em Angeiras, que pressupõe a transformação da biomassa do sargaço em biocombustível, numa lógica de atenuação do atual cenário de inutilização e desperdício das macroalgas em Portugal.

A presente dissertação pretende, para além do contributo científico para a produção de conhecimento em torno destas comunidades, alertar para a urgência de identificar e salvaguardar o vasto património material e imaterial que dá significado e que permite (re)construir a memória coletiva de um grupo, documentando e refletindo acerca da evolução dos modos de ser e de estar (individuais e coletivos) da comunidade piscatória de Angeiras.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 Estado da Arte

A presente dissertação tem como objeto central de estudo as dinâmicas culturais em torno da atividade sargaceira na comunidade piscatória de Angeiras (Matosinhos, Porto, Portugal). Além das atividades relacionadas com a Pequena Pesca, a maior parte das populações litorâneas residentes no Norte de Portugal dedicava-se a «outras fainas que tinham também lugar no mar» (Oliveira et al., 1990, p. 11), nomeadamente a apanha do sargaço e do pilado, enquanto fertilizantes agrícolas naturais para os campos, antes da aplicação generalizada dos adubos químicos.

Neste sentido, uma análise etnográfica permitirá compreender as dinâmicas sociais e os processos de construção identitária da comunidade piscatória de Angeiras, assim como os avanços e as transformações da realidade social da apanha do sargaço. A antropologia marítima pressupõe técnicas de observação que permitem analisar o processo de apropriação dos atores ao espaço por eles ocupado, numa interação entre pertenças culturais e diversidades sociais, a terra e o mar, continuidades e mudanças, tradição e modernidade (Ramos, 2016, p. 308).

A produção bibliográfica especificamente em torno da cultura do sargaço é pouco numerosa, tendo em conta a transformação socioeconómica da atividade e a sua estreita relação com a Pequena Pesca¹. As produções mais representativas incidem, essencialmente, no processo de movimento e fixação das populações à beira-mar, as designadas comunidades piscatórias, cujo desenvolvimento se baseia, significativamente, na exploração dos recursos haliêuticos/marítimos (Oliveira & Galhano, 1958; Silva, 2014; Martins et al., 2020).

Na bibliografia consultada assume-se como ideia transversal o facto de a formação de comunidades piscatórias ter sido feita com base em sobreposição de figuras produtivas e influências recíprocas consideráveis (Viegas & Tedim, 2012; Silva, 2014; Escallier, 2018; Martins et al., 2020). Tendo em conta as crescentes pressões urbanas em torno do património marítimo (Ramos, 2016, p. 310), torna-se pertinente investigar e documentar as diferentes interfaces culturais características da apanha do sargaço, enquanto «a mais importante das fainas da lavoura que se situam no mar» (Oliveira

¹ Designação que compreende a Pesca Local (com recurso a embarcações de pequena dimensão, até nove metros de comprimento fora-a-fora, que operam em águas oceânicas e em águas interiores não marítimas) e a Pesca Costeira (com recurso a embarcações de maiores dimensões, cujo comprimento fora-a-fora é superior a nove metros e igual ou inferior a trinta e cinco metros, e autonomia estabelecida de acordo com a área de operação fixada por embarcação (DGRM, Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos).

& Galhano, 1958, p. 63), mas também como cenário que retrata um modo de vida partilhado e uma construção coletiva de memória(s).

Na apanha do sargaço e pilado, além do cenário marítimo enquanto elemento caracterizador do espaço, a bibliografia disponível aponta para uma especificação dos papéis de género nas atividades marítimas, onde as mulheres assumem um papel preponderante e essencial à sua prosperidade. Para além da responsabilidade de assegurar as rotinas familiares e a gestão dos recursos domésticos, as mulheres desempenhavam funções auxiliares (ou principais) na recolha e transporte do pescado e na apanha do sargaço. Munidas de gravetas ou ancinhos, apanhavam as algas ou rapavam-nas das pedras, estendiam-nas no areal a secar para serem transportadas e vendidas a lavradores e indústrias ou para cultivo autónomo dos terrenos (Brandão, 1923, p. 27).

Internacionalmente, assume-se como uma atividade tradicional secular em vários países marítimos da Europa, no Atlântico Norte, nomeadamente Islândia, Dinamarca, Escócia, Irlanda, países bálticos e escandinavos, Portugal, Espanha, países mediterrâneos, mas também com alguma incidência em países da África Ocidental (Senegal, Cabo Verde, entre outros). O seu potencial de aplicação revela-se diversificado: enquanto adubo para uso agrícola, como alimento humano e animal, mas também na qualidade de constituinte de produtos medicinais e medicamentosos (UICN², 2011).

Na Europa, o mar assume um papel fundamental enquanto polo de desenvolvimento, crescimento económico e inovação para os territórios adjacentes. De facto, para além do setor das pescas representar metade do emprego local em muitas comunidades marítimas europeias, o comércio de mercadorias da UE por via marítima ultrapassou, em 2016, os restantes meios de transporte aplicados (aéreo, ferroviário e rodoviário), registando 51% do volume total de mercadorias comercializadas com países terceiros (Pereira, 2017, p. 7).

Em termos de emprego, os três países com níveis mais elevados de empregabilidade no setor pesqueiro (Espanha, Grécia e Itália) representaram, em 2019, 65% do total, sendo que Espanha, isoladamente, representou $\frac{1}{4}$ do valor total, segundo os dados do Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas da Comissão Europeia (2019). Com cerca de 66.000km, a costa marítima da EU representa o maior território marítimo do mundo, o que pressupõe vantagens estratégicas e oportunidades, mas, em simultâneo, requer a aplicação de medidas que conduzam a uma gestão equilibrada e tendencialmente mais sustentável da economia marítima.

² União Internacional para a Conservação da Natureza

Com efeito, todos os dados apontam para o crescimento contínuo da economia marítima europeia, incluindo o facto de grande parte do seu comércio externo ser feito por via marítima, como vimos anteriormente. A extensão da costa marítima da UE, representada em 23 dos seus Estados-membros, explica a sua posição de destaque enquanto terceiro maior importador e quinto produtor mundial de pesca e aquicultura do mundo (Pereira, 2017, p. 10).

Em 2015, Portugal foi o Estado-membro da UE que registou o valor mais alto de bens comercializados internacionalmente por via marítima, nomeadamente 81% do total de bens comercializados nacionalmente, seguindo-se o Chipre (80% do total), Grécia (77%), Espanha (74%) e Malta (67%) (Comissão Europeia, 2019). Apesar de territorialmente pequeno, o litoral de Portugal representa 1,8% da linha costeira da UE: os 1.241km de costa nacional permitem afirmar que Portugal é um dos “grandes países marítimos do mundo, com um acrescido potencial geoestratégico, geopolítico e económico” (*Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020*, Direção-Geral da Política do Mar, p. 27).

O litoral português é pautado por uma diversidade biológica, paisagística, morfológica e arquitetónica que, tendencialmente, vai sofrendo as consequências inevitáveis da exploração industrial e do turismo costeiro. Estes concelhos albergam cerca de $\frac{3}{4}$ da população portuguesa e geram cerca de 80% do PIB nacional, o que justifica o potencial de crescimento da economia marítima europeia, em termos económicos. Contudo, deve ser tido em conta o valor histórico-cultural associado a estas comunidades piscatórias que, inevitavelmente, se veem incitadas a adaptar os seus modos de viver e habitar em função das mudanças e pressões económicas, sociais e patrimoniais de que vão sendo alvo (Silva, 2020, p. 5).

A concentração e diversidade das atividades económicas (serviços, atividades secundárias ou primárias, como é o caso da pesca e da agricultura) no litoral tende a fomentar movimentos migratórios nesse sentido, o que coloca maiores preocupações demográficas, sociais, de gestão urbana, entre outras. Esta pressão entra ainda em confronto com os valores ambientais associados (GTL³, *Sumário Executivo e Recomendações*, 2014).

O setor das pescas representa, para o país, um motor de desenvolvimento económico, social e turístico que se pode expressar a partir da análise de vários fatores, inclusivamente a taxa de empregabilidade das pescas em Portugal. De acordo com o Eurostat, em 2017, havia no país 7.823 pessoas empregues na pesca. Tendo em conta que este setor se divide em mais dois domínios igualmente relevantes da indústria do mar, importa referir que, na aquicultura, em 2016, Portugal

³ Grupo de Trabalho do Litoral

empregou 829 pessoas e, em 2017, 7.415 pessoas na área do processamento (Comissão Europeia, 2019), sendo que, em 2020, foram comercializadas por via marítima cerca de 79 milhões de toneladas de pescado – valores muito superiores aos registados em períodos anteriores. O transporte marítimo e a construção naval são duas atividades fundamentais para a relevância económica atribuída ao mar. Importa, contudo, considerar igualmente a atividade pesqueira e o turismo costeiro e marítimo enquanto oportunidades e veículos de projeção económica.

Posto isto, torna-se necessário consciencializar organismos decisores e entidades marítimas acerca dos variados problemas associados ao quotidiano das comunidades piscatórias, onde a atividade principal desempenhada é a pesca (e a apanha de algas) e cuja sobrevivência depende, muitas vezes, dos recursos provenientes dos oceanos. Apesar disso, grande parte das autarquias em que estas comunidades se inserem «não souberam ter a visão estratégica necessária para dar a estas Comunidades a oportunidade de vencer o conformismo em que a maioria está atualmente mergulhada». (Viegas & Tedim, 2012, p. 14).

No que concerne à abordagem metodológica a utilizar, as produções bibliográficas relacionadas com a antropologia visual e o trabalho etnográfico refletem um raciocínio pós-positivista de valorização da imagem enquanto ferramenta complementar de validação/consolidação do discurso científico e na estruturação de disciplinas (Campos, 2011, p. 239). A narrativa fotográfica resulta de um processo bilateral entre o observador e o meio que o rodeia (Lynch, 1960), pelo que esta mediação representa uma mais-valia para a reflexão científica – não só permite a exploração de novos itinerários epistemológicos, como também o alargamento das gramáticas de representação (Campos, 2011, p. 244).

2.2 Comunidades Marítimas

O mar constitui uma fonte de recursos inesgotável a partir do qual os grupos se desenvolvem económica, social e culturalmente, numa lógica de criação de aglomerados populacionais costeiros que dependem, direta ou indiretamente, daquilo que o oceano lhes oferece. Geralmente, assumem-se como núcleos muito individualizados, constituídos por famílias numerosas onde todos desempenham a sua função na faina agromarítima e cuja sobrevivência depende, maioritariamente, do dinamismo gerado pela pesca. (Viegas & Tedim, 2012, p. 2).

Contudo, a sua relação com o ‘espaço’ implica um processo de ‘apropriação’ do território marítimo (onde se desenvolvem as principais atividades), mas também do território terrestre (o espaço partilhado pela comunidade, onde coabitam diferentes realidades sociais, económicas e culturais). Sendo o ‘espaço’ um lugar físico com uma estrutura de origem cultural que organiza a relação social (HALL, 1986), é a partir do território partilhado e dos lugares de sociabilidade que se torna possível identificar processos de apropriação, domesticação, distribuição e transmissão do espaço “vivido” (Escallier, 2018, p. 30).

No norte de Portugal, ao longo do século XIX, as populações rurais foram-se aproximando gradualmente da costa em busca de recursos que garantissem boas colheitas para os terrenos, mas também melhor qualidade de vida para as suas famílias. Tanto os descendentes de agricultores (que, de acordo com as leis fiscais e de transmissão de heranças vigentes, à exceção do mais velho, se viam obrigados a deixar a casa de família e a abandonar as terras), como outras populações pobres mais distantes, instalavam-se junto ao mar, em barracos de madeira construídos, ou nas próprias casas de mar anteriormente usadas pelos lavradores para guardar os apetrechos das lides agrícolas e marítimas (Silva, 2020, p. 26).

Esta conjugação de diferentes perfis sociológicos viria a contribuir para a criação de núcleos piscatórios com um universo cultural próprio e um carácter socioprofissional híbrido, cujas relações sociais dependiam da articulação entre a terra e o mar. A conjugação, junto à praia, de alfaias agrícolas, redes, “ganhapões” ou pilhas de sargaço é expressiva da dupla natureza agrícola e marítima do processo de fixação da povoação costeira, sendo que poderia prevalecer uma feição mais agrícola ou marítima nessas comunidades (Oliveira & Galhano, 1958, p. 147). Na realidade, muitos destes aglomerados populacionais enraizaram-se no território e atualmente constituem núcleos habitacionais perfeitamente consolidados, maioritariamente localizados no Noroeste de Portugal (Oliveira et al., 1990, p. 15-16).



Figura 1: Embarcação de pesca, Praia dos Pescadores, Angeiras, março 2022

Nota: à exceção das referenciadas, todas as fotografias são de autoria própria.

A cultura piscatória enquanto reflexo de um “fenómeno humano” (McGoodwin, 2001) elenca um conjunto de práticas e considerações socioculturais que influenciam a relação entre a(s) comunidade(s) e o seu território. A pesca assume-se como elemento caracterizador do espaço e motor de interação social, resultando em misturas e influências recíprocas que determinarão a sua aplicação e a vida em comunidade (Escallier, 2018, p. 29). Tanto as atividades exercidas, como os modos de vida, o conhecimento empírico e as práticas sociais, educacionais e culturais contribuem para a criação de um conjunto de representações, significações e simbolismos que organizam e orientam o quotidiano destas populações.

À medida que se vão desenvolvendo económica e socialmente, as comunidades constroem a sua própria identidade, com um sistema social e profissional próprio que os distingue de outros aglomerados populacionais. A sua vivência do “tempo” e do “espaço” é pautada por «crenças, representações, rituais, comportamentos e estilos de vida individuais e coletivos» (Ramos, 2016, p. 310) – um conjunto de práticas e representações, aspetos materiais e simbólicos que vão contribuindo para a conceção (individual e coletiva) de um universo cultural próprio.

A apanha do sargaço e do pilado constituía uma das principais atividades agromarítimas. Contudo, por um conjunto de razões de ordem económica, social e profissional (a discutir no capítulo seguinte), o lavrador foi progressivamente abandonando a apanha para se dedicar exclusivamente ao trabalho agrícola. A necessidade de intensificação do cultivo implicou o aumento da procura de fertilizantes orgânicos e, conseqüentemente, um maior número de pessoas empregues na apanha – pelo que pescadores e outras populações marítimas mais pobres, que «tentavam a sorte do mesmo modo» (Oliveira & Galhano, 1958, p. 72), foram responsáveis pela autonomização da atividade da apanha do sargaço, tornando-a uma atividade independente e significativa desempenhada por diferentes classes de origem piscatória.

Porém, a sazonalidade associada à atividade sargaceira implicava a procura de atividades complementares que garantissem um rendimento anual. Assim, os sargaceiros iam desempenhando, também, funções de jornaleiros para lavradores rurais ou como serventes de mestres nos barcos (Silva, 2020, p. 28). A integração de atividades pré-existentes acabou por contribuir para o acentuar das dicotomias entre a realidade agrícola e marítima, o que veio corresponder a dois grupos sociais antagónicos que se organizam espacialmente de forma distinta e cuja relação socioprofissional vai condicionando o quotidiano e a vivência da comunidade (Oliveira & Galhano, 1958, pp. 73-75).

Por um lado, torna-se possível identificar uma população marítima mais rural, lavradores abastados que possuem terras, das quais podem viver, familiarizados com a faina marítima e que se deslocavam até à praia para buscar sargaço ou pilado para adubo (alguns detinham embarcações próprias e usavam-nas, também, para uma pesca local destinada ao consumo próprio).

Por outro, um conjunto de “gentes pobres” que não possuíam terras, mas que, ao desempenharem um trabalho relacionado com o mar, se iam progressivamente instalando junto à costa, em terrenos alugados, alguns com pequenas hortas (para subsistência). Em alguns casos, chegavam mesmo a pescar ou a apanhar sargaço para alimentar a família, mas, principalmente, para venda local. Estas dinâmicas de identidade inerentes à formação das comunidades marítimas são o reflexo do seu carácter sociológico híbrido marcado por relações sociais duradouras – porém, distantes – estabelecidas entre os diferentes membros (Oliveira & Galhano, 1958, pp. 69-70).

A sobreposição de formas agrícolas e piscatórias que está na origem das comunidades marítimas realça aspetos ergológicos distintos dos seus membros e permite determinar elementos económicos e sociológicos característicos, tendo em conta que o seu universo de ação implica técnicas e instrumentos próprios, ou, nos casos mais complexos, costumes e indumentária específicos (Oliveira & Galhano, 1958, p. 69). Detentores de um património oral e material que permite compreender o seu «passado técnico,

social e económico», torna-se essencial refletir acerca da relação vinculativa entre o Homem e a Natureza que, inevitavelmente, vai orientar a evolução do grupo e o seu processo de construção de *memória(s)* coletiva(s) (Escallier, 2018, p. 38).



Figura 2: Embarcação e apetrechos marítimos junto à Avenida da Praia de Angeiras, fevereiro 2022

A definição de papéis de género nas atividades marítimas constitui um dos aspetos sociológicos específicos destas comunidades, onde a visibilidade e importância da participação da mulher tem como objetivo auxiliar e garantir o sucesso do trabalho do pescador. A configuração sociológica destes grupos pressupõe a divisão sexual do trabalho e a distribuição específica das tarefas do pescador, da esposa e dos filhos – assim, o homem ficaria incumbido de ir ao mar e garantir o sustento da família e, por conseguinte, tudo o que está relacionado com a gestão da casa e dos recursos familiares, o cuidado e educação das crianças e o trabalho da terra constituem responsabilidades das mulheres.

Estas desempenham, inclusivamente, um papel fundamental em toda a cadeia produtiva piscatória: da produção, passando pelo processamento até à venda do produto. O papel desenvolvido pelas mulheres, no pré e pós-pesca, revela-se fulcral para a sobrevivência da prática e para o desenvolvimento social das comunidades. São, muitas vezes, responsáveis por confeccionar e reparar os apetrechos de pesca, por transportar, conservar e preparar o peixe e por vendê-lo e distribuí-lo, dando apoio terrestre à atividade (gestão da documentação profissional ou pintura dos barcos) ou mesmo ao

trabalho auxiliar a bordo, na preparação dos iscos que são lançados ao mar (Ramos, 2016, p. 313). Asseguram, assim, um contributo essencial para as unidades de produção, a garantia da sobrevivência e do bem-estar da família, encontrando-se algumas em situação de viuvez precoce ou períodos de emigração prolongada dos pescadores.

Para além disso, a sua participação em outras atividades e ofícios, para além da pesca (agricultura ou artesanato), contribui significativamente para a diversificação do rendimento familiar e, a longo prazo, para a reprodução e sobrevivência do grupo. Contudo, e apesar das evidências, muitas mulheres não usufruem de um reconhecimento legal ou de uma cobertura social própria que lhes garanta os direitos socioprofissionais correspondentes. Por tudo isto, e apesar de uma diminuição progressiva da clivagem entre “tempos” e “espaços” femininos e masculinos, manifesta-se a tendência, por parte das mulheres, de se integrarem em movimentos associativos que lutem pelos seus direitos, não só enquanto “pescadoras”, mas também como membros constituintes das comunidades e responsáveis pela sobrevivência de famílias (Ramos, 2016, p. 312).

Na realidade, a maioria das populações cujo exercício depende dos recursos marítimos encontra-se em condições de vida precárias, em termos financeiros, sociais e/ou profissionais. Grande parte dos trabalhadores não tem acesso a proteção de saúde ou seguro contra acidentes de trabalho, apesar de estarem envolvidos em atividades às quais estão associadas várias consequências físicas e psicológicas. Muitos diplomas legais em torno desta questão alertam para a necessidade de criar «uma zona costeira harmoniosamente desenvolvida» (Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, 2009), cuja gestão se deveria guiar por critérios de sustentabilidade e de valorização dos recursos. Contudo, a realidade revela uma certa desvalorização generalizada do contributo cultural, social e económico que a atividade da pequena pesca representa a nível local e nacional, o seu potencial de inovação e a sua importância estratégica para a dinamização de zonas ribeirinhas (Viegas & Tedim, 2012, p. 2). Por conseguinte, importa refletir acerca da capacidade de superação e resiliência das comunidades dependentes da pequena pesca perante as atuais exigências e pressões económicas, sociais e patrimoniais de que têm sido alvo.

2.3 Questões metodológicas

Sendo uma tradição cultural pouco estudada e documentada, o objetivo principal da investigação visa contribuir cientificamente para a produção de conhecimento em torno das comunidades piscatórias,

nomeadamente os aglomerados populacionais situados entre Vila do Conde e Matosinhos. O contacto pessoal e contínuo com membros da comunidade piscatória de Angeiras vai permitir a recolha de informações e perspetivas extremamente úteis para uma análise etnográfica da cultura sargaçeira, confrontando a pesquisa bibliográfica com testemunhos e experiências vividas no seio da comunidade.

Neste sentido, e tendo em conta a matriz social e etnográfica da investigação, importa teorizar e desenvolver o procedimento metodológico a utilizar para identificar e analisar, também com recurso à imagem, uma tradição cultural – para uns, uma realidade quotidiana, para outros, um objeto de estudo, de interesse ou de curiosidade – à qual deve ser reconhecida valor histórico, social e cultural. Na realidade, a presente investigação pressupõe uma reflexão consciente e estruturada, associada a uma metodologia específica de análise regida por pressupostos metodológicos e convenções etnográficas, enquadrada conceitualmente pela antropologia marítima, etnografia visual e participante, pelas normas da pesquisa qualitativa e pelo trabalho de campo.

Numa primeira abordagem, torna-se essencial reconhecer que as comunidades piscatórias constituem aglomerados populacionais cuja identidade é indissociável das relações estabelecidas entre a terra e o mar (Amorim, 2018, p. 16). Com recurso à etnografia, importa refletir acerca do processo de formação e apropriação (material e simbólica) do “espaço” para que seja possível compreender a evolução social do grupo em análise.

De acordo com Restrepo (2018, p. 45), a palavra “etnografia” pode ser aplicada para definir uma técnica de investigação, um processo metodológico e, também, um método. Deste modo, importa ter em conta as especificidades e os propósitos dos diferentes domínios da investigação. Enquanto técnica, a etnografia implica um conjunto de instrumentos de pesquisa qualitativa que servem para recolher dados que irão contribuir, não só para o processo de reflexão acerca de uma realidade coletiva, mas para o desenvolvimento da própria investigação.

A etnografia dispõe de um quadro conceitual proveniente da antropologia, procurando produzir conhecimento acerca do Homem, em todas as suas dimensões, permitindo, durante a investigação, “ordenar” e interpretar a informação e a realidade que é observada (Figuroa, 2013, p. 25). Assim, o presente estudo pressupõe o uso articulado de diferentes técnicas, nomeadamente a observação participante, a elaboração de entrevistas etnográficas e de um diário de campo, mas também a aplicação de metodologias visuais – tanto no terreno, como no processo de redação – que vão contribuir para uma melhor compreensão desta realidade sociocultural específica.

A metodologia etnográfica aplicada nesta investigação implica o cruzamento da informação recolhida de diversas fontes documentais com o testemunho e a vivência dos atores sociais acerca do

seu próprio contexto. A observação participante permite ao investigador o acesso à informação relevante a partir de uma posição direta e privilegiada, obtendo conhecimento de causa relativamente às condutas, práticas e representações que orientam as vivências da comunidade (Restrepo, 2018, pp. 56-58).

As atividades marítimas e a relação do Homem com o mar – apesar das sociedades litorâneas serem alvo de estudo pelas ciências sociais e humanas há mais de um século – só constituíram objeto de estudo específico e autónomo com o surgimento, mais recente, do domínio disciplinar da antropologia marítima, cuja metodologia implica técnicas de observação e formas de análise específicas das comunidades marítimas (Koechlin, 1975; Geistdoerfer, 1987 *apud* Escallier, 2018, p. 29). Neste sentido, importa ter sempre presente que o vínculo estabelecido entre o pescador e a natureza se pode manifestar materialmente (através de instrumentos ou indumentária específica), mas também cognitivamente (conhecimento empírico profundo acerca das correntes marítimas, fundos do mar, clima ou hábitos/movimentos dos peixes). Esta análise deve ser feita com recurso a uma antropologia de envolvimento que permita fomentar a empatia e ligação do investigador com diferentes membros representativos da comunidade (Restrepo, 2018, pp. 56-58).

A apropriação prática e simbólica do “espaço” resulta de um conjunto de aspetos verbais, sociais e comportamentais que contribuem para a “vivência” do mesmo (trajetos, percursos, modos de ocupação de lugares públicos e privados, comportamentos aplicados em diferentes espaços, conhecimento cocriado e vocabulário utilizado para definir lugares), aos quais deve ser dada a relevância que, efetivamente, assume para a compreensão de processos de identificação, domesticação e transmissão do espaço vivido e partilhado (Escallier, 2018, pp. 29-30).

Harvey afirma que “habitar é a capacidade de atingir a unidade espiritual entre os humanos e as coisas» (2010, p. 32), o que nos remete para o sentido de pertença cultural e para o processo de significação (individual e coletiva) dos “lugares”. Além da dimensão física, utilitária e funcional, a vivência, experiência e ocupação do “espaço” implicam emotividade e significação e contribuem, permanentemente, para a conceção de um núcleo social e cultural consolidado.

Assim, as comunidades realizam atividades em “lugares” que se articulam com as práticas dos seus membros que, na verdade, são “atores” no duplo sentido do termo: por um lado, responsáveis pela limitação (física e simbólica) do espaço; mas, em simultâneo, orientados e definidos por ele (as relações sociais promovidas pelos “lugares” vão definindo aquilo que se pode/deve fazer e dizer).

Esta abordagem antropológica de “lugar”, defendida por Abilio Vergara Figueroa, em *Etnografia dos Lugares* (2013), pressupõe a articulação entre a função instrumental e a dimensão simbólica do “lugar”, representada nas crenças distintivas e práticas sociais específicas dos grupos. O “lugar”

constitui, assim, um espaço circunscrito que é partilhado e significado pelos seus atores, onde as suas práticas e representações vão contribuindo para a criação de um universo cultural e social específico – “nós” significamos os lugares em qualquer ação quotidiana, seja através da linguagem, práticas, memórias, crenças, rituais ou objetos (Figueroa, 2013, p. 19-20).

No que diz respeito à entrevista etnográfica, assume-se como uma técnica de pesquisa qualitativa encarada como um «diálogo formal orientado por um problema de investigação» (Restrepo, 2018, p. 76) que pressupõe um conjunto de questões abertas aos quais os entrevistados respondem expondo os seus pontos de vista acerca de uma realidade vivida ou presenciada por eles. Para garantir o sucesso na obtenção de informações, torna-se necessário definir previamente os objetivos, conteúdos e forma de registo dos diálogos – o que não significa que as informações espontâneas ou obtidas de forma informal não contribuam para a compreensão de uma realidade social.

Contudo, as entrevistas só se devem realizar depois de ter havido oportunidade de estabelecer alguma empatia com os entrevistados, para que seja possível ter acesso a um conjunto de dimensões da vida social que auxiliam a compreensão, nomeadamente perceções ou valorizações dadas pelos entrevistados a certos acontecimentos, relações sociais, feitos ou personagens, registos da sua tradição oral (oralidade e história local), descrição de saberes, artes e ofícios ou a exibição de instrumentos e apetrechos de pesca/agricultura. Na realidade, os objetos etnográficos revelam-se fontes de informação extremamente relevantes para a compreensão da evolução técnica e prática de um grupo. Constituem a mediação entre o Homem e a matéria no terreno, cuja morfologia e funcionamento permitem refletir acerca do seu passado técnico, social e económico: «o objeto é, portanto, uma memória para consultar, mas também para preservar enquanto património» (Escallier, 2018, p. 38).

Para além disso, torna-se essencial ter em conta que as significações e as narrativas partilhadas não são uniformes (Figueroa, 2013, p. 25), visto que o próprio objetivo da investigação passa, também, por dar conta da dimensão interpretativa e conotativa das palavras, ações e coisas.

Tudo isto faz com que a etnografia seja um conhecimento situado, na medida em que retrata realidades e perceções específicas de um certo grupo. Isto não significa, no entanto, que constituam reflexões e interpretações estanques: «a meta é chegar a grandes conclusões partindo de factos pequenos, mas com complexidade, prestar apoio a enunciações gerais sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva, relacionando-as exatamente com factos específicos e complexos» (Geertz, 1989 *apud* Figueroa, 2013, p. 26). A partir do contacto com atores, espaços, objetos e acontecimentos, a metodologia etnográfica pressupõe a transposição da esfera “visível” (denotação e significantes), numa

lógica de interpretação da densidade significativa que provém das interpretações das situações sociais vividas.

Atualmente, as dinâmicas globalizantes vieram alterar profundamente a vivência social do tempo, espaço e território, de acordo com uma “nova” velocidade imposta pelos transportes e pelas comunicações, onde os atores e a informação circulam de forma a constituir uma verdadeira “aldeia global” (McLuhan & Powers, 1989). Na realidade, apesar desta unificação do espaço contemporâneo ter produzido novas formas locais e novos “lugares”, contribuiu, simultaneamente, para o aumento da consciência do caráter único do “lugar” e para a fragmentação da esfera social, devido às estratégias locais competitivas e à emancipação do caráter distintivo dos locais.

Apesar de tudo, o “lugar” constitui a forma mais comum de viver e interpretar o “espaço”, onde atores e (suas) práticas se articulam de acordo com uma organização social, política, cultural e económica específica. Contudo, abordar etnograficamente o “lugar” implica ter em consideração os fluxos, contextos e processos de vivência social, na medida em que a análise etnográfica só obtém resultados quando inserida num contexto histórico, territorial e estrutural (Figuerola, 2013, p. 37).

A presente investigação etnográfica conta com a integração complementar de fontes visuais (fotografias) que auxiliarão no processo de recolha e interpretação da informação, contribuindo para o desenvolvimento da reflexão e criação de conhecimento científico em torno da realidade social e cultural da comunidade piscatória de Angeiras.

No que diz respeito à aplicação de técnicas visuais e ao recurso à imagem como ferramentas auxiliares para a criação de conhecimento científico nas ciências sociais, a sua relação tem-se revelado duradoura, porém conturbada. Com efeito, a antropologia moderna foi pioneira na aplicação de técnicas fotomecânicas de produção de imagem no século XIX, principalmente como ferramenta para retratar a realidade estudada e dar a conhecer os “sujeitos da pesquisa” (maioritariamente “outras” sociedades, exóticas e distantes). Por outro lado, a sociologia apenas recorreu às técnicas visuais para retratar e documentar o bem-estar social a partir de meados do século XX (Banks, 2009, p. 21).

Em termos históricos, a invenção da fotografia e do filme, no século XIX, constituíram acontecimentos marcantes para a história cultural da humanidade, na medida em que permitiram a mediação visual do mundo, ou seja, a capacidade de registar e compreender a realidade envolvente e a própria perceção dessa vivência. Apesar de alguma relutância académica em relação ao uso da imagem (relação marcada por períodos de resistência e desvalorização pictórica), a realidade social tem vindo, também, a ser estudada e analisada a partir desse prisma, contribuindo para a criação de um legado

imagético significativo que auxilia a “reconstrução” de formas sociais passadas e a compreensão da evolução sociológica das comunidades e grupos humanos (Campos, 2011, pp. 237-238).

Assim, no âmbito dos pressupostos da pesquisa qualitativa, importa referir que as estratégias analíticas apoiadas em modelos de comunicação que se cingem apenas à linguagem podem não ser suficientes (Campos, 2011, p. 244), na medida em que as imagens permitem relacionarmo-nos, de forma distinta da palavra, com os atores e a sua realidade social, incentivando, não só a partilha de outras memórias e percepções com o investigador, mas também o alargamento das gramáticas de representação desse conhecimento cocriado.

Banks (2009) analisa as propriedades retóricas da imagem e a sua relação com a investigação, distinguindo a “narrativa interna” e a “narrativa externa” de uma fotografia. A primeira corresponde ao sentido denotativo da imagem, a resposta descritiva acerca do que está representado (por exemplo: uma mulher, um gato, a noite). A “narrativa externa” está relacionada com a conotação e polissemia da imagem, a contextualização e a realidade social que a fotografia expõe, a “história” que é construída em torno daquela imagem (Banks, 2009, p. 29).

Assim, durante a investigação etnográfica torna-se essencial ter em conta que as “indicações” dadas pela narrativa externa contribuem para uma reflexão mais consciente. Contudo, essa análise deve resultar, também, da própria observação e investigação dos “lugares” – tornando possível o enquadramento das imagens num contexto específico, onde atores e locais se prolongam e cruzam no “tempo” e “espaço”, e a partir do qual é possível inferir as relações sociais implícitas na fotografia.

A aplicação de fontes visuais na pesquisa qualitativa implica a consciência de que a partilha de imagens pela/com a comunidade permite o acesso a um conhecimento sociológico que, provavelmente, não seria possível através de outros meios (como a “palavra”) porque a interação com elas vai despertar uma experiência sensorial distintiva, responsável por reavivar memórias e percepções.

A antropologia moderna do século XIX, como vimos, foi pioneira na aplicação da linguagem fotográfica e cinematográfica como ferramentas auxiliares na construção de conhecimento científico e tornou-se responsável pela primeira corrente de pesquisa visual, que corresponde à criação de imagens por parte do investigador para analisar aspetos da vida social dos “sujeitos da pesquisa”, tentando interpretar as relações sociais inerentes e as suas próprias percepções dessa realidade.

A segunda corrente da pesquisa visual diz respeito à recolha de imagens que são fornecidas pela própria comunidade ao investigador, o que já pressupõe uma conexão pessoal e social dos atores para

com a imagem e uma relação de empatia e confiança que os incentiva a partilhar esses registos. Esta vertente do estudo sociológico das imagens ganhou relevância na segunda metade do século XX.

Em função da crescente necessidade de demonstrar a credibilidade das metodologias visuais, enquanto ferramentas de análise de uma realidade social e cultural, vai surgindo uma terceira corrente de pesquisa relacionada com a «criação e estudo da imagem colaborativa» (Banks, 2009, p. 22), que pressupõe um trabalho conjunto entre a comunidade e o investigador na análise e interpretação das imagens, sejam elas pré-existentes ou criadas no momento.

Tendo em conta que a presente investigação recorre, tanto a fotografias próprias como a registos gentilmente cedidos pela comunidade local, aplicar-se-ão estas duas últimas correntes da pesquisa visual para tentar contextualizar e descrever as dinâmicas sociais em torno da apanha do sargaço.

Na década de 80 do século XX, a antropologia visual e os modos como ela é feita vieram reforçar o questionamento da normatividade inerente ao processo científico, num deslocamento teórico em direcção ao “interpretativismo” – abordagem participativa de análise que considera todas as dimensões da ação social (oral, visual, gestual, mas também os sentimentos e as emoções dos envolvidos) e a encara como resultado de um conjunto de contextos e significados, na medida em que à ação social corresponde «uma história que uma sociedade conta sobre si mesma» (Geertz, 1973 *apud* Banks, 2009, p. 38).

A partir da década de 1990 as ciências adotaram, de forma geral, as metodologias visuais na sua investigação enquanto instrumentos de análise inovadores que promovem o reequacionamento das práticas científicas. Tanto a antropologia e sociologia, como a psicologia, os estudos culturais ou de comunicação começaram a integrar novos paradigmas e propostas metodológicas que ultrapassaram, em larga medida, a conceção meramente operacional da fotografia (a imagem passa a ser considerada uma ferramenta auxiliar das ciências sociais e humanas).

A «esfera do visível» (Aumont, 2009 *apud* Campos, 2011, p. 238) – um conjunto de símbolos e ações observáveis, presentes no quotidiano de uma comunidade, e que podem corresponder a rituais, gestos, crenças, indumentárias, artefactos ou festividades – foi sendo cada vez mais significada e ganhando importância cultural porque, na realidade, um grupo social expressa-se sempre de forma simbólica. Sejam os signos verbais ou pictóricos, essa realidade pode e deve ser observada e registada. A imagem e os sistemas óticos ganham credibilidade no âmbito da validação do discurso científico e na estruturação de disciplinas porque se passa a considerar que «a ciência produz imagens, sob diferentes

formatos, que colaboram na tarefa de conhecer e refletir o mundo. A ciência fabrica uma forma de olhar para o mundo» (Campos, 2011, p. 239).

Na realidade, o recurso a imagens enquanto metodologia científica está relacionado com causas de ordem social, tecnológica e epistemológica, nomeadamente as alterações sociais e culturais decorrentes da “cultura visual” ou da “civilização da imagem”, onde, atualmente, os dispositivos (audio)visuais condicionam a forma como construímos significados e como nos relacionamos com o espaço, o tempo a sociedade e o mundo.

Anteriormente, os discursos de legitimação da imagem proclamavam os princípios de objetividade, transparência e neutralidade da fotografia porque não consideravam o estatuto ontológico da imagem, ou seja, a situação contextual em que ela se insere. O pensamento pós-moderno e pós-positivista veio contribuir para a conceção atual da câmara fotográfica, como estando inscrita num determinado contexto sociocultural, «isto é, filmes e fotografias estão sempre relacionados com duas situações: a cultura dos que são filmados e a cultura dos que filmam» (Ruby, 1996 *apud* Campos, 2011, p. 250). No que diz respeito à fotografia, para considerar a sua subjetividade é necessário que quem a produz reflita e considere acerca das suas (possíveis) habilidades retóricas no momento da sua produção.

Deste modo, abandona-se o princípio da neutralidade e transparência das metodologias visuais para as encarar enquanto registos parciais ou incompletos, pois requerem um processo de contextualização e significação social para poderem fornecer dados de análise rigorosos acerca da cultura visual de uma comunidade. Passam também, à imagem dos textos, a ser vistos como registos narrativos/discursivos munidos de intencionalidade e de subtexto ideológico – não é possível fotocopiar o “real”, apenas retratar uma parte do mesmo à luz do olhar subjetivo do fotógrafo. Neste sentido, o conhecimento científico abandona o positivismo das ciências naturais (enquanto integração conjunta de dados ontologicamente distintos) para se apoiar numa abordagem “interpretativista”, onde o conhecimento científico resulta de uma construção social, tal como qualquer outro enunciado sobre o mundo (Banks, 2009, p. 38).

Contudo, e tal como defende Hastrup (1992), a imagem, no seu estado puro e autónomo, encerra um valor limitado na construção do conhecimento, pois não dá conta da profundidade que está associada a uma experiência etnográfica porque «o objetivo da pesquisa social é aprender a respeito da sociedade, e os métodos visuais são um caminho para esse objetivo, não um fim em si mesmos» (Banks, 2009, p. 70). Estes devem ser empregues em complementaridade com o discurso etnográfico, numa lógica de aplicação de modelos singulares de descodificação da realidade sociocultural em estudo.

Assim, torna-se possível considerar uma diluição gradual das fronteiras entre a “imagem” e a “palavra” enquanto metodologia de investigação, mas também entre ciência, retórica e arte, permitindo a exploração de novas abordagens e arquiteturas do texto etnográfico, fatores inovadores de divulgação científica (Marcus, 1994 *apud* Campos, 2011, p. 253).

Posto isto, e apesar da relutância associada à sua validade científica, a fotografia tem auxiliado na conceção da maioria dos trabalhos etnográficos. No entanto, uma comunidade científica reflexiva e transversal a vários ambientes socioculturais e tecnológicos deve preocupar-se com a fundamentação epistemológica da prática fotográfica, numa tentativa de aceitação consensual e credibilização académica dos dispositivos visuais (Campos, 2011, p. 257).

Para estudar as permanências, ruturas e transformações da cultura do sargaço em Angeiras, além da pesquisa e análise bibliográfica, o projeto incluiu seis meses de trabalho de campo com o objetivo basilar de recolha de testemunhos e perceções, tendo em conta a permanência no terreno e a realização de entrevistas etnográficas previamente elaboradas. O trabalho de campo pressupõe a articulação entre as técnicas de investigação e a metodologia desenhada, pelo que cabe ao investigador considerar técnicas «não invasivas» que visem «eliminar a visibilidade excessiva do investigador [no terreno], que põe obstáculos ao acesso à informação e empatia com os informantes» (Guber, 2005, p. 100 *apud* Restrepo, 2018, p. 54).

Logo, importa ter em conta que, por um lado, quanto mais tempo for investido no trabalho de campo, maior será a capacidade do investigador de assimilar o contexto social e os atores que o constituem, contribuindo, assim, para interpretações mais sólidas e contextualizadas. Por outro lado, a experiência etnográfica reveste-se de mais camadas de significação quanto maior for a capacidade do investigador em relacionar os dados obtidos (Restrepo, 2018, pp. 27-28). Para além disso, experienciar o quotidiano das pessoas e dos seus “lugares” permite testemunhar situações que, de outro modo, dificilmente seria possível.

Rapley (2007) analisa uma abordagem de estudo que tem despertado grande interesse na investigação social designada “etnometodologia” e que encontra espaço de atuação na componente prática deste projeto, tendo em conta que é uma vertente de pesquisa que pressupõe o contacto do investigador com os atores sociais através da linguagem natural e da conversação, em oposição à gramática formal que sobressaía nas entrevistas etnográficas e na interação com a comunidade. Os estudos etnometodológicos baseiam a sua interpretação da realidade social com base num processo iterativo e duradouro, observável através das rotinas do dia-a-dia da comunidade, os seus métodos de organização pessoal e social ou a sua dinâmica profissional (Banks, 2009, p. 69).

Assim, com recurso a uma metodologia etnográfica de análise e o apoio de materiais visuais significativos, a presente dissertação pretende: i) refletir acerca de um núcleo cultural com especificidades e dinâmicas próprias e uma ligação estreita entre diferentes setores produtivos (a terra (agricultura) e o mar (pesca)); ii) compreender as causas e consequências da transformação socioeconómica na cultura do sargaço em meados do século XX, em grande parte relacionada com a generalização do uso de fertilizantes químicos; iii) equacionar a ligação entre o passado e o presente da atividade piscatória, assim como o processo de construção de memória coletiva; iv) contextualizar socialmente as comunidades piscatórias enquanto elementos com uma cultura marítima própria, detentoras de um vasto património histórico e cultural (material e imaterial) que deve ser documentado e preservado, tendo em conta a sua relevância enquanto ferramenta de auxílio à compreensão da evolução social da comunidade piscatória.

Para além disso, os pressupostos metodológicos que servem de base a este projeto revelam a importância de analisar, descrever e documentar o valor cultural dos “objetos” etnográficos – documentos visuais, instrumentos e artefactos que fazem parte de um leque de manifestações e representações sociais da sua própria realidade e que vão construindo o universo “social” a partir de diferentes perspetivas (Figuroa, 2013, p. 26).

De acordo com a componente de pesquisa visual, a investigação contará com o recurso a pequenos arquivos/álbuns fotográficos de indivíduos, famílias e instituições locais para tentar contextualizar histórica e socialmente a comunidade, tendo em conta o seu papel fulcral enquanto “fonte” de memória coletiva. Esses documentos visuais permitirão uma compreensão mais sólida dos contextos e das relações sociais/familiares inscritas nas fotografias e, a partir daí, «observar como elas se tornaram e como se projetam, no passado e no futuro, a partir desse “presente” congelado – não só as fotos, mas também os objetos que as acompanham ou que elas mesmas revelam» (Figuroa, 2013, p. 60).

Por fim, o contacto duradouro com a comunidade permitirá confrontar os ‘atores’ com fotografias antigas da apanha e da tradição cultural do sargaço, mas também a reflexão conjunta com base em registos recentes da exploração das praias – o que contribuirá para uma melhor compreensão da evolução da realidade sociocultural e o reconhecimento dos diferentes perfis sociológicos constituintes de uma comunidade em estreita comunhão com a terra, mas, em simultâneo, simbioticamente ligada ao mar.

3. O SARGAÇO

3.1. Sargaço: Definição e (possíveis) aplicações

Os oceanos constituem 78% da superfície da Terra e é em seu torno que se desenvolvem um conjunto de atividades essencial ao progresso económico, social e cultural dos territórios (Ramos, 2016, p. 309). O potencial hidrico do país pressupõe, não só a prática de atividades marítimas específicas, mas também o aproveitamento complementar de certos recursos haliêuticos – por exemplo, a apanha do sargaço e do pilado para adubação dos terrenos.

O pilado é um pequeno caranguejo que surge em cardume, cujo último par de patas tem uma forma achatada. Foi muito apreciado pelos compradores e lavradores que o consumiam – servia, simultaneamente, de alimento e de fertilizante orgânico, recolhido, maioritariamente, em conjunto com o sargaço. Inicialmente, os próprios lavradores organizavam-se em *companhas* e faziam-se ao mar em grupos de quatro homens e de dois barcos para a apanha, sendo que o rendimento proveniente era dividido em dinheiro ou em produto (Sá et al., 1991, p. 23). A sua procura intensiva durante os séculos XVIII e XIX transformou a apanha numa atividade quase industrial, pelo que, aquando da chegada dos barcos, a multidão corria desenfreada até à zona da água em busca de algum sargaço para usufruto próprio ou revenda (Oliveira & Galhano, 1958).

No que diz respeito à sua composição biológica, o sargaço constitui o resultado da acumulação de diversas macroalgas (*Laminaria*, *Fucus*, *Sargassum*, *Palmaria*, *Chondrus*, *Gelidium*, entre outras) que se desenvolvem nas plataformas continentais e se desprendem do fundo do mar com a agitação das águas (principalmente durante as marés vivas), sendo encaminhadas pelas correntes marítimas até à costa (Martins et al., 2020, p. 2).

As espécies que o constituem (sendo que a sua composição é variável) e a sua localização espaço-temporal na costa dependem diretamente da direção do vento e do sentido das marés, responsáveis por criar zonas vazias/preenchidas junto à beira-mar - o que permite aferir que as características físicas da praia podem ter um papel determinante na distribuição espacial do sargaço (Gómez et al., 2013 *apud* Martins et al., 2020, p. 2).

Em Portugal, torna-se possível identificar algas do grupo das Laminárias, comumente conhecidas como a *Taborra* ou a *Folha de Maio* (por dar à costa no mês de maio), apanhadas em maiores quantidades e colocadas nos campos, como prenúncio de boas e saborosas colheitas. O aproveitamento

agrícola do sargaço justificou, durante vários séculos, o valor e importância atribuídos à apanha, tendo em conta a fonte de riqueza nutritiva que constitui. A sua composição beneficia de um conjunto de nutrientes e metabolitos (cal, potássio, ácido fosfórico, azoto, etc.) que melhoram o sabor dos produtos e promovem o crescimento vegetal (Sharma et al., 2014 *apud* Martins et al., 2020, p. 5). As suas características aumentam ainda a resistência das culturas a doenças, potenciando solos mais arenosos ou, até, à partida, improdutivos. Estes benefícios ajudam a explicar a longevidade da tradição da apanha agrícola do sargaço, considerada “a mais importante das *fainas da lavoura* que se situam no mar” (Oliveira & Galhano, 1958, p. 63). Contudo, a instabilidade e dureza associada à apanha, a proliferação de indústrias nos concelhos, o progressivo abandono dos campos e a procura de melhores condições de vida antecedem o declínio da apanha tradicional (Pereira, 2019, p. 33).

Inicialmente, o sargaço era apanhado e utilizado como adubo agrícola de uma forma indiscriminada e abrangente. Mais tarde, a identificação de propriedades químicas distintas em cada espécie de macroalgas veio permitir que a sua recolha – o seu uso contemporâneo (agrícola, químico, alimentar, etc.) – varie de acordo com o fim a que se destina.

Atualmente, são colhidas, por ano, cerca de quatro milhões de toneladas de macroalgas em todo o mundo, sendo que os principais produtores são a China e o Japão, seguindo-se os EUA e a Noruega (Pereira, 2010, p. 3). As algas contêm ingredientes funcionais e nutracêuticos que se têm vindo a revelar extremamente úteis para as indústrias farmacêutica e alimentar. Estas extraem delas compostos com ação antivirica, antibacteriana ou antitumoral para a produção de medicamentos. A indústria cosmética também reconhece e aplica as propriedades terapêuticas e antifúngicas de certos constituintes das macroalgas. Por fim, certos constituintes de algas fazem parte da base nutricional de produtos alimentares como gelatinas, pudins de preparação a frio, produtos e cremes lácteos, molhos e condimentos, recheios de tortas e bolos, entre outros (Pereira, 2010, pp. 3-6).

Mais de metade das macroalgas utilizadas mundialmente são diretamente aplicadas na alimentação, tendo em conta a riqueza dos seus constituintes: minerais (ferro e cálcio), proteínas (aminoácidos), fibras e vitaminas que representam um método saudável e eficaz de enriquecimento nutricional de vários produtos alimentares.

Um dos atrativos principais da apanha industrial de sargaço prende-se com o seu uso para alimentação e extração de ficocolóides, ou seja, “moléculas de grande tamanho, constituídas por açúcares simples, que fazem parte das paredes celulares e espaços intercelulares de um grande número de algas” (Pereira, 2010, p. 9). São polissacarídeos que funcionam como fibras sem valor calórico,

solúveis na água e que permitem substituir a gordura em derivados lácteos, patés ou molhos. Estes ficocolóides são extraídos a partir de três espécies de macroalgas, nomeadamente: as algas alginófitas (a partir das quais é extraído ácido alginico, que funciona como aditivo estabilizante responsável por alterar a viscosidade de certos produtos), as algas carragenófitas (ricas em vitamina A e proteínas, ácidos gordos polinsaturados e sais minerais), a partir das quais é possível extrair carragenana, um polissacarídeo aplicado em produtos lácteos, alimentos de base aquosa, produtos à base de carne ou comida para animais, revelando-se um produto altamente nutritivo e, simultaneamente, baixo em calorias; e, por fim, as algas agarófitas (de onde se extrai ágar ou ágar-ágar, um ficocolóide frequentemente aplicado em microbiologia, medicina, cosmética e, inclusivamente, na indústria alimentar como aditivo natural).

Na realidade, Portugal chegou a ter verdadeira expressão no domínio das indústrias de ágar quando o Japão diminuiu consideravelmente a sua produção devido à II Guerra Mundial – de facto, a abundância e qualidade das algas em Portugal impulsionou o desenvolvimento das suas indústrias e a produção internacional de ágar (Vieira & Santos, 1995; Sousa-Pinto, 1998 *apud* Pereira, 2010, p. 9).

Em termos ambientais, a presença de sargaço junto às praias contribui significativamente para a manutenção dos ecossistemas, permitindo o enriquecimento nutricional das águas e servindo de habitat e garante de sobrevivência para a maioria dos invertebrados que constituem alimento para muitas aves (Ince et al., 2007; Ruiz-Delgado et al., 2015 *apud* Martins et al., 2020, p. 3).



Figura 3: Sargaço na praia dos Pescadores, Angeiras, maio 2022

Quando dá à costa, o destino final do sargaço vai depender de um conjunto de fatores biológicos e socioambientais que vão influenciar a forma como este é aproveitado, nomeadamente as espécies de macroalgas que o constituem, a estrutura da população consumidora, as características ambientais do local (que, como vimos, são, em grande parte, responsáveis pela distribuição espaço-temporal das algas) e, também, as condições meteorológicas (como vento ou precipitação), que podem acelerar ou atenuar a decomposição do sargaço e, conseqüentemente, permitir (ou não) o seu aproveitamento (Lastra et al., 2015 *apud* Martins et al., 2020, p. 3).

Em termos biológicos, a decomposição do sargaço no ambiente onde este se desenvolve não constitui um problema, mas antes uma fonte de riqueza nutritiva, tanto para o sedimento arenoso onde se encontra, como para as águas costeiras em que circula. Quando é transportado e estendido no terreno, as macroalgas em contacto com o solo vão alterar a sua temperatura e acelerar o processo de

biodegradação de outros sedimentos (estrume, folhas mortas) (Lastra et al., 2014 *apud* Martins et al., 2020, p. 3).

Contudo, importa refletir acerca das consequências socioambientais associadas à acumulação e consequente decomposição de sargaço nas praias que, aliadas ao atual cenário de contaminação das águas e às alterações climáticas, favorecem o aparecimento de espécies invasoras, a libertação de gases prejudiciais à saúde pública, odores fortes e pragas de moscas – um cenário incompatível com a prática balnear e o usufruto dos areais por parte dos banhistas. Todos estes inconvenientes associados à presença de sargaço na praia levaram a que as autoridades responsáveis pela gestão das praias interditassem a atividade em época balnear e a apanha (mecânica) do sargaço como garante do bem-estar e segurança dos banhistas. Estas medidas acarretam, mensalmente, custos elevados para os municípios, responsáveis pela limpeza das praias e pela libertação dos resíduos em aterros e estações de lixo municipais, sem sofrerem qualquer tipo de tratamento (Macreadie et al., 2017 *apud* Martins et al., 2020, p. 6).

Com efeito, e tendo em conta o potencial associado a este recurso natural, torna-se essencial desenvolver o conhecimento acerca do mesmo e criar alternativas sustentáveis para o destino do sargaço (Martins et al., 2020, p. 6), para que seja possível aproveitá-lo, ao invés de privilegiar a sua decomposição e consequente inutilização (com implicações no ambiente e na economia).

3.2. Sargaço: História e relação com a Igreja

Atividade de longa tradição, a apanha do sargaço surge, inicialmente, regulamentada na Póvoa de Varzim, no século XIV. Embora incipiente, a primeira abordagem ao assunto consta no *Foral de D. Diniz*, de 9 de maio de 1308, onde se declara que o rei atribui o sargaço daquela área aos seus moradores («todo o argaço que seja em termo da dieta pobra o aiam, os pobradores dela» (Oliveira & Galhano, 1958, p. 65)). Mais tarde, tendo em conta a importância económica e social atribuída ao sargaço, o foral manuelino de 1504 veio estabelecer um imposto real sobre o comércio das macroalgas. Daí em diante, a apanha passou a ser documentada em diplomas regionais e locais de vários tipos para tentar gerir disputas e conflitos entre os lavradores e as autoridades/senhores locais acerca do legítimo usufruto do sargaço que o mar encaminhava para a costa (Oliveira et al., 1990, p. 24).

A incidência de sargaço no litoral Norte de Portugal e o seu aproveitamento agrícola intensivo como fertilizante natural para os campos justificava a necessidade prévia de controlo e regulamentação por parte do rei e das autoridades locais, tendo em conta a abundância e a frequência com que lavradores e “outras gentes” corriam para a praia quando sabiam, ou ouviam dizer, que havia sargaço na costa, mesmo que isso implicasse o incumprimento dos deveres dos fregueses para com a sua paróquia (a assiduidade às cerimónias religiosas ou o pagamento do dízimo (a décima parte do produto do trabalho) à Igreja) (Ramos, 1943, p. 280).

Muitos locais e vilas costeiras foram alvo de um conjunto de ordens e declarações que implementavam restrições à atividade ou multas pecuniárias por incumprimentos estabelecidos pela Igreja. Ao longo dos séculos XVIII e XIX ocorriam frequentemente as chamadas “visitações”, onde uma autoridade delegada pelo bispo se dirigia às igrejas e paróquias a fim de fiscalizar e garantir o cumprimento dos deveres de padres e paroquianos – nomeadamente a sua assiduidade à missa, visto que a população ia apanhar sargaço independentemente de ser dia santo (Domingo) ou não. A manutenção dos altares e dos edifícios religiosos também era motivo de vistoria durante as Visitações, assim como o cumprimento dos horários estipulados para o período da apanha e os moldes em que esta podia ser praticada. D. Maria I chegou a conceder, sob apelo de bispos e padres, uma provisão relativa à extração de sargaço no concelho da Maia, em 1798, na qual declarou que «Nos dias anteriores ao Domingo e dias santos de guarda, sejam o fim da tarde a hora assinalada para largar o serviço, [...] um dos lavradores mais capazes, a votos do povo, para como juiz, para observância da mesma regra, com autoridade para condenar até mil réis». A chegada de sargaço à costa era um momento tão aguardado pelos habitantes que as descrições inseridas nos Livros de Visitações deixavam antever a sua magnitude: a ausência dos habitantes nos dias de festa quando havia sargaço, a necessidade prévia de reclamarem a posse do monte de sargaço recolhido, fora dos horários, nos dias seguintes aos domingos e dias santos ou a tentativa de contornar as decisões anteriormente estipuladas.

Tendo em conta as muitas e frequentes transgressões às medidas estabelecidas, houve necessidade, por parte da Igreja, de delegar membros específicos da população para assumirem a função de *olheiros* (responsáveis por zelar pelo normal funcionamento da apanha do sargaço, no que diz respeito a quantidades, conduta, segurança ou controlo do espaço ocupado para secagem).

Contudo, mesmo os próprios *olheiros* falhavam com as suas obrigações ou eram facilmente ludibriáveis, quer por interesses profissionais, quer por razões familiares. Para além disso, em muitas freguesias, a população tinha de pagar certos dízimos à igreja paroquial pelo que recolhia na praia e,

caso fossem apanhados a colher sargaço fora da respetiva freguesia, podiam mesmo vir a ser severamente multados (Ramos, 1943, p. 286).

Todas estas regulamentações, punições e condicionantes documentadas em diversos escritos desde o século XIV refletem a importância económica e social que foi sendo dada à atividade sargaceira ao longo dos séculos – motivo de interesse, conflito e discórdia entre os interessados (inicialmente, de uma vertente agrícola para consumo próprio e alguma venda local para uma aplicação intensiva em grandes plantações), tendo em conta o seu valor económico e a crescente importância que lhe era atribuída.

No século XIX, a apanha do sargaço era feita pelos moços de mar das grandes casas rurais com terreno agrícola próprio, as designadas Casas de Lavoura, que se situavam em agregados populacionais interiores e pertenciam às famílias mais abastadas de lavradores. Em muitos dos territórios costeiros, a necessidade de adubar os campos das Casas de Lavoura e a consequente vinda obrigatória à praia para apanhar sargaço justificou a construção de um conjunto de Casas de Mar por toda a costa norte de Portugal. Estas consistiam em pequenas arrecadações junto à linha da praia que serviam para guardar o sargaço e o pilado recolhidos, instrumentos agrícolas e, eventualmente, os apetrechos de pesca, ou pequenas embarcações de que os lavradores pudessem dispor (Oliveira et al., 1990, pp. 17-18).



Figura 4: Estado atual das Casas de Mar de Angeiras, abril 2022

Já no século XX, os lavradores começaram a abandonar progressivamente as lides marítimas por se revelarem inconciliáveis com o trabalho agrícola, o que resultou no abandono e na degradação de algumas Casas de Mar. A intensificação do cultivo em conjunto com o aumento da procura de fertilizantes para adubar os campos de “maseiras” impulsionaram o desenvolvimento da atividade sargaceira e a gradual aproximação de gentes rurais, já familiarizadas com o mar, e de outros pescadores, à linha da praia – uns ocupando as antigas arrecadações dos lavradores, outros alugando terrenos baratos para se instalarem.

A estrutura económico-social da apanha do sargaço sofre uma transformação significativa, na medida em que deixa de ser considerada uma prática rural complementar à agricultura para se tornar numa atividade independente e levada a cabo por outras populações de origem piscatória (Oliveira & Galhano, 1958, pp. 64-65). Com o avanço do conhecimento acerca das diferentes propriedades químicas de cada espécie de macroalgas constituintes do sargaço e a sua recolha seletiva, a atividade ganhou

outro volume de negócio, pelo que começaram a surgir algumas indústrias para uso e tratamento de algas para fins químicos, farmacêuticos e medicinais (Pereira, 2020, pp. 1-2).

Assim, torna-se possível compreender como é que a atividade sargaceira se encontra intimamente ligada ao processo de desenvolvimento das populações e atividades marítimas portuguesas, justificando a dupla natureza (agrícola e marítima) das gentes e servindo como elemento social e económico de ligação entre dois ambientes, à partida, distintos (Campêlo, 2000 *apud* Viegas, 2012, p. 64).

3.3. A atividade sargaceira no processo de fixação e formação de Comunidades Piscatórias

O desenvolvimento e a fixação de aglomerados populacionais junto à costa (muitas vezes dando origem a comunidades piscatórias atualmente consolidadas) relaciona-se diretamente com o mar e os recursos por ele oferecidos (Oliveira et al., 1990, pp. 13-14), mas também com uma estrutura económica agrícola familiar que implicava a deslocação da população até às praias para apanhar sargaço e pilado, enquanto fertilizantes orgânicos essenciais para boas colheitas.

O estrume dos animais é, provavelmente, o método mais contínuo para a fertilização dos campos, mas também se aplicava o pilado, o sargaço, a cabeça de sardinha ou a rapeira (conchas e pequenas plantas agarradas às rochas que eram raspadas com um sacho curvo próprio, mas que foi proibida por destruir os ovos e comedouros de peixes) (Sá et al., 1991, p. 22).

Prática secular enquanto complemento à atividade agrícola, a apanha do sargaço representava uma das formas mais eficazes de fertilização da terra antes do aparecimento e uso intensivo dos adubos químicos, no início do século XIX. Em termos práticos, a apanha pode ser feita a pé (fora ou dentro de água) ou a bordo (de embarcações, designadamente *barcos*, *masseiras*, *jangadas*, de acordo com o tipo de embarcação), dependendo da geografia ou da condição socioprofissional dos indivíduos (Oliveira & Galhano, 1958, pp. 79-80).

Enquanto fenómeno natural, o surgimento do sargaço nas praias depende de várias características naturais e físicas da praia, tendo em conta que a ação do vento e da maré são também responsáveis pela criação de zonas abundantes e/ou vazias em sargaço (Ruiz-Delgado et al., 2015, *apud* Martins et al., 2020, p. 3). A sua ocorrência geográfica também depende de um conjunto de

circunstâncias fundamentais, nomeadamente uma costa acessível (a pé/de barco) que seja, simultaneamente, ocupada por uma penedia pouco submersa, para que as algas se possam desprender com a agitação das águas, mas suficientemente submersa para que o sargaço se possa desenvolver nas rochas. Por fim, também o areal da praia deve ser suficientemente amplo para que haja espaço disponível para a secagem (Oliveira & Galhano, 1958, p. 64). Em Portugal, todas estas condições encontram-se reunidas a norte do rio Douro, o que justifica a sua predominância no litoral Norte e o prolongamento da atividade até à Galiza.

Para além disso, a apanha só se realiza entre os meses de maio e outubro, principalmente em períodos de mar revolto (as designadas *marés vivas*), quando a agitação das águas faz desprender o sargaço das rochas e o encaminha até às praias. Conforme a distância das algas da praia, a apanha a pé pode ser feita dentro de água ou apenas junto a ela. Contudo, a recolha também pode ser feita a partir de embarcações (barcos, *catraias* ou *jangadas*), a partir das quais os homens se organizam e procedem à apanha por arrasto.

Em núcleos piscatórios bem definidos é notória a distribuição do trabalho de acordo com o género, na medida em que o pescador apenas se dedica à colheita das algas a partir das embarcações, enquanto as mulheres se lançavam ao mar, arrastavam as algas até à zona seca do areal e as punham a estender para, depois de seco, o sargaço ser transportado numa *carrela* e vendido como fertilizante natural. Contudo, em certos aglomerados marítimos onde a mulher assume um papel determinante no sucesso das lides marítimas, também elas são detentoras de cédula marítima, o que lhes permite apanhar o sargaço de dentro das embarcações.

Com recurso a vários utensílios e apetrechos – com designações geograficamente distintas –, estes podem inserir-se em aparelhos do *sistema de dentes* ou do *sistema de redes*. A sua aplicação varia conforme a feição da prática da apanha do sargaço, ou seja, de feição mais rural ou marítima, respetivamente. Depois de recolhido, o sargaço é estendido no areal para ali ficar a secar – ao sol – entre dois e três dias, sendo posteriormente transportado para os campos (Oliveira & Galhano, 1958, p. 118).



Figura 5: Sargaço na Praia dos Pescadores. Angeiras, abril 2022

Inicialmente, assumiu-se como uma atividade maioritariamente praticada por *gente da terra* (lavradores/trabalhadores rurais) do litoral Norte português, que se deslocavam das suas aldeias, mais interiores e caracteristicamente rurais, até à praia para recolher as algas para consumo próprio ou alguma venda local (Oliveira & Galhano, 1958, p. 106). Era, assim, uma prática essencialmente relacionada com um regime de exploração familiar de pequena propriedade e a cultura intensiva dos campos. Para auxiliar o trabalho contavam com alfaias do tipo agrícola, remetendo para o sistema de dentes (*ancinhos (incinhos)* ou *gravetas*) e para a feição rural da apanha do sargaço.

Com o incremento da sua procura para exportação, mas também para fins industriais (em grande parte relacionada com um movimento de aproveitamento e valorização das areias em finais do século XIX em torno dos “campos de masseira” da zona da Aguçadoura (Póvoa de Varzim), uma cultura

hortícola intensiva que pressupõe grandes quantidades de adubo e água), a apanha do sargaço e do pilado tornou-se uma atividade relevante que ocupou muita gente durante parte significativa do ano, integrando-se num sistema mais complexo de negócio (Oliveira et al., 1990, p. 23) e, em parte, responsável por um processo de povoamento costeiro e de criação de aglomerados populacionais que faziam da apanha a sua atividade primordial ou secundária.

Os pescadores começam, inclusivamente, a interessar-se mais pela apanha do sargaço, tendo em conta que se tornava possível vender o produto a um preço relativamente justo para o trabalho que era desempenhado. Em simultâneo, outras populações mais pobres, de terras do interior ou de lugares geograficamente mais afastados, que não possuíam terras e procuravam o próprio salário explorando os recursos que o mar oferecia (os designados *cabaneiros* ou *seareiros* (Oliveira & Galhano, 1958, p. 67), vinham-se aproximando progressivamente das praias e dedicavam-se a executar qualquer função rural ou marítima.

A conjugação de terrenos baratos junto à costa com uma atividade marítima significativa deu origem a um fluxo populacional e à criação de núcleos habitacionais, em grande parte junto aos barracos de arrecadação na praia, as designadas Casas de Mar, que os lavradores e pescadores mais abastados possuíam para guardar os barcos ou os apetrechos agrícolas/marítimos (Oliveira et al., 1990, pp. 17-18), mas também para “arrecadação do sargaço, [sendo] utilizada apenas nas épocas da sua procura ou como residência temporária do sargaceiro” (Oliveira & Galhano, 1958, p. 165).

No entanto, à medida que a população marítima se aproximava da atividade sargaceira, o lavrador ia progressivamente abandonando as fainas marítimas em direção a uma cultura agrícola de consumo próprio, dando seguimento a uma atividade sargaceira rural apenas para adubação dos seus campos. A apanha passa a ser exercida por outros grupos sociais, de origem piscatória, que contribuem para a elevação da prática e para a sua transformação numa atividade autónoma com uma finalidade comercial direta e privilegiada. Estas dinâmicas de identidade que estão na origem de certos grupos piscatórios permitem distinguir, por um lado, uma facção da população mais abastada, da qual fazem parte os lavradores que se deslocam até às praias para recolher pilado e sargaço para adubar os campos, a partir dos quais garantem a sua sobrevivência. Por outro, um conjunto de gente pobre sem terreno próprio que se vai instalando junto à beira-mar e cujo trabalho depende significativamente dos recursos que o mar oferece (Oliveira & Galhano, 1958, p. 71) – desde a apanha do sargaço até à atividade piscatória, a sua relação com o ambiente marítimo vai-se desenvolvendo de uma forma intuitiva.

Posto isto, torna-se possível afirmar que o aparecimento e fixação dessas comunidades à beira-mar está, em grande parte, relacionado com a apanha do sargaço. Neste sentido, o processo de povoamento costeiro resultou, maioritariamente, de uma aproximação gradual de gentes rurais e *cabaneiros* de outras terras que, familiarizados com o mar e a pesca, se instalaram em lugares, provavelmente, já frequentados por eles e pelos (seus) lavradores na apanha do sargaço, junto dos antigos barracos de arrecadação onde guardavam os instrumentos agrícolas/piscatórios (Oliveira et al., 1990, pp. 17-18) e adaptaram-nos de modo a passarem a ser habitáveis.

O incremento da procura pelos fertilizantes orgânicos aumentou o fluxo de população em torno da apanha, atraindo pescadores de outros locais que «tentavam a sorte do mesmo modo» (Oliveira & Galhano, 1958, p. 71). Toda esta dinâmica populacional criou condições para o desenvolvimento de uma comunidade sociologicamente híbrida, em termos socioeconómicos e profissionais, cuja identidade dependerá, também, das relações estabelecidas entre a terra e o mar (Amorim, 2018, p. 16), o que permite concluir que a dupla natureza agrícola e marítima das populações esteve diretamente relacionada com as dinâmicas culturais em torno da apanha do sargaço ao longo dos tempos.

A população sargaceira prima pela coragem e resiliência de quem espera pelo que o mar vai dar à costa, faça frio ou calor, sol ou chuva, mas sempre com esperança de que seja uma boa *mareada*. As condições de vida e de trabalho refletem-se no seu modo de viver e habitar, encarando a realidade de uma forma assertiva e pragmática.

A grande maioria dos aglomerados populacionais à beira-mar consolidou-se apenas com o desenvolvimento da apanha durante o século XX, junto às *Casas de Mar*, e muitas das atuais habitações mostram bem a influência arquitetónica desses barracos. Angeiras é uma aldeia piscatória que se enquadra nesta realidade e que se desenvolveu, junto ao mar, também como uma “duplicação recente de um agregado rural antigo” (Oliveira & Galhano, 1958, p. 163), Angeiras de Cima, de onde saía a maior parte da população em direção à praia.



Figura 6: Comunidade piscatória de Angeiras, janeiro 2022

4. O TERRITÓRIO

4.1. A queda do Império Romano do Ocidente e a conceção de novas freguesias rurais

Antes da ocupação romana, o território do noroeste da Península Ibérica era composto por pequenos povoados de média altitude, castros e cidades, assentes em locais que garantiam uma ampla visibilidade do espaço, a segurança e o fornecimento de água a indivíduos, animais e culturas. Os seus pressupostos de sobrevivência e alimentação incluíam a recolção, a agricultura, a pesca e a criação de gado, muitas vezes desenvolvidas dentro dos muros, de terra ou pedra, que cercavam as habitações (Ramos, 1943, pp. 11-13).

Com a chegada dos romanos, em 218 a.C., os povos peninsulares foram assimilando as suas influências económicas, culturais e sociais. A sua permanência por cerca de 700 anos na Península Ibérica contribuiu para um conjunto de avanços e transformações com consequências significativas na forma de habitar e governar, entre elas: o desenvolvimento de atividades comerciais terrestres e marítimas, a construção de infraestruturas e vias de comunicação (pontes, aquedutos, rede viária, teatros), implementação de um novo sistema de agricultura, em parte responsável pelo progresso económico, assim como a conceção de novas divisões político-administrativas, que implicaram o redimensionamento das antigas cidades para dar lugar a grandes unidades de produção e exploração agropecuária: as Vilas e os Casais, de maior e menor dimensão, respetivamente, aos quais estava associado um imposto a pagar pelo senhor (*dominus*) ao governo central (Ramos, 1943, pp. 14-17).

Após a queda do Império Romano no Ocidente, a Península foi ocupada por povos de origem germânica, responsáveis pela alteração nos modelos sociais e religiosos, mas também de povoamento: além de uma forte influência da Igreja Católica na gestão das terras e no quotidiano das populações, a Idade Média caracterizou-se, igualmente, por um sistema feudal assente em relações de obrigatoriedade e servidão entre trabalhadores rurais e os senhores. O papel cada vez mais preponderante da Igreja em termos políticos e administrativos veio pôr em causa o poder dos reis que, na tentativa de restituir a autoridade e a fidelidade dos seus vassallos, incorreram numa série de concessões de terras aos senhores feudais. Estas doações vieram contribuir para o aumento de trocas beneficiárias, na medida em que, por conseguinte, os senhores doavam terras aos “cavaleiros” como garante de auxílio militar e, em contrapartida, era-lhes concedida proteção jurídica (Sampaio, 1979, p. 135).

Durante a reconquista cristã, a desordem governativa na monarquia asturiana e a incapacidade de administração do território recuperado, contribuíram para um crescente parcelamento das terras. Contudo, por mera ação popular, as antigas subunidades territoriais foram sendo divididas ou agrupadas pelos rurais de forma a criarem condições para a habitação e o trabalho da terra. As secções territoriais foram-se libertando da dominação comum dos senhores, contribuindo para o desagregamento das antigas vilas e, em simultâneo, para a formação gradual de um novo organismo sócio administrativo “onde continuará a desenvolver[-se] a vida moral dos lavradores, cujos estreitos vínculos de amizade, parentesco e irmandade espiritual, se apresentarão sempre, não obstante a diversidade de vontades senhoriais” (Sampaio, 1985, p. 136).

A instituição eclesiástica desempenhou um papel fundamental na progressiva conceção das freguesias rurais, na medida em que, detendo, de certa forma, a soberania moral sobre o povo e as terras (pertencentes ou não à paróquia) veio contribuir significativamente para a coesão territorial e para “a união de vontades, homogeneidade de sentimentos e comunidade de aspirações morais, que são a base da vida social” (Sampaio, 1985, p. 138).

Os documentos históricos assumem-se como fontes de informação indispensáveis à investigação, fornecendo dados e contribuindo ativamente na reflexão e compreensão de uma realidade precedente. Neste sentido, as *Inquirições*, através das quais os monarcas controlavam a gestão dos bens e territórios pertencentes à Coroa, constituem um conjunto de inquéritos, datados dos séculos XIII e XIV, extremamente úteis e capazes de elucidar acerca do funcionamento jurídico e administrativo da Idade Média. No que diz respeito ao território em estudo, são frequentes as referências a Lavra, Cabanelas, Palaciolo (Paiço), Pampelido, Casal, Angeses (Angeiras), entre outros lugares ou freguesias.

Vestígios arqueológicos aí encontrados permitem identificar atividade humana e a presença de um povoado anterior à fundação de Portugal: um conjunto de dezasseis tanques romanos escavados em afloramentos rochosos na praia da Forcada, poucos metros a norte da praia de Angeiras. Datados entre os séculos II e IV d.C., destinavam-se à salga do peixe e ao fabrico de *garum*, um condimento produzido a partir da maceração das vísceras de peixes e pequenos crustáceos, juntamente com azeite, vinho e plantas aromáticas. Depois de permanecer cerca de dois meses numa solução de água saturada de sal, era armazenado em ânforas e vasilhas para ser transportado para diferentes locais do Império, inclusivamente Roma. Com efeito, e “constituindo documento precioso sobre a vida piscatória da localidade no período da romanização, [os Tanques] são ainda um testemunho da indústria, já

desenvolvida, da conserva e comércio de peixe nessa época” (Inventário de Objetos e Lugares de Interesse Arqueológico do Museu de Etnografia e História da Junta Distrital do Porto, 1969, p. 295).



Figura 7: Vestígio arqueológico de um tanque romano na praia de Angeiras, fevereiro 2022



Figura 8: Réplica dos tanques romanos de Angeiras, fevereiro 2022

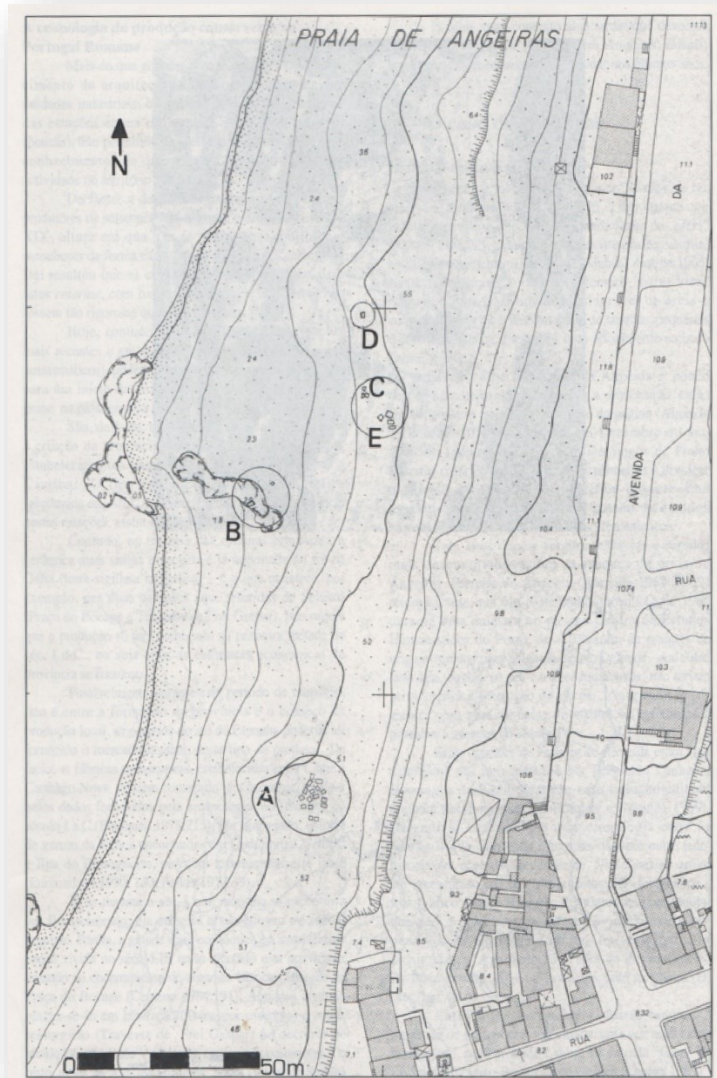


Figura 9: Mapa com a localização dos principais núcleos de tanques romanos na praia de Angeiras

Fonte: *Matesinus: Revista de Arqueologia, História e Patrimônio de Matosinhos*, 1995/6, 1/2, p. 32

Segundo o mesmo inventário, “o alto período medieval de Lavra está representado pela cerâmica tardia encontrada em Fontão e pelos túmulos guardados no pátio da antiga residência paroquial” (1969, p. 344), o que comprova o seu passado longínquo e a importância histórica e arqueológica deste território.

Lavra constitui uma das oito freguesias do concelho de Matosinhos, juntamente com Leça da Palmeira, Perafita, Santa Cruz do Bispo, Guifões, Leça do Balio, Custóias e S. Mamede de Infesta. A antiguidade de Lavra é duplamente comprovada em termos documentais: uma escritura da fundação e dotação de várias igrejas, datada de 897, menciona e afirma a antiguidade do *monastario labra* (mosteiro de Lavra); com efeito, a referência ao edifício eclesiástico pressupõe a existência de uma povoação ainda mais antiga, a qual deu o nome ao mosteiro.

Para além disso, um título de doação da *vila plana* (grande prédio rústico de origem romana que, atualmente, corresponde à freguesia de Vila Chã, pertencente a Vila do Conde), localiza-a junto ao *território labremse et Portugal* (Diplomas e Cartas dos *Portugalliae Monumenta Histórica*, nº 281), o que denota a importância e reconhecimento específico de um território pertencente ao Condado (Ramos, 1943, p. 16). A relevância atribuída a Lavra em escritos da fundação de Portugal e documentos históricos subsequentes permite compreender o contexto em que os territórios se foram formando e as dinâmicas de gestão política e social em seu torno. Na carta de foral atribuída por D. Manuel I ao concelho da Maia, em 1519, encontra-se referenciada, entre outras povoações, Lavra, o que nos permite concluir que, no séc. XVI, era território pertencente ao concelho da Maia (Ramos, 1943, p. 57). Também foi aqui que, na zona da Memória (entre Perafita e Lavra), ocorreu o desembarque das tropas liberais em 1832, contribuindo este momento histórico, também, para o papel preponderante de Matosinhos na implantação do liberalismo no território português e nas transformações políticas que daí advieram.

4.2. O concelho de Matosinhos

Matosinhos corresponde a uma povoação muito antiga pertencente, entre outras, ao Julgado Municipal de Bouças, referenciada nas *Inquirições* de Afonso III como *Matusiny*. A proximidade com o mar e a intensidade do comércio marítimo permitiram um grande desenvolvimento de *Matusiny*, o que lhe atribuiu uma posição privilegiada quando D. Manuel, em 1514, lhe concedeu um foral, instituindo os deveres, direitos e isenções atribuídos à população (Lima, 1963, pp. 3-4).

Entretanto, após várias alterações político-administrativas no Julgado Municipal de Bouças, este passa a ser constituído por Matosinhos, S. Miguel da Palmeira, Ramalde, Nevogilde, Lordelo do Ouro,

Aldoar e Foz. Em 1833 dá-se a separação do poder administrativo e do poder judicial e é criado o concelho de Bouças, constituído pelas freguesias de Matosinhos, Leça da Palmeira, Lavra, Perafita, Santa Cruz do Bispo, Guifões, Balio, Custóias, S. Mamede de Infesta, Ramalde, Nevogilde e Aldoar (estes três últimos passaram a integrar o concelho do Porto aquando da construção da estrada da Circunvalação, entre 1889 e 1896, que separa Matosinhos do Porto) (Lima, 1963, p. 4).

A agricultura em Matosinhos desenvolveu-se favoravelmente por um conjunto de fatores, entre eles o solo e o clima, a densidade da população e a proximidade do mar, capaz de fornecer adubos baratos para os campos (pilado, cabeça de sardinha, sargaço e outros). Estes permitiam a fertilização das terras e o sucesso das culturas, principalmente de cereais e legumes. Para além disso, a criação de gado bovino em número considerável, para além de ovino e suíno, tinha como base a grande exploração leiteira que abastecia Matosinhos, a Foz e o Porto (Lima, 1963, p. 17).

Em relação à pesca, constitui uma atividade essencial para o dinamismo económico do concelho, atraindo pessoas vindas de todo o país – principalmente durante a safra (longo período da pesca da sardinha) – e funcionando, frequentemente, como garante de sobrevivência de muitas famílias. O movimento dos barcos e a azáfama da população são características da vivacidade de um território sustentado numa economia marítima e piscatória (Lima, 1963, p. 18).

Para além disso, a construção do Porto de Leixões funcionou como alavanca para o desenvolvimento do comércio marítimo, das pescas e da indústria conserveira. Desde o século XVII que as dificuldades de navegação e entrada na barra do Douro tinham feito surgir a necessidade de construção de um porto artificial que solucionasse o tráfego marítimo. Em 1852, após o naufrágio de um vapor durante uma tempestade, D. Maria II nomeou uma comissão de engenheiros para a conceção do projeto do porto. Por fim, no reinado de D. Luís I, o projeto de Nogueira Soares é aprovado e dá-se início à construção. O Porto de Leixões veio permitir o incremento de todo o universo de atividades ligadas ao setor do mar, tornando Matosinhos um dos principais centros conserveiros do país (Lima, 1963, p. 15).

4.3. A freguesia de Lavra e o sargaço

O concelho de Matosinhos integra um conjunto de freguesias com características específicas, de acordo com a população que as integra e as atividades que lá são desenvolvidas. Independentemente

da feição mais agrícola ou marítima dos lugares, o seu universo social é transmitido e percecionado através da linguagem que os seus membros utilizam, dos objetos de que dispõem, das crenças, dos hábitos e das tradições, elementos indispensáveis à compreensão de uma realidade sociocultural.

No que diz respeito ao território em estudo, Lavra é uma freguesia muito antiga do concelho de Matosinhos, historicamente referenciada desde 897, constituída por 8 lugares (Pampelido, Aviloso, Cabanelas, Paiço, Antela, Lavra, Praia (de Angeiras) e Angeiras) nos quais se conservam ainda muitos hábitos e tradições seculares que vão permanecendo e resistindo às crescentes pressões sociais e territoriais. Em termos geográficos, a sua posição mais afastada das restantes freguesias pode ter contribuído para a manutenção de certas raízes culturais no seu atual quotidiano. Para além disso, a proximidade ao mar explica o facto de grande parte da população lavrense ser composta por lavradores e pescadores, além dos fabricantes e industriais que desempenham funções noutras freguesias do concelho ou periféricas (Lima, 1963, p. 12).

A atividade agrícola tem vindo a desempenhar um papel preponderante desde os primórdios da ocupação de Lavra, encarada como atividade de subsistência pelos lavradores e suas famílias. Angeiras surge como um agregado rural interior onde os seus habitantes, para além da cultura cerealífera, a criação de gado e a produção de frutas, legumes e leite, se dedicavam a outras tarefas, como a pesca, a carpintaria (arranjo de apetrechos marítimos e agrícolas ou construção de peças para os moinhos de vento e água), o alargado comércio de produtos, mas também a apanha de pilado e sargaço para colocar nos campos – fertilizantes naturais que permitiam a adubação das terras, principalmente junto à beira-mar, onde a ação dos ventos torna os solos mais arenosos (Sá et al., 1991, p. 23).

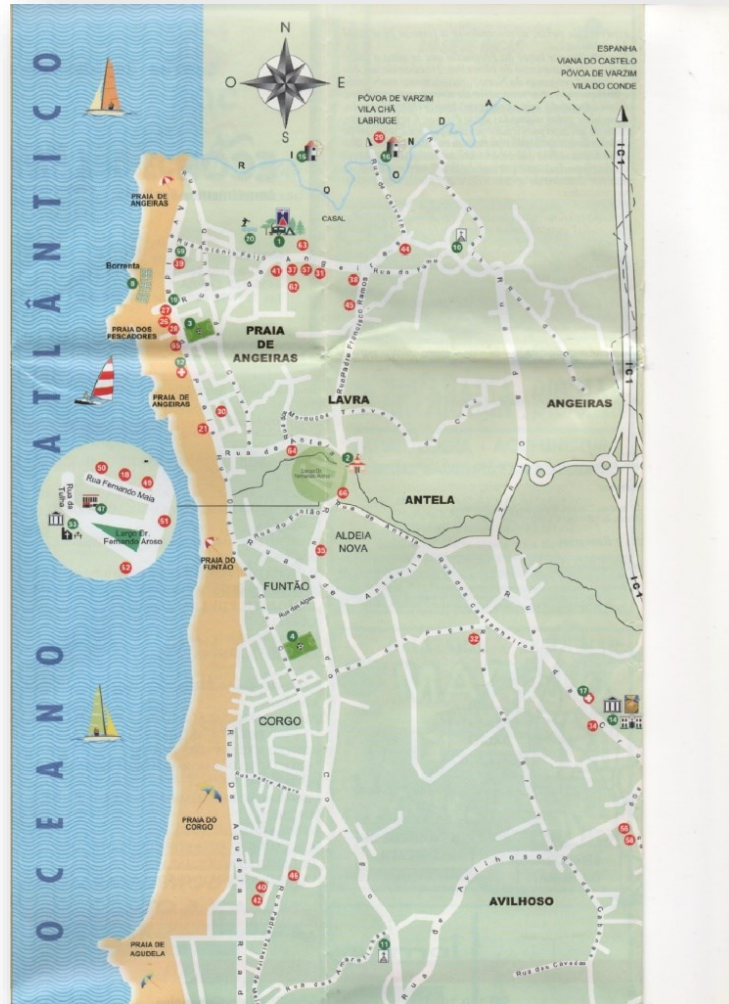


Figura 10: Excerto do mapa da freguesia de Lavra

Fonte: Mapa oficial da Junta de Freguesia de Lavra 2002/2005

Estas circunstâncias levaram a que, desde muito cedo, os lavradores se deslocassem frequentemente à praia e estabelecessem uma íntima ligação com o mar, possuindo, na maior parte das vezes, embarcações com que pescavam polvo, faneca e outros peixes e apanhavam pilado e sargaço. De facto, em Angeiras, a maioria dos lavradores também se dedicava à pesca. Os mais abastados possuíam pequenas casas de pedra junto à praia (as denominadas Casas de Mar) onde guardavam as embarcações e os instrumentos que os auxiliavam nas lides marítimas. Estas construções eram encaradas como dependências das casas de lavoura, habitações caracteristicamente rurais dos lavradores. A maior parte delas tinha moços que serviam as necessidades da terra e que, com a progressiva aproximação ao mar, se instalaram nas Casas de Mar para desempenharem funções marítimas (Oliveira & Galhano, 1958, pp. 67-68).

A apanha do pilado, rico em azoto, ácido fosfórico e potássio, chegou a ter grande destaque como método fertilizador das terras, sendo, assim como a atividade sargaceira, uma faina que interessava à lavoura mas que tinha lugar no mar. Este crustáceo começou a ser pescado em abundância, também pelos lavradores de Angeiras e Pampelido, que se organizavam em companhias (dois barcos e quatro homens) e faziam uso de uma rede específica de arrasto. Este tipo de pesca implicava um elemento (embarcação) imóvel, onde se prendia a extremidade de um dos cabos de rede, e um outro barco que lançava a rede até fechar o cerco. No final, o lucro era repartido em dinheiro ou em pilado (Sá et al., 1991, p. 23).

A predominância da pequena propriedade e de uma economia agrícola de tipo familiar e artesanal contribuiu para a necessidade do aproveitamento intensivo dos recursos haliêuticos para a fertilização das terras. A relevância económica e social destes recursos incitava os lavradores-pescadores a entrarem mar dentro, com pequenas embarcações movidas a remos, para de lá retirarem o adubo para as suas culturas hortícolas e cerealíferas (Oliveira et al., 1990, p. 14).

O sargaço era intensivamente recolhido durante o período do Verão e meses seguintes, sendo que, quando era do conhecimento geral a presença de sargaço na costa, os habitantes deixavam rapidamente o que estavam a fazer para se deslocarem à praia. De barco ou a pé, depois de recolhido, era estendido na areia a secar durante alguns dias para depois ser colocado nos próprios campos ou para venda local.



Figura 11: 'Camas' de sargaço na praia da Boa Nova. Andreino Fernandes, Matosinhos, anos 60

Fonte: Fotografias cedidas pelo Arquivo Fotográfico Municipal de Matosinhos

A colheita de algas marinhas na faixa costeira constitui uma atividade agromarítima de velha tradição que surge referenciada em diplomas de várias ordens desde o século XIV (forais, reclamações, sentenças, ordens, entre outros). O seu potencial de aproveitamento e o contributo que assumiu, durante séculos, para a economia da região explicam uma série de conflitos que surgiram em seu torno: inicialmente, entre habitantes e as autoridades locais acerca dos direitos de usufruto do sargaço que dava à costa, mais tarde, relativamente ao incumprimento das obrigações eclesiásticas dos fregueses (Oliveira et al., 1990, p. 24).

No que concerne a Lavra, freguesia outrora pertencente ao concelho da Maia, a atividade sargaceira assume-se como uma realidade igualmente longínqua. Num documento datado de 1397, Lopo Vasques da Cunha, um dos donatários dos reguengos da Maia, admitiu ter-se apoderado de grandes quantidades de sargaço que, legitimamente, pertenciam aos lavradores da região. Este facto constitui apenas um exemplo do conjunto de usurpações, roubos e violências que eram praticados pelos senhores, responsáveis pela governação das terras da Coroa. Perante o descontrolo da situação, D. João I emitiu, em 1432, uma ordem dirigida a juizes e vereadores do Porto na tentativa de impedir estes abusos por parte dos donatários (Ramos, 1943, p. 280).

A frequência da apanha e a intensa adesão a esta atividade justificaram a sua regulamentação aquando da elaboração do foral do concelho da Maia, em 1519, que, de forma clara, atribuiu o sargaço daquela zona aos seus moradores sem que nada tivessem de pagar por ele. Contudo, a Igreja não consentia a ida ao sargaço aos domingos e dias santos, o que não era, de todo, cumprido pelos fregueses: “apenas conta-se que havia sargaço (“argasso”) numa praia ou lhes parecesse provável que o houvesse, os lavradores deixavam tudo, fôsse de dia ou de noite, e corriam, com os “engaços” ao ombro, para o mar.” (Ramos, 1943, p. 279).

Na tentativa de contrariar esta tendência desenfreada da população, o bispo do Porto delegou aos ‘visitadores’ a responsabilidade de organizarem vistorias às paróquias e igrejas. Para além de verificar o estado de manutenção dos edifícios, importava garantir o cumprimento dos deveres dos párocos e paroquianos. Os resultados destas fiscalizações, denominadas *Visitações*, surgem compilados nos *Livros das Visitações*, instrumentos que reúnem um conjunto de informações extremamente úteis para a compreensão da realidade histórico-cultural, desde o século XIV, da maioria dos territórios em Portugal.

Neste sentido, tendo em conta o conflito de interesses e a desadequação das práticas, o relatório da *Visitação* de 1662 atribuiu aos *olheiros* a responsabilidade de zelar pela efetivação das medidas pré-estabelecidas, assim como a aplicação de multas pecuniárias para quem desobedecesse. Em 1674, constatou-se que, tendo em conta “que o recolhimento do ‘argasso’ é uma das cousas em que mais se quebrantam os dias de festa sendo os freguezes tão obstinados em o colherem n’elles que não há penas que os contenham”, tornou-se necessária a definição de horários em que a apanha era permitida (durante o dia, do nascer ao pôr do sol), ficando o *olheiro* incumbido de dar o sinal. Contudo, de acordo com o relatório da *Visitação* de 1676, a rebeldia de alguns fregueses de Lavra levava-os a deslocarem-se de madrugada até à praia, recolhendo montes de sargaço e apoderando-se deles antes do nascer do sol. Na realidade, os *olheiros* não cumpriam as suas obrigações e contornavam as decisões da Igreja, beneficiando de parte do sargaço recolhido de forma ilegítima. A *Visitação* de 1696 expõe essa situação e reforça a obrigatoriedade das suas funções de controlo e vigilância, assim como dá conta da vinda de gente de outras freguesias, de barco, para apanhar sargaço. Neste caso, teriam de ser identificados e forçados a pagar, ao pároco de Lavra, a multa pecuniária definida pela Confraria (Ramos, 1943, pp. 287-289).

O século XVIII foi igualmente marcado por contendas e infrações em torno deste recurso natural que o mar arroja à praia, tendo em conta a procura incessante, a azáfama e o movimento que gerava. Em 1711, perante a incapacidade de resolução e a necessidade de “compôr a confusão que há sobre o argaço, e desfazer os laços com que o demónio traz enredadas as almas n’esta freguesia” (Felgueiras, 1958, p. 127), o bispo ordenou que Lavra elegeisse um segundo *olheiro*, responsável por relatar os incumprimentos do primeiro e todas as transgressões praticadas pela população (pertencente, ou não, à freguesia). A ausência dos fregueses na missa devido à faina do mar constituía preocupação central da paróquia e, receando alguma perda de autoridade, o bispo estabeleceu a proibição da apanha durante o fim de semana e a obrigatoriedade da ida à missa, instituindo coimas para os fregueses que as desrespeitassem.

O clima de rebeldia e desconfiança sobre o qual assentava a atividade sargaceira parecia não ter resolução efetiva, pelo que houve a necessidade de publicar uma provisão régia, em 1798, com vista à regulamentação das práticas. D. Maria I, perante os conflitos e discórdias entre os fregueses, decorrentes das transgressões da ordem estabelecida, mas também reconhecendo a dificuldade de marcar as horas devido à ausência de relógios em certas aldeias, instaura o fim da tarde como o período final de serviço (apanha) nos dias anteriores aos dias santos e o nascer do sol do dia seguinte como

referência para a entrada permitida no mar. Na tentativa de garantir a efetivação destas medidas, autorizou o Ouvidor da Comarca da Maia a proceder à eleição de um lavrador “dos mais capazes” (*apud* Ramos, 1943, p. 302) em cada uma das quatro freguesias – Lavra, Labruge, Vila Chã e Mindelo –, à época pertencentes ao litoral do concelho da Maia, concedendo-lhes autoridade para garantir o cumprimento das medidas impostas e para “condemnar até mil reis os que excederem no serviço a determinada hora” (*apud* Ramos, 1943, p. 303).

Lavra, classificada administrativamente como freguesia rural de 2ª ordem, “desmembrou-se do concelho da Maia, para se incorporar no de Bouças” (Felgueiras, 1958 *apud* Silva, 1983, p. 9), passando a ser regulamentada pelo Código de Posturas do Município de Bouças, em 1898, que continha, inclusivamente, dois artigos referentes ao horário e aos procedimentos a adotar durante a apanha (Felgueiras, 1958, p. 127).

Posto isto, uma análise mais profunda da dimensão histórica da atividade sargaceira permite-nos refletir acerca do universo sociocultural que a envolve, assim como a evolução das suas práticas. A apanha do sargaço para adubação dos terrenos atravessou várias épocas e sociedades, revelando-se uma fonte de riqueza natural capaz de mover comunidades inteiras em seu torno. De facto, “a forma, rigor e minúcia com que (a apanha) é regulamentada deixam adivinhar a importância, magnitude e valor que ela assumia e lhe era atribuída pelos interessados” (Oliveira et al., 1990, p. 24).

Muitos dos aglomerados piscatórios que habitam a costa norte de Portugal apresentam processos de formação semelhantes, na medida em que se desenvolvem a partir de núcleos rurais mais afastados da costa, onde a sociedade era predominantemente agrícola e a pequena propriedade gerida sob um regime de exploração familiar.

O potencial agrícola dos recursos do mar contribuiu significativamente para um crescente movimento populacional em direção à costa. Alguns lavradores das grandes casas rurais – as “casas de lavoura” – possuíam embarcações próprias e pequenas construções junto às praias, onde os “moços de mar”, responsáveis pelas mesteres marítimos, guardavam os apetrechos da pesca e da apanha do pilado e do sargaço. Para além disso, também se dedicavam à apanha estratos de gente que não possuía terras nem rendimentos, dedicando-se a prestar serviços em qualquer faina – os designados *cabaneiros* ou *seareiros* (Oliveira et al., 1990, p. 20).

Angeiras (Praia) – tal como Vila Chã ou Mindelo – constituem pequenas comunidades marítimas cujo processo de formação é relativamente recente, como o comprova o *Promptuario das Terras de*

Portugal, um manuscrito do final do século XVII, quando, ao identificar as aldeias/lugares da freguesia de *Laura* (Lavra), não menciona o lugar da Praia de Angeiras (Ramos, 1943, p. 350). Contudo, são territórios que se desenvolveram de forma intensiva com base numa estrutura económica assente na exploração de recursos agrícolas e piscícolas, permitindo o crescente movimento populacional e a criação de núcleos habitacionais perfeitamente consolidados.

Em Angeiras, já durante o século XIX, o aumento da procura de fertilizantes naturais para os campos e a rentabilidade associada à apanha do sargaço motivaram cada vez mais a prática da atividade e a deslocação de pessoas, contribuindo para um processo bilateral de transformação dos moldes em que a apanha é feita. Por um lado, o lavrador rural foi abandonando progressivamente as atividades marítimas, por outro, assistiu-se a uma crescente adesão à apanha por parte da população piscatória.

Este movimento fomentou, inclusivamente, a fixação de outras gentes, oriundas de outras freguesias rurais ou núcleos piscatórios que “sob o ponto de vista profissional e socioeconómico apresentam um carácter híbrido e equívoco” (Oliveira et al., 1990, p. 19). A fusão entre indivíduos com diferentes perfis socioeconómicos que está na origem da comunidade piscatória de Angeiras resultou num intercâmbio de formas produtivas que, inevitavelmente, vieram influenciar o quadro natural onde as atividades se desenvolviam: a economia do mar representava-se pela atividade piscatória e o comércio, mas também pelas fainas agrícolas que dependiam dos recursos haliêuticos.

A procura intensiva, a familiarização com o mar e a disponibilização de terrenos baratos junto à praia constituem as principais causas do movimento de fixação populacional que se desenvolveu, efetivamente, na Praia de Angeiras, no princípio do século XX. Neste sentido, é possível afirmar que “a aldeia piscatória da beira-mar é, assim, também, uma duplicação recente de um agregado rural antigo, até há pouco único existente, ali, com esse nome (Angeiras de Cima)” (Oliveira et al., 1990, p. 21) e desenvolveu-se, em grande parte, devido ao incremento da atividade sargaceira.



Figura 12: Aldeia Piscatória de Angeiras. António C. Cerqueira, 1955

Fonte: Facebook António C. Cerqueira

O desenvolvimento da apanha assentou numa constante sobreposição de influências entre a pesca e a agricultura, da qual dependiam as práticas e instrumentos utilizados e, em determinados grupos, costumes e indumentárias específicas. Neste sentido, importa compreender o procedimento adotado, desde o momento da recolha até à sua colocação nos campos, assim como identificar os instrumentos utilizados. Contudo, torna-se igualmente necessário ter em conta as diferentes designações geográficas aplicadas a instrumentos e embarcações semelhantes ao longo da costa Norte, resultado da variabilidade das características socioprofissionais que estão na origem dos diferentes grupos, assim como das suas influências predominantemente agrícolas ou piscatórias.

Como vimos, quando o sargaço dava à costa, a recolha podia ser feita de duas formas: a pé ou dentro da embarcação. As algas que se encontravam junto à praia eram recolhidas a pé, contando com o auxílio de uma espécie de ancinho (em Angeiras conhecido como *ingaço*) para retirar o sargaço da água e juntá-lo em pequenos montes, designados *serras*. Por outro lado, tanto as algas que boiavam a maior distância, como as que se encontravam no fundo ou agarradas a rochas submersas, tinham de ser recolhidas a bordo de uma embarcação. Para isso, faziam uso de instrumentos específicos inseridos no *sistema de dentes* ou no *sistema de rede*, sendo que a sua aplicação variava de acordo com a forma

como as algas se encontravam na água (Oliveira & Galhano, 1958, p. 80). Uma vez que muitas rochas estão a grande profundidade, todos estes instrumentos possuem um cabo muito comprido de madeira, podendo atingir os 5 metros.

Inicialmente, os lavradores que possuíam embarcações (*barcos*, *masseiras* ou *jangadas*), praticavam alguma pesca e recolhiam sargaço para adubar as suas terras, possivelmente vendendo o excedente a lavradores vizinhos. O instrumento predominantemente utilizado por eles era a *graveta* ou *gaiteira*, como é conhecida no Minho, que consistia num pau comprido de madeira – podia medir entre 80 centímetros a 1 metro – com uma *costa*, semelhante ao ancinho, contudo, para além da fileira de dentes principal, continha outra fileira de dentes mais pequenos, o que permitia uma recolha mais eficaz e em maior quantidade. A sua versatilidade enquanto ferramenta tornava-a passível de ser aplicada na maior parte das circunstâncias de apanha, desde o arrasto das algas que se encontram no fundo ou a flutuar até ao momento da secagem, desempenhando o papel do *incinho* ou *ingaço*, como é designado em Angeiras, que contém apenas uma fileira de 8 ou 10 dentes (Oliveira & Galhano, 1958, p. 82).



Figura 13: Ingaço de Angeiras, agosto 2022

A forma e estrutura desta ferramenta remetem, claramente, para os instrumentos utilizados na atividade agrícola. “Numa Postura Municipal da Póvoa de Varzim, datada de 1862, menciona-se a apanha do sargaço a pé ‘com gravetas e quaisquer instrumentos’” (Oliveira & Galhano, 1958, p. 83), o que comprova a feição rural que está na base do incremento da atividade sargaceira.



Figura 14: Apanha de sargaço na Póvoa de Varzim. Artur Pastor, anos 50/60

Fonte: Portefólio digital Artur Pastor

Contudo, a utilização da graveta foi diminuindo significativamente à medida que o lavrador foi abandonando progressivamente as fainas marítimas para se dedicar, em exclusivo, ao trabalho da terra. Em Angeiras, apesar de ainda se verem gravetas, o instrumento mais comum pertencente ao sistema de dentes era o *ingaço*, que, graças ao seu cabo comprido permitia alcançar o fundo do mar e puxar ou desprender as algas, servindo, simultaneamente, para juntar o sargaço em pequenos montes ou para o espalhar nos campos.

À medida que a apanha foi sendo cada vez mais praticada por indivíduos da classe piscatória – na maioria dos casos, as mulheres a pé e os homens dentro da embarcação -, começam a ser empregues na faina do sargaço os instrumentos de rede, normalmente constituídos por um saco preso a um arco em madeira de uma ou meia-volta, dependendo da sua geografia, com um cabo comprido que permite recolher as algas, do fundo ou superfície, a uma maior distância. Contudo, em alturas de maré cheia ou mar revolto, o seu manuseamento torna-se bastante mais complicado, tendo em conta o comprimento do cabo e o peso que atinge quando o saco está carregado com as algas (Oliveira & Galhano, 1958, p. 84).

A variabilidade da sua forma em termos geográficos e as diferentes designações que lhe são atribuídas refletem o conjunto de influências distintas que estão na origem de muitos núcleos piscatórios e as especificidades culturais que os caracterizam. Neste sentido, da Apúlia para Norte, o saco é preso a um arco de meia-volta, onde as suas pontas se encontram unidas à estrutura de madeira por um cordão (conhecido como *rodafole* de Apúlia a Esposende, e como *redenho* de Esposende para o Norte); a partir de Averomar para sul, a sua estrutura difere, na medida em que o arco de madeira onde é preso o saco é de uma volta inteira – “é designado por *ganhapão* (em Angeiras chamam-lhe *ganhuça*; em Averomar, ultimamente, *bichano*)” (Oliveira & Galhano, 1958, p. 84).



Figura 15: 'Ganhuços' de Angeiras, agosto 2022

Todos estes instrumentos são feitos de madeira e de construção muito rudimentar. Apesar da sua simplicidade, tinham de ser resistentes para impedir que o movimento das águas e das rochas submersas provocassem estragos e perda de material recolhido. Testemunhos de pescadores de Angeiras comprovam que a maior parte das alfaias do sargaço eram construídas por eles, pelo que o seu conhecimento e as experiências passadas iam contribuindo para o desenvolvimento e progressiva adaptação dos instrumentos. Para além de referida a necessidade de construir o ganhuço com um pau comprido no meio do saco, atravessando-o por completo, para garantir que não se parte, também os próprios materiais para a construção eram recolhidos por eles: “nós íamos à bouça e íamos buscar, roubar, os paus...aqueles paus compridos. Também havia umas varas de, penso que era de figueira, que dobravam e fazia-se os arcos porque dobrava bem”⁴.

Em Angeiras, depois de recolhido e amontoado em pequenas *serras*, o sargaço era transportado até às dunas ou zonas de areia seca em *carrelas* ou *padiolas*, instrumento que consiste em duas traves de madeira de cerca de 1,5 metros de comprimento, unidas entre si por um conjunto de paus de 50

⁴ Entrevista a José Manuel Moreira a 17-12-2021, em Angeiras

centímetros. Quando a carrela estava carregada tinha de ser transportada por duas pessoas em simultâneo para que fosse possível colocar as algas a secar em zona segura, afastada da linha do mar (Oliveira & Galhano, 1958, p. 93).



Figura 16: Carrelas. Angeiras, agosto 2022

No que concerne ao vestuário, em certos lugares minhotos onde a apanha teve grande expressão e desenvolvimento, como a Apúlia, Carreço ou Castelo do Neiva, era utilizada a *branqueta*. Na realidade, a branqueta é o nome de um tecido de lã grosso, de cor natural, que é usado para fabricar os trajes com que homens e mulheres desempenhavam as tarefas da apanha do sargaço e que acabou por dar nome ao próprio vestuário. Contudo, o traje masculino e o feminino apresentavam claras diferenças: enquanto o dos homens constituía uma peça única, um casaco comprido de gola, até meio da coxa, com mangas compridas e um saiote curto (o que lhes permitia a liberdade de movimentos nas pernas), a indumentária feminina era composta por duas peças: uma blusa lisa sem gola e uma saia curta rodada. Muitas destas tarefas eram realizadas dentro do mar durante largas horas, pelo que a proteção contra o frio e a liberdade de movimentos eram fundamentais. Para proteger a cabeça, ambos usavam chapéu preto de

abas grandes, mas o chapéu do traje masculino foi sofrendo algumas transformações, decorrentes da crescente influência marítima na faina do sargaço (Oliveira & Galhano, 1958, p. 139). Embora não constituísse indumentária específica da comunidade piscatória de Angeiras, simbolizou a emancipação de uma atividade económica independente, com especificidades e designação profissional própria – sargaceiros/as –, cujo desenvolvimento contribuiu significativamente para a constituição e permanência de aglomerados piscatórios na costa norte de Portugal, muitos deles atualmente consolidados.

Com efeito, importa dar conta de um conjunto de práticas e representações que estão na génese destas comunidades, assim como registar e identificar utensílios e apetrechos aplicados nas fainas, para que seja possível preservar e refletir acerca de um modo de vida partilhado – uma realidade sociocultural passada, cujos hábitos, objetos, gostos, crenças e tradições contribuem para “dar uma ideia do espaço “vividido”, ou seja, praticado e representado” (Escallier, 2018, p. 30).



Figura 17: Três sargaceiras com respetivos instrumentos da apanha. Recriação etnográfica do Rancho das Sargaceiras e Marítimos de Angeiras no âmbito da Fest'Agro, Lavra, setembro 2022

5. MEMÓRIAS

5.1. Memórias de um passado técnico e social

Em grande parte dos territórios ao longo da fachada atlântica portuguesa, o oceano tem vindo a assumir um papel preponderante no seu desenvolvimento económico e social, sendo responsável pela criação de diversas atividades e indústrias com ele relacionadas e pelo incremento do emprego local. Para além disso, desde os primórdios da nação que constitui um elemento fulcral no processo de formação das comunidades marítimas e piscatórias e na sua organização política, económica, social e cultural enquanto coletivo, cuja identidade é indissociável das relações estabelecidas entre a terra e o mar (Silva, 2020, p. 4).

Em meados do século XIX, Angeiras (Praia) era caracterizada como “um litoral deserto só com esses barracos de abrigo dos cabaneiros e pescadores, e dos lavradores que residiam nas povoações correspondentes do interior, e à praia iam ao pilado, à pesca e à apanha do sargaço” (Oliveira et al., 1990, p. 20). Tal como refere Glória de Sousa Neves⁵ no seu livro *Recordar o Passado na Praia de Angeiras*, datado de 2010, no início do século XX o lugar da praia de Angeiras era praticamente formado por terrenos agrícolas de lavradores de Lavra e Angeiras (Neves, 2010, p. 5) e a constituição dos solos era maioritariamente arenosa ou argilosa, o que condicionava o tipo de atividades e as culturas que lá eram implementadas. Maioritariamente, eram plantados cereais, por não necessitarem obrigatoriamente de água. Quando as terras ficavam sem cultivo, colocavam o gado a pastar até à colocação de nova sementeira. Posteriormente, por volta de 1920, o fenómeno de apesamento das águas em Lavra e a consequente possibilidade de construção de poços permitiram a melhoria da fertilidade dos solos e a introdução de outras culturas que ganharam relevo, como o milho, tendo em conta o aproveitamento dessa cultura para semear azevém, uma gramínea altamente nutritiva que permitia a pastagem do gado durante o inverno (Sá et al., 1991, p. 7).

Curiosamente, e tal como se verifica atualmente na Aguçadoura e em Aver-o-Mar, Glória de Sousa Neves recorda-se de haver uma grande parcela de terreno feita nas dunas da praia de Angeiras onde se podia semear cultivo para alimentação. Este “campo de masseira” continha no meio do terreno um poço a partir do qual se tirava a água para regar a plantação, que se encontrava rodeada de dunas e protegida

⁵ Habitante de Angeiras, 97 anos, filha de Ezequiel Seabra: antigo pescador e Patrão de Salva-Vidas da Praia de Angeiras. A sua bravura e coragem salvaram centenas de pessoas. Profundamente respeitado e admirado na freguesia de Lavra.

do vento por chorões a toda a volta (Neves, 2010, p. 5). Apesar de terem caído em desuso, a presença dos campos de cultivo nas dunas de Angeiras e a existência, anterior, de pequenas propriedades agrícolas exploradas em âmbito familiar confirmam a feição predominantemente agrícola da população e o regime de cultura intensiva que esta desenvolvia e que requeria grandes quantidades de adubo. Estas condições, para além das suas circunstâncias naturais de formação, explicam a grande procura e a aplicabilidade do sargaço enquanto método fertilizador da terra, principalmente no litoral norte de Portugal e na Galiza.

A agricultura assumia-se como principal atividade de subsistência e, em seu torno, os lavradores desenvolviam outras ocupações de relevo que contribuíam para a manutenção dos seus campos e para a sobrevivência das suas famílias, tais como a criação de gado para fornecer alimento, a produção e venda de leite, o cultivo de cereais para produzir pão, a utilização do linho para o vestuário ou a apanha de sargaço/pilado para adubar as terras (Sá et al., 1991, pp. 7-8).

A par da atividade agrícola, os lavradores, por possuírem pequenas embarcações com que iam ao pilado, praticavam, inclusivamente, alguma pesca costeira. Na realidade, no início do século XX, já residia junto à praia alguma população piscatória que, na sua maioria, se dedicava à pesca da sardinha e à apanha do pilado para consumo próprio e/ou para venda local. Contudo, a falta de rendimentos e de condições de segurança e a instabilidade inerente à profissão implicava que muitos pescadores desempenhassem funções nas Casas de Lavoura para garantirem a sobrevivência das suas famílias, principalmente durante o período rigoroso do Inverno. José Meão⁶, atualmente com 92 anos, recorda os tempos em que andava ao sargaço com a mulher, as cunhadas, as irmãs e os irmãos enquanto atividade subsidiária da agricultura, tal como o pai anteriormente fizera, porque “a maior parte dos pescadores aqui era assim, tinham o tempo da pesca e tinham o tempo da lavoura. O Inverno não dava”⁷.

Também Glória de Sousa Neves refere que, várias vezes, o seu pai recordava os 10 ou 20 barcos que via no mar durante a sua infância, nas idas ao mar com o pai – sem grandes meios e experiência de pesca, o que retiravam do mar era, maioritariamente, para consumo próprio, tendo em conta que não havia quem quisesse comprar. Contudo, à medida que iam adquirindo conhecimento sobre os fundos e as marés arriscavam-se a pescar a maiores distâncias, o que lhes garantia maior qualidade de produto e mais compradores, em grande parte graças à “famosa” faneca de Angeiras (Neves, 2010, p. 6). Ezequiel Seabra, pai de Glória de Sousa Neves, nasceu em 1894 na Casa de Lavoura onde a mãe

⁶ Habitante e pescador aposentado da praia de Angeiras. Nascido em 1930 em Vilar do Pinheiro. Apanhava sargaço com a família para os lavradores e, com 12 anos, começou a dedicar-se à pesca juntamente com os irmãos. A comunidade destaca-lhe a bondade e empatia para com toda a gente.

⁷ Entrevista a José Meão realizada a 17-12-2021 na sua Casa de Mar, em Angeiras

servia, em Angeiras, e muito familiarizado com a atividade piscatória e com os perigos que ela acarretava, desde cedo pensava em casar e constituir família, o que pressupunha a construção de uma casa onde pudessem viver e um terreno que lhes garantisse os mantimentos necessários para criar os filhos. Assim, depois de conhecer a mulher com quem veio a casar, batalhou arduamente para construir uma casa junto à praia com barro das encostas e pedras que retirou do mar (Neves, 2010, pp. 76-77).



Figura 18: Capitão Salva-Vidas Ezequiel Seabra a instruir um grupo de nadadores-salvadores. Angeiras, anos 60

Fonte: Arquivo familiar de Glória de Sousa Neves

No seu livro, Glória recorda a casa que o pai construiu e onde viveu durante muitos anos com a família. No andar de cima havia dois pequenos quartos e uma sala; o rés-do-chão, em terra batida, tinha uma cozinha e algum espaço para guardar os apetrechos marítimos com que o pai trabalhava; na zona exterior havia ainda um pequeno terreno onde a sua mãe, filha de um lavrador de Paiço e habituada a trabalhar a terra, cultivava todo o tipo de produtos hortícolas. A dureza do trabalho e a precariedade das condições de vida da altura implicaram uma grande força de vontade e espírito de sacrifício de pais e avós em prol da sobrevivência das famílias. É, justamente, nesse sentido que Glória de Sousa Neves valoriza o esforço e reconhece as adversidades que os pais tiveram de enfrentar para lhes dar (a ela e à irmã mais velha) a melhor educação possível: “Assim foi fácil a nossa vida, nunca nada nos faltou. O

meu pai trazia peixe para vender e para comer, e a minha mãe tirava da terra o sustento para que nada nos faltasse, e ainda fazia toda a costura para a sua família. Só digo, Abençoados Pais” (Neves, 2010, p. 77).

Tal como referido anteriormente, muitas das comunidades piscatórias atualmente consolidadas surgiram, em parte, de um crescente movimento populacional do interior para a costa protagonizado pelo setor mais pobre da população que, em estreita relação com o trabalho agrícola e as Casas de Lavoura, procuraram explorar outros recursos, de origem marítima, que lhes pudessem garantir melhores condições de vida.

Em alguns casos eram os próprios lavradores que se deslocavam ao mar, deixando o seu serviço incompleto, quando sabiam da presença de sargaço na costa e correndo para fazerem grandes montes antes da subida da maré (que levava o sargaço de volta para o mar) para, posteriormente, os transportarem em carros de bois até aos campos (Ramos, 1943, p. 279).

Contudo, o valor nutritivo associado ao sargaço e as suas propriedades fertilizantes de excelência motivaram o aumento da procura e a conseqüente frequência da apanha. Os lavradores contratavam “moços de mar” e permitiam-lhes tirar a cédula marítima para poderem conduzir as embarcações. À medida que ganhavam conhecimento, experiência e estabeleciam relações sociais foram adquirindo algum nível de independência, casando e instalando-se nas Casas de Mar para constituir família. Muitos chegavam a tirar a carta de arrais e, em sociedade, compravam um pequeno barco para se dedicarem, por completo, à atividade marítima. Esta dinâmica social e profissional motivou a vinda de outros grupos piscatórios e de pessoas economicamente desfavorecidas que viram na praia de Angeiras um local propício para se instalarem (Silva, 1983, p. 11). Desta forma, o lugar da Praia de Angeiras começou a desenvolver-se cada vez mais, aumentando o número de barcos (aproximadamente 150) e consolidando-se uma comunidade marcadamente piscatória, mas em estreita relação com o trabalho agrícola (Neves, 2010, p. 10).

O pai de José Meão, António, era natural de Guimarães e veio servir numa Casa de Lavoura na Aveleda, em Lavra. A proximidade com o oceano e o desempenho de atividades agromarítimas complementares contribuíram para a sua crescente familiarização com a comunidade costeira e foi em Angeiras que conheceu a mulher com quem casou e com quem teve oito filhos⁸. Tal como em muitas famílias, a instabilidade financeira e a falta de condições de vida e de trabalho levaram a que os seus

⁸ Entrevista a José Meão realizada a 17-12-2021 na sua Casa de Mar, em Angeiras

membros se predispusessem a desempenhar qualquer ocupação na busca de rendimentos extra que lhes permitissem sustentar a casa e o número, habitualmente elevado, de filhos que tinham para criar.

Nas Casas de Mar, as condições de habitabilidade eram realmente muito precárias e as pessoas iam constantemente adaptando as divisões de acordo com as suas necessidades e reutilizando materiais em busca de algum conforto. Na sua maioria, tal como recorda Maria Albina Meão, 66 anos, filha de José Meão, dormiam em colchões feitos de palha de centeio que iam buscar a casa dos lavradores, envolvendo-os em redes de pesca e apoiando-se em encostadeiras⁹ feitas de munha¹⁰.

Para além disso, antigamente, quando havia tempestades, o mar crescia e chegava até às Casas de Mar, trazendo todo o tipo de objetos que, frequentemente, eram aproveitados pelos pescadores para os mais diversos fins. Também no Inverno, em períodos de grande precipitação, quando o nível das águas dos rios subia consideravelmente, davam-se as enxurradas e com elas vinha muita lenha (conhecida como “garvalha”), que era posta a secar e posteriormente reaproveitada para cozinhar. Nessas enxurradas vinham também muitos animais que serviam, mais tarde, de alimento para a população.

Este cenário de dificuldades explica, de certa forma, a inserção precoce dos vários membros da comunidade nas atividades agromarítimas. A apanha do sargaço era uma realidade tão presente e necessária que as crianças tomavam contacto com as práticas e os instrumentos desde muito cedo. Acostumadas a acompanhar a família nas idas ao mar, estavam perfeitamente inseridas na cadeia de atividades que a apanha pressupunha. Isaura, 73 anos, vendedora de peixe em Angeiras e antiga sargaceira, recorda a sua infância passada com a mãe e os dez irmãos no sargaço. O pai era pescador mas não tinha motores, o que comprometia o sucesso das incursões piscatórias e a quantidade de pescado desejável para sustentar uma família, pelo que a mãe trabalhava diariamente na apanha do sargaço para garantir algum rendimento. Desde os 10 anos que Isaura ajudava a mãe a transportar as carrelas para fazer montes de sargaço que, posteriormente, eram comprados e recolhidos pelos lavradores, principalmente da zona da Aguçadoura¹². Ao descrever as diferentes etapas do processo da apanha, o tom de voz e a expressão facial de Isaura deixavam transparecer a dureza das suas tarefas e a angústia de uma vida em estreita dependência dos recursos haliêuticos. Quando o sargaço dava à costa, as algas eram apanhadas a pé com recurso ao ingaço e ao ganhunço, uma tarefa maioritariamente

⁹ Rede específica, também conhecida como «sombreira», usada por algumas comunidades piscatórias da zona norte do país na pesca dirigida ao camarão da costa (Decreto-Lei n.º 73/2020, Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos)

¹⁰ Restos de palha que ficam na eira depois de se extrair o grão dos cereais (Dicionário Priberam Online Português)

¹¹ Entrevista a Maria Albina Meão realizada a 17-12-2021 na sua Casa de Mar, em Angeiras

¹² Entrevista a Isaura Marrelage realizada a 29-03-2022 no Mercado Municipal de Angeiras

desempenhada por mulheres. Contudo, principalmente nos primórdios da atividade, a apanha era desempenhada por todos os membros da família, trabalhando arduamente para recolher a maior quantidade de algas e abastecer as Casas de Lavoura e/ou vender aos lavradores de fora como fertilizante agrícola. A familiarização com o mar, o movimento de valorização do pilado e o incremento da atividade piscatória motivaram a aquisição de barcos. Em muitos casos, os homens, por iniciativa própria ou quando a pesca não corria bem, tendiam a ajudar as mulheres (e os filhos) na recolha, fazendo-se valer da embarcação para conseguir apanhar algas a distâncias que não eram alcançáveis a pé, o que constituía uma mais-valia para a rentabilização da apanha. Depois de retiradas do mar com o auxílio dos instrumentos viravam-se as algas na areia para se conseguir ir buscar mais (o suficiente para encher uma carrela). De seguida, duas pessoas seguravam nas extremidades da carrela e carregavam-na até ao local onde eram postas a secar. No dia seguinte era necessário regressar ao local e virar as algas ao contrário para obter uma secagem uniforme. Ao fim de dois ou três dias (as opiniões acerca do tempo de secagem variam conforme os testemunhos) as algas estavam prontas para serem armazenadas ou vendidas.



Figura 19: Duas sargaceiras a transportar as algas na carrela. Recriação etnográfica do Rancho das Sargaceiras e Marítimos de Angeiras no âmbito da Fest'Agro, Lavra, setembro 2022

De acordo com os testemunhos da comunidade que recolhemos, rara era a família que não detinha um pequeno terreno de cultivo, normalmente alugado aos lavradores, onde colocavam sargaço para adubar as hortas onde plantavam todo o tipo de legumes. Era esta atividade agrícola que lhes permitia subsistir. Salvador Pereira, 55 anos, oriundo de uma família piscatória de Vila Chã, lembra-se, desde criança, dos pais alugarem uma pequena horta onde plantavam batatas e outros alimentos para consumo próprio, ao qual juntavam sargaço “porque era melhor que o adubo, não é. Era engraçado porque aquilo era à sachola, abrir os regos. E a gente fugia, não é, mas tínhamos que ajudar. Era a nossa função plantar, semear batatas para chegar a altura de termos para consumo”¹³.

A falta de terrenos próprios e a necessidade de assegurar um rendimento anual estável e que assegurasse a sobrevivência do agregado familiar motivou a exploração dos recursos que estavam mais próximos e acessíveis, como o sargaço e a pesca, inseridos em territórios de domínio público e que, portanto, não pressupunham o pagamento de renda a um senhorio. A venda também não dependia de intermediários nem era alvo de impostos, o sargaço que apanhavam era diretamente vendido aos lavradores e procuravam, de porta em porta compradores para o peixe que haviam pescado (Cole, 1994 *apud* Silva, 2020, p. 26).

Enquanto populações economicamente desfavorecidas, a necessidade dos proventos obtidos através da venda do sargaço e do pescado era tanta que, independentemente das condições climáticas e da hora do dia, as pessoas corriam à praia para coletar o máximo de algas possível. Isaura recorda-se do antigo cabo de mar, conhecido como Pinto Manco, responsável por controlar os horários permitidos para a apanha e por multar quem não os cumprisse: “a gente estava sempre a ver quando é que ele botava a bandeira para a gente entrar para a água”¹⁴.

Era, portanto, um trabalho extremamente desgastante e o corpo ressentia-se a cada movimento, pelo que a exigência das tarefas levou a que os envolvidos desenvolvessem um conjunto de práticas que permitiam, de certa forma, aliviar as dores e garantir a execução da apanha. Quando relembra os tempos do sargaço, uma das primeiras coisas que Isaura sublinha é, de facto, a violência física do trabalho, principalmente relacionada com o transporte das algas molhadas para a zona superior da praia, onde a água não chegava e estas podiam ser postas a secar. Quando as mãos já não estavam aptas, as mulheres atavam uma corda, que estava presa ao pescoço e era, com a força da cabeça, que, a pares, levantavam

¹³ Entrevista a Salvador Pereira realizada a 17-12-2021 em Angeiras

¹⁴ Entrevista a Isaura Marrelage realizada a 29-03-2022 no Mercado Municipal de Angeiras

as carrelas: “A gente segurava com as mãos, mas levantava com a cabeça porque as mãos já não podiam, eram todas bolhas”¹⁵.

Também Paula, 50 anos, proprietária da peixaria Nova Esperança em Angeiras, recorda-se de ajudar a mãe na faina do sargaço, de virar as algas para as carrelas e de as transportar para o local onde eram pesadas e vendidas: “Quantas vezes eu mal podia, mas a minha mãe dizia ‘anda que eu pego-te curtinho’, o que quer dizer que a carrela tem paus à frente e atrás, não é, e ela em vez de pegar na ponta pegava mais à frente para ficar mais levezinho para mim, para aliviar”¹⁶. De facto, todas as tarefas implicavam um grande esforço físico. Face à necessidade, sacrificavam-se diariamente para recolher a maior quantidade de sargaço possível.

Paula começou a ir ao sargaço com 8 anos, juntamente com a mãe, as tias e a avó, recolhendo enormes quantidades de algas para venda, maioritariamente para a adubação dos terrenos. Contudo, a partir de meados do século XX, certas espécies de algas (da classe das Rodofíceas, em Angeiras conhecidas como “botelho”, “cabelo de cão”, “rabo de porco” e “francelha”), distintas do sargaço comum, começam a ser extremamente valorizadas no processo de venda, tendo em conta o seu potencial aproveitamento para fins químicos, estéticos e medicinais. Estas algas, ao contrário do sargaço comum, são arrancadas diretamente das rochas durante a maré baixa. A apanha seletiva destas algas atraiu muitas sargaceiras que a encararam como uma oportunidade, tendo em conta as vantagens que apresentava comparativamente à apanha do sargaço (grandes laminárias). Por um lado, transportavam uma quantidade menor de algas de cada vez, visto não haver tanta abundância e, por outro, não estavam sujeitas à sazonalidade do sargaço, dependente das marés vivas e do ciclo de reprodução das algas. Para além disso, o seu valor económico revelou-se muito superior ao sargaço comum e a população via nesta atividade uma alternativa bem mais lucrativa.

¹⁵ Entrevista a Isaura Marrelage realizada a 29-03-2022 no Mercado Municipal de Angeiras

¹⁶ Entrevista a Paula Ribeiro realizada a 29-03-2022, em Angeiras



Figura 20: "Botelho" (lado esquerdo e baixo) e "cabelo de cão" (canto superior direito). Angeiras, abril 2022

Na realidade, em relação à apanha seletiva, as pessoas só sabiam que “dava muito dinheiro”, que “era para remédios” e implicava um armazenamento relativamente prolongado, tendo em conta que só quando estivessem reunidas umas boas toneladas é que os compradores vinham carregar¹⁷. A presença constante destas algas, presas às rochas, fazia com que a população, tal como explica Isaura, “apanhasse o botelho e o cabelo todo o ano. Sargaço não, chegava a outubro e acabava”¹⁸. Da mesma forma, Manuel dos Santos Miranda, 70 anos, pescador nascido em Angeiras e que desde os 7 anos acompanhou a mãe e as irmãs na apanha, descreve que “a gente saía ao sargaço, vinha cabelo e botelho junto, fazia os montinhos e separávamos. Um montinho de cabelo, um montinho de botelho”¹⁹. Inclusivamente, recorda-se de ver o areal de Angeiras até Labruge completamente lotado e preenchido de “camas de sargaço” quando, muitas vezes depois das aulas, ia levar comida e ajudar a família na faina.

A atividade sargaceira, para além de se ter desenvolvido em estreita relação com o trabalho agrícola, interveio significativamente no processo de fixação das populações e das atividades marítimas na costa portuguesa (Campêlo, 2000 *apud* Viegas, 2012, p. 64), e Angeiras constitui um exemplo

¹⁷ Entrevista a Paula Ribeiro realizada a 29-03-2022, em Angeiras

¹⁸ Entrevista a Isaura Marrelage realizada a 29-03-2022 no Mercado Municipal de Angeiras

¹⁹ Entrevista a Manuel dos Santos Miranda realizada a 29-03-2022 na sua Casa de Mar, em Angeiras

elucidativo deste movimento. O território terrestre e o marítimo fundem-se claramente e esta dupla natureza influencia sempre a relação entre o Homem (individual e coletivamente) e o espaço. Importa, assim, refletir acerca dos seus trajetos, percursos, vocabulário ou modos de ocupação, de forma a tentar compreender os diferentes processos de identificação e apropriação do espaço, que estão sempre inseridos num contexto histórico, social e cultural (Figuroa, 2013, p. 16).

Neste sentido, a apanha do sargaço, enquanto atividade praticada num “lugar”, contribuiu para a ocupação e para a significação do espaço, mas também para a formação da comunidade e para a construção do seu universo social. Em seu torno desenvolveu-se um conjunto de práticas e de representações que se foram interiorizando e dando origem a características socio-organizativas específicas, a partir das quais a comunidade se intra e inter-relaciona.

A dinâmica da apanha foi-se estabelecendo culturalmente, a população detinha uma organização própria que, entre outras ações, pressupunha a demarcação prévia, com o pé, das suas zonas de ocupação no areal. Habitualmente de forma quadrangular, cada família ou pequeno grupo definia o seu espaço de secagem das algas. As condições de vida precárias e o elevado valor económico do sargaço, principalmente na fase mais tardia, motivava uma série de conflitos e furtos que perturbavam a ordem social. Tal como reforça Paula, “para ninguém roubar, a gente dormia à tarde à beira dele, porque se não, sabíamos que chegávamos lá e não tínhamos”²⁰.

Para além disso, com a vivência do espaço e o acumular da experiência, a população começou a desenvolver um conjunto de conhecimentos apreendidos com a prática: “Os pescadores vão ao mar e todos os sítios têm um nome para eles. As pedras, para nós, têm um nome. [...] Uma pessoa sabe que se esteve ali naquele dia, no dia seguinte não adianta ir lá porque já se apanhou.”²¹ Da mesma forma, a maior parte da população piscatória aprendeu a nadar nas idas ao sargaço, quando tentava passar de rocha em rocha para tirar as algas, agarradas ou enroladas nos poços. “Era normal, eu acho que a necessidade... às vezes nem precisava de saber nadar, boiava sem querer.”²² Também José Meão recorda como aprendeu a nadar na altura do sargaço: acompanhando a mãe na faina, quando o mar estava vazo, brincava com os filhos de outras sargaceiras e assim foi aprendendo a nadar, familiarizando-se desde cedo com as adversidades do meio marítimo²³.

²⁰ Entrevista a Paula Ribeiro realizada a 29-03-2022, em Anjeiras

²¹ Idem.

²² Idem.

²³ Entrevista a José Meão realizada a 17-12-2021 na sua Casa de Mar, em Anjeiras

A dinâmica agromarítima enraizada na comunidade orientou, em grande parte, o quotidiano destas comunidades. A distribuição das tarefas na economia familiar pressupunha que todos tinham um papel e um contributo particulares na manutenção do seu agregado. Neste sentido, Manuel Miranda considera que a apanha do sargaço foi uma atividade económica essencial para a sobrevivência de muitas famílias, incluindo a sua. A doença prolongada do pai impediu-o de pescar desde cedo e era no sargaço que a mãe obtinha algum rendimento, fazendo-se acompanhar das filhas que a ajudavam, principalmente, no transporte das carrelas cheias para a pesagem das algas. “Eu vinha da escola de pequenino e chegava a casa, a minha mãe não estava nem as minhas irmãs, já sabia que estavam para o sargaço, e eu ‘toca a fazer de comer’ [...] e ia levar à beira da água para a minha mãe e as irmãs comerem, e depois toca a arrastar, mesmo no fim da escola”²⁴.

Posto isto, torna-se possível afirmar que a atividade sargaceira contribuiu, significativamente, para a conceção do lugar da Praia de Angeiras e para as origens agromarítimas da comunidade que o habita, cujas relações económicas, sociais e institucionais também dela dependem. Compreender o passado técnico, social e cultural da comunidade implica refletir acerca dos seus hábitos, crenças, comportamentos, linguagem (nos seus diferentes domínios) e rituais, enquanto entidade coletiva representativa de tradições e saberes que merecem ser devidamente documentados e preservados.

5.2. Memórias das práticas comerciais

Em termos comerciais, desde o século XIV que a apanha do sargaço constitui uma atividade de elevado valor económico em estreita relação com o trabalho agrícola. D. Dinis instaurou as primeiras regulamentações relativas à colheita comercial de macroalgas para fertilizantes em 1308 (Oliveira et al., 1990, p. 24). As culturas intensivas e o regime de exploração familiar em que se inseriam as pequenas propriedades agrícolas justificaram, desde muito cedo, o aproveitamento de um recurso natural que, apesar de sazonal, surgia em grandes quantidades depois da maré cheia, o que possibilitava o seu armazenamento durante o Inverno.

A grande procura por parte dos lavradores do interior incentivou certos estratos da população ribeirinha a dedicarem-se à recolha manual de grandes quantidades de sargaço para venda. A apanha manual consistia, tal como é relatado pelos intervenientes de uma forma geral, num trabalho pesado e

²⁴ Entrevista a Manuel dos Santos Miranda realizada a 29-03-2022 na sua Casa de Mar, em Angeiras

moroso. Para além da recolha propriamente dita, as algas, posteriormente, ainda tinham de ser transportadas em carrelas “fieiro acima”²⁵, espalhadas no areal com recurso ao ingaço, reviradas diariamente para secar e, por fim, organizadas em pequenos montes²⁶ para serem vendidas diretamente aos lavradores que até lá se deslocavam em carros de bois. Inicialmente a venda era feita diretamente na rua, ou na praia, e os montes eram ali negociados e carregados, tal como recordou José Meão²⁷. Embora a atividade sargaceira se tenha assumido como uma ocupação maioritariamente feminina, numa fase inicial eram muitas as famílias que se dedicavam à apanha e a maior parte dos homens, possuindo embarcação, ajudava na recolha das algas mais distantes e profundas, com uma “ganchola”, capaz de garantir maior alcance e estabilidade²⁸. Segundo Maria Albina Meão, o pai auxiliava frequentemente a família na apanha. Em primeiro lugar, porque, dispondo de barco, podia alcançar rochas e locais no mar que dificilmente conseguiria de outro modo. Por outro lado, muitas vezes a pescaria rendia pouco, pelo que os homens praticavam a apanha como atividade complementar, o que permitia o aumento significativo de algas recolhidas e um maior rendimento coletivo: “Antigamente eles iam ao sargaço e botavam para dentro do barco, depois punha-se o barco para cima, à mão, e depois elas estendiam. E era assim que iam fazendo algum... já que iam ao mar e não dava nada, tinham de trabalhar”²⁹.

Com o progressivo abandono das fainas marítimas pelo lavrador e a crescente procura de sargaço, em grande parte relacionada com um movimento bem definido de valorização dos campos de masseira no século XIX, a atividade sargaceira ganhou outros contornos de negócio e passou a ser praticada, quase exclusivamente, por diferentes estratos da população piscatória. O incremento da recolha e a sua rentabilidade transformaram-na numa atividade autónoma com finalidade comercial direta (Oliveira et al., 1990, p. 14), pelo que alguns membros da comunidade piscatória de Angeiras começaram mesmo a comprar e armazenar sargaço para vender aos lavradores que, assim que a quantidade recolhida o justificasse, se deslocavam a Angeiras para pagar e carregar as suas carrinhas e tratores com o sargaço.

Isaura, filha de sargaceira e atual peixeira no Mercado de Angeiras, recorda os tempos difíceis do sargaço e a precariedade associada à comercialização de macroalgas por “serras”. Contudo, a certa altura, o sargaço deixou de ser vendido aos montes para passar a ser vendido ao quilo, o que, segundo

²⁵ Expressão comumente utilizada em Angeiras para descrever o percurso entre a linha da água e a parte superior da praia, onde as algas eram postas a secar, para impedir que o mar as levasse novamente.

²⁶ Também designados “serras”.

²⁷ Entrevista a José Meão realizada a 17-12-2021 na sua Casa de Mar, em Angeiras

²⁸ A “ganchola”, em Angeiras, corresponde a um ingaço grande com um cabo bastante comprido, utilizado maioritariamente na recolha de algas a partir dos barcos.

²⁹ Entrevista a Maria Albina Meão realizada a 17-12-2021 na sua Casa de Mar, em Angeiras

a população, “já era melhor”, tendo em conta que permitiu aumentar o valor económico associado ao produto³⁰.

Manuel Miranda, já referido neste capítulo, contactou desde cedo com a realidade sargaceira, ajudando a família no transporte das carrelas e preparando refeições para a mãe e as irmãs. Em entrevista, contou que o seu avô, Camilo, foi um dos primeiros compradores de sargaço em Angeiras: “O meu avô comprava e depois vendia aos lavradores, da Aguçadoura, que vinham naquelas camionetas carregar aqui”. Para garantir quantidade suficiente para venda, “tinha um grande armazém de madeira, e então virava o sargaço, ali dentro, depois de seco”³¹. Posto isto, as pessoas apanhavam as algas, colocavam-nas a secar e transportavam-nas até ao armazém, onde eram pesadas e depois vendidas.

A carência económica e a falta de condições de vida motivavam vários setores da população, principalmente os mais vulneráveis (mulheres e crianças), a desempenharem arduamente as suas funções na faina do sargaço. Com a experiência e a continuidade das práticas, foram adquirindo conhecimento e desenvolvendo mecanismos de adaptação e sobrevivência no meio. Paula Ribeiro recorda os tempos do sargaço, onde nadava por “desenrasque”, entre uma pedra e outra, para recolher a maior quantidade de algas possível: “As sargaceiras não sabiam nadar, mas era tão normal que se não se nadava de uma maneira, nadava à cão ou outra. Era normal... Eu acho que a necessidade era tanta que nem precisava de se saber nadar, boiava-se sem querer”³². Também salienta que, mesmo quem não nadasse de todo, para evitar ficar debaixo das ondas, levava o ganhuço até ao fundo e apoiava-se no cabo, balançando-se e tentando atravessá-las à superfície. Para além disso, e já no que concerne à componente comercial da atividade, Manuel Miranda relembra as idas ao barracão do avô para pesar o que tinha trazido na carrela, confessando, em tom provocador, que por vezes chegava mesmo a atirar pedras e areia para o meio do monte, para que o seu peso aumentasse e, dessa forma, conseguisse angariar mais dinheiro³³.

Isaura andou no sargaço desde os 10 anos com a família e, a partir dos 22 anos, para além de continuar a apanhar, começou a comprar sargaço para, no fim do ano, vender a um lavrador de Mindelo com quem estabeleceu uma relação comercial de 27 anos. “O meu patrão dava-me dinheiro, eu comprava, eles vinham pesar e eu pagava. Depois, no fim do ano, eles vinham fazer compras”³⁴. Este ritmo de negócio pressupunha um acondicionamento prolongado das algas e, para isso, Isaura dispunha,

³⁰ Entrevista a Isaura Marrelage realizada a 29-03-2022 no Mercado Municipal de Angeiras

³¹ Entrevista a Manuel dos Santos Miranda realizada a 29-03-2022 na sua Casa de Mar, em Angeiras

³² Entrevista a Paula Ribeiro realizada a 29-03-2022, em Angeiras

³³ Entrevista a Manuel dos Santos Miranda realizada a 29-03-2022 na sua Casa de Mar, em Angeiras

³⁴ Entrevista a Isaura Marrelage realizada a 29-03-2022 no Mercado Municipal de Angeiras

assim, de um armazém onde guardava o sargaço a utilizar na agricultura (cujas “serras” eram envoltas em plástico para garantir a conservação e posterior aplicação no Inverno). Paula Ribeiro, sobrinha de Isaura, recorda, inclusivamente, certos rituais característicos da profissão e como estes determinavam o seu quotidiano: “Ela [Isaura] tinha o número e ligava sempre que sabia que tinha uma tonelada, por exemplo, e ele marcava para aquele dia à tarde. Toda a gente sabia que naquele dia eles vinham [...] e quando chegava a hora de pesar pensávamos ‘hoje vamos receber, vamos comer um geladinho’”³⁵.

A aplicação de macroalgas na agricultura traz consigo um conjunto de benefícios em que, além de potenciar os solos mais ácidos e aumentar a resistência das plantas a parasitas, a sua composição rica em iodo, zinco e magnésio, entre outros, melhora o sabor dos produtos cultivados. Segundo Maria Albina Meão (que, apesar de pertencer a uma família piscatória, é dedicada ao trabalho da terra), muitas das pessoas que compram os seus legumes fazem questão que seja daquela plantação e não de outra, pois afirmam que o sabor é consideravelmente melhor do que a maioria dos legumes de outros locais – “porque eu boto sargaço no meio das pencas e o sargaço tem muito iodo”. Enquanto ajeitava as redes para a faina do dia seguinte, Marco Aurélio, pescador e marido de Maria Albina, acrescentou: “O polvo, por exemplo... o polvo é criado no meio das algas. Tem os seus buracos, mas as algas é que dão o paladar ao nosso polvo da costa, da praia. Se tu comeres um polvo daqui da praia tem outro paladar que não tem o de 6 milhas”³⁶.

A partir de meados do século XX, assistiu-se a um movimento de valorização do sargaço para fins industriais e de exportação que pressupunha a recolha e comercialização seletiva de certas espécies (em Angeiras comumente designadas de “botelho” (*Gelidium sesquipedale*), “francelha” (*Chondrus crispus*) “cabelo de cão”, “rabo de Maio”, entre outras). A sua venda funcionava de uma forma centralizada, decorrente da criação, em 1937, das Casas dos Pescadores, “organismos de previdência destinados a garantir o seguro corporativo contra acidentes de trabalho, bem como a assistência material, moral e religiosa à gente do mar” (Jaramillo, 2012, p. 11). Assim, a Junta Central das Casas dos Pescadores instaurou um conjunto de armazéns a nível nacional, encarregando certos habitantes locais da sua gestão, o que implicava pesar, pagar e garantir o sucesso de todo o processo de venda. A grande procura deste tipo de espécies relaciona-se diretamente com o potencial de aproveitamento das suas propriedades químicas pelas indústrias cosmética e farmacêutica, nomeadamente na criação de perfumes, cremes, géis e/ou pomadas.

³⁵ Entrevista a Paula Ribeiro realizada a 29-03-2022, em Angeiras

³⁶ Entrevista a Maria Albina Meão e Marco Aurélio realizada a 17-12-2021 na sua Casa de Mar, em Angeiras



Figura 21: Comunidade piscatória de Angeiras, maio 2022

Esta realidade impulsionou, de uma forma geral, a atividade sargaceira, que passou a ocupar gente durante todo o ano e a ser considerada uma categoria socioprofissional específica à qual estava associado um maior rendimento. Neste período, tornou-se uma profissão exclusivamente praticada pelo género feminino, enquanto os homens, na sua maioria, se dedicavam à pesca ou à estiva no Porto de Leixões. As mulheres detinham uma licença própria para a apanha e outra para a secagem e estas algas, como já referido, ao contrário do sargaço para uso agrícola, são arrancadas das rochas quando a maré está baixa e, portanto, permitem que a sua apanha seja possível durante todo o ano. Tendo em conta as quantidades consideravelmente mais reduzidas, os montes eram armazenados por longos períodos até atingirem um peso que justificasse a sua recolha e distribuição pelas fábricas e indústrias. Tal como reforça Paula Ribeiro, “[eles] não vinham buscar quilinhos, vinham buscar toneladas”³⁷.

A venda seletiva afirmou-se como uma atividade muito rendosa e frequente durante o século XX. Em sentido inverso, a apanha de sargaço para uso agrícola começou a ser cada vez menos praticada pelos habitantes de Angeiras porque, por um lado, a afirmação dos adubos químicos veio substituir o moroso e desgastante processo de obtenção de sargaço e, por outro, mesmo para os campos de

³⁷ Entrevista a Paula Ribeiro realizada a 29-03-2022, em Angeiras

masseira, os lavradores passaram a vir diretamente à praia de Angeiras, com tratores, para, esporadicamente, recolherem as algas que davam à costa³⁸.

Contudo, à medida que a economia do mar se foi desenvolvendo, houve uma série de fenómenos que vieram contribuir para a tendência generalizada de abandono da atividade sargaceira: i) a evolução da indústria e a instalação de um maior número de fábricas, maioritariamente de conservas e confeções, deram oportunidade a muitas mulheres de obter um emprego estável e, conseqüentemente, um salário fixo; ii) a recolha mecânica das macroalgas por parte dos lavradores substituiu o trabalho manual de apanha e secagem no areal; iii) o alargamento das zonas balneares interferiu significativamente com o que ainda restava da atividade, tendo em conta o incómodo que as algas constituem no usufruto das praias pelos banhistas – para além do espaço de secagem impedir a circulação em certas zonas do areal, a acumulação de sargaço e a sua conseqüente decomposição provocam um odor desagradável e atraem moscas e outros insetos, cenário incompatível com qualquer praia concessionada (Martins et al., 2020, p. 5).

Enquanto prática cultural com vários séculos, a apanha do sargaço foi, para muitas famílias, uma atividade que lhes permitiu sobreviver e garantir a manutenção da casa e dos filhos. Ocupando muitos membros da comunidade e abrangendo várias gerações, constituiu uma realidade social com mudanças, ruturas e transformações que condicionaram, de certa forma, os processos de construção identitária da comunidade piscatória de Angeiras, formada a partir de diferentes perfis sociológicos que se influenciam mutuamente.

5.3. Espaços de sociabilidade

No que diz respeito à vida em comunidade e aos espaços de sociabilidade, Angeiras constitui um núcleo de interação permanente entre a terra e o mar, pelo que o universo social e cultural dos seus habitantes é organicamente influenciado por essa relação. Neste sentido, abordar etnograficamente uma comunidade piscatória pressupõe, para além da reflexão acerca dos seus hábitos, crenças, comportamentos e linguagem, compreender as relações sociais entre os membros e os espaços onde estas ocorrem.

³⁸ Entrevista a Paula Ribeiro realizada a 29-03-2022, em Angeiras

Em estreita comunhão com o território marítimo, a sua sobrevivência depende, maioritariamente, de rendimentos gerados pela pesca e outras atividades, o que faz antever o vínculo forte que, tendencialmente, se desenvolve entre estes grupos e a natureza. O espaço terrestre assume igualmente uma grande importância, na medida em que, para além de ser o palco de um conjunto de outras ocupações profissionais (complementares à pesca ou não), é nele que as diferentes realidades sociais e culturais interagem e as relações intra e intercomunitárias se formam e manifestam.

Partindo de uma abordagem contextualizada aos demais espaços onde os membros atuam e interagem, torna-se possível refletir acerca de um conjunto de índices verbais, sociais e comportamentais reveladores de uma organização social, política, económica e cultural específica. As atividades desenvolvem-se em “lugares” que se articulam com a(s) prática(s) dos atores e aos quais estes atribuem significação, através da forma como encaram, descrevem ou se comportam perante os espaços e seus intervenientes. Em suma, a apropriação prática e simbólica do espaço (Escallier, 2018, p. 30).

Na realidade, esses processos de identificação, apropriação ou transmissão por parte dos indivíduos em relação aos seus espaços de atuação pressupõem, além da dimensão física e utilitária, a valorização simbólica e afetiva decorrente da experiência e ocupação (individual e coletiva) dos lugares. Como refere Wei-Ming, citado por Viegas, “a pessoa nunca é uma ilha mas um epicentro de relações, um fluxo contínuo. Enquanto tal, entra em comunicação com um sem número de outros fluxos e isto forma uma comunidade. E a sensação de fazer parte de uma comunidade, e de alargar essa comunidade, é essencial para a sobrevivência do ser humano e para o seu desenvolvimento” (Wei-Ming, 2009 *apud* Viegas, 2012, p. 61). Assim, os espaços de sociabilidade atuam como plataforma de interação entre diferentes realidades económicas, sociais e culturais e produzem formas ritualizadas de experiência que contribuem para o desenvolvimento das atividades e a construção da sua identidade cultural e sistema social específico (Figuerola, 2013, p. 16).



Figura 22: Pescadores a conviver depois de um dia de trabalho. Angeiras, fevereiro 2022

A comunidade piscatória de Angeiras caracteriza-se, tal como outros núcleos marítimos, por atividades e modos próprios de viver, práticas sociais e saberes tradicionais que constroem uma identidade cultural e orientam o quotidiano dos seus membros (Ramos, 2016, p. 310). Enquanto aglomerado urbano dependente, maioritariamente, dos rendimentos gerados pela pesca, grande parte do seu universo social relaciona-se, direta ou indiretamente, com esta atividade. Para além da praia e do mar como espaços primordiais de trabalho, os locais de pesagem e comercialização do pescado são igualmente fulcrais para o desenvolvimento de relações inter e intracomunitárias.

Antigamente, o peixe era vendido a partir dos barcos ou diretamente na areia, sendo que “havia muita abundância de peixe e pouca gente a comprar” (Manuel da Silva Seabra *in* Silva, 1983, p. 79). A zona da praia de Angeiras era quase deserta, na sua maioria preenchida por caminhos de terra batida e campos agrícolas que vinham até ao mar. Contudo, a inauguração da avenida da Praia de Angeiras, em 1931, e o prolongamento do seu alcatroamento foram fundamentais para a melhoria generalizada das acessibilidades e um grande motivo de contentamento para a população: “Recordo-me de ter 7 anos

quando calçaram e abriram a estrada em frente da nossa casa e a avenida. Houve uma grande festa com música e foguetes” (Neves, 2010, p. 38). Para além disso, durante o século XX a Praia de Angeiras foi alvo de um conjunto de inovações significativas que vieram promover a qualidade de vida aos seus habitantes e o desenvolvimento da economia local, tais como: i) a instalação, em 1925, de dois faróis a petróleo para facilitar a entrada na barra, principalmente durante a noite, e de uma sirene para orientar os pescadores em dias de nevoeiro cerrado; ii) a introdução do transporte público rodoviário que fazia a ligação entre a praia de Angeiras e o Porto, por volta de 1933; iii) a inauguração do telefone e da luz elétrica em 1935, dois acontecimentos marcantes para a comunidade de Angeiras que começaram a dispor de outros meios para exercerem as suas funções e se relacionarem, social e profissionalmente, entre si (Silva, 1983, p. 18).

Inicialmente, a Lota funcionava ao ar livre, tal como recorda Glória Neves, e não tinha horário, pelo que era possível comprar peixe a qualquer hora do dia e da noite. Atualmente, funciona num edifício coberto e é gerida pela Associação Mútua dos Armadores de Pesca de Angeiras (AMPA), onde se reúne o pescado para depois ser vendido ao público no Mercado. O Mercado Municipal foi inaugurado a 2 de março de 2004, em substituição do antigo Mercado, enquanto infraestrutura de apoio ao Portinho de Pesca de Angeiras. Com sete espaços de bancas e oito espaços de lojas, para além da venda de peixe e marisco de alta qualidade (capaz de atrair compradores portugueses e espanhóis em busca de matéria-prima para os seus restaurantes), comercializam os mais variados produtos, desde frutas e produtos hortícolas a congelados, charcutaria ou vestuário, funcionando como espaço de referência no quotidiano da população e, simultaneamente, ponto de interesse nos roteiros dos turistas que visitam a região. É no Mercado que a comunidade interage com mais frequência, que pescadores e peixeiras partilham saberes e experiências e que a dinâmica piscatória se faz sentir com maior acuidade.

Em termos habitacionais, as comunidades piscatórias sempre se caracterizaram por fracas condições de vida e habitabilidade associadas à escassez de recursos económicos, decorrentes da incerteza e precariedade das suas atividades profissionais (Amorim, 2018, p. 150). Em Angeiras, o processo de construção de um bairro dos pescadores passou por várias fases, ruturas e transformações.

Tal como explica Fernando Martinho, neto do patrão salva-vidas Ezequiel Seabra e filho de Glória de Sousa Neves, representante da Associação Nacional de Salvamento Aquático (ASNASA)³⁹ no Comité de Desenvolvimento de Salvamento Aquático da International Life Saving Federation (ILS) e profundo conhecedor do universo marítimo de Angeiras, o projeto inicial para um bairro de pescadores em Angeiras

³⁹ Fundada em 2003 e sediada na Casa Patrão Salva-Vidas Ezequiel da Silva Seabra, na Avenida da Praia de Angeiras.

não vingou. Junto à praia, havia uma grande propriedade privada onde a Segurança Social reservara uma área de 90m² destinada à construção desse bairro numa tentativa de assegurar qualidade de vida e condições de habitabilidade aos pescadores e às suas famílias. Contudo, a falta de meios inviabilizou a sua concretização e, em contrapartida, foi construído o Bairro dos Pescadores em Matosinhos, inaugurado a 26 de junho de 1949. Este seria, nas décadas seguintes, consecutivamente ampliado, primeiro com 120 casas. Em 1972, na última fase de urbanização, contava com um total de 378 fogos (Ribeiro et al., 2009, p. 21).

Entretanto, esse terreno, em Angeiras, destinado à construção do Bairro dos Pescadores, permaneceu inutilizado durante vários anos até surgir interesse por parte de um indivíduo do Porto, António Félix, em comprar essa propriedade agrícola em extensão. Tendo em conta o objetivo inicial de construção de um bairro capaz de fornecer melhores condições aos pescadores e às suas famílias, António Félix, influenciado positivamente pela comunidade local, obteve autorização da Câmara Municipal de Matosinhos para construir, dando assim início ao processo de urbanização⁴⁰.

Importa, no entanto, ressaltar que, apesar de ser conhecido como “Bairro dos Pescadores”, consistia num conjunto urbano de iniciativa privada e não de uma iniciativa habitacional do Estado. Com o passar do tempo, a prática de rendas baixas e a deterioração do edificado motivaram António Félix a vender as casas. Revelou-se, contudo, um processo bastante moroso por falta de compradores interessados, pelo que, à época, os membros do poder local e o próprio, numa reunião que aconteceu na ASNASA, propuseram a Glória de Sousa Neves e ao seu marido (pais de Fernando Martinho) que comprassem o bairro⁴¹.

Depois de algumas vicissitudes, o bairro, onde já viviam muitas famílias, passou a ter outros titulares. Em termos futuros, tornava-se muito complicado vender a outros, ainda para mais tendo em conta as rendas de valor irrisório que eram cobradas. Nesse sentido, Glória de Sousa Neves e os seus irmãos, proprietários do terreno, acabaram por vender as casas aos próprios pescadores que já lá habitavam desde o período inicial.

Entretanto, já depois de 25 de abril de 1974, Fernando Martinho e outros membros, em conjunto com a população piscatória, reuniram condições para a criação da Associação de Moradores de Angeiras que, após várias diligências e movimentos, conseguiu que a Câmara Municipal de Matosinhos cedesse um terreno, ligeiramente mais a sul do ‘Bairro do Félix’. Desta forma, tornou-se possível construir um

⁴⁰ Entrevista a Fernando Martinho realizada a 05-04-2022 na sede da ASNASA, em Angeiras

⁴¹ Idem.

conjunto urbano de iniciativa pública para alojar a população que se dedicava à faina do mar, mas também a outras ocupações, como foi o caso dos estivadores, jornaleiros ou operários⁴². Apesar de algumas famílias terem continuado a viver no ‘Bairro do Félix’, a cedência de um novo terreno por parte da Câmara permitiu construir uma urbanização com mais de 100 casas que acomodaram, em condições de dignidade existencial, muitas famílias carenciadas da comunidade. O facto de todas as casas térreas possuírem um pequeno quintal possibilitava ainda o cultivo de uma pequena horta para consumo próprio, contribuindo assim duplamente para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

Tendo as primeiras conversações ocorrido em 1976, as obras iniciaram-se em 1980 e as casas ficaram habitáveis na década de 90. Tal como refere Fernando Martinho, “foi a primeira urbanização na praia de Angeiras com água encanada, rede de esgotos, etc. porque até lá não havia nada”⁴³. Aqui passaram a morar grande parte das sargaceiras que, já depois de executarem a sua faina e ajudarem os maridos com as redes, ainda tinham as obrigações domésticas e o cultivo da terra para fazer. Desta forma, e reconhecendo o valor e a resiliência da gente do mar, Fernando Martinho, encarregado, enquanto coordenador do projeto, de nomear as ruas do bairro, atribui-lhes os seguintes nomes: Rua dos Pescadores, Rua dos Estivadores, Rua das Sargaceiras, Rua da Faina do Mar, Rua da Forcada e Rua Ezequiel Seabra – “em toda a zona da praia de Angeiras só lá é que as ruas aludem ao tema marítimo. A Câmara também acabou por dar o nome a esta rua [que atravessa um dos limites da urbanização] de rua da AMPA⁴⁴”⁴⁵.

Apesar da dinâmica social urbana em Angeiras ter sido caracterizada por avanços, recuos e algumas inevitabilidades, atualmente, o Bairro dos Pescadores (oficialmente designado por Urbanização da AMPA) constitui um território fidedigno e representativo da história da comunidade piscatória local, alojando antigas sargaceiras e trabalhadores do mar que, individual e coletivamente, partilham experiências e saberes específicos decorrentes do universo cultural e social em que se inserem. Importa, assim, considerar a forma como se dá o processo de construção de uma comunidade, suportado num conjunto de espaços e funções de proximidade fulcrais para a consolidação da sua identidade cultural específica enquanto grupo.

Em termos de ocupação de tempos livres, quando os havia, os membros da população de Angeiras entrevistados consideram que sempre se relacionaram de uma forma amigável e solidária⁴⁶. O

⁴² Entrevista a Fernando Martinho realizada a 05-04-2022 na sede da ASNASA, em Angeiras

⁴³ Entrevista a Fernando Martinho realizada a 05-04-2022 na sede da ASNASA, em Angeiras

⁴⁴ Associação Mútua dos Armadores de Pesca de Angeiras.

⁴⁵ Entrevista a Fernando Martinho realizada a 05-04-2022 na sede da ASNASA, em Angeiras

⁴⁶ Entrevista a Isaura Marrelage realizada a 29-03-2022 no Mercado Municipal de Angeiras.

contacto intensivo e prolongado com a imensidão do mar e as adversidades da natureza tem sido responsável, em certa parte, pelo reforço dos laços e da cooperação, unindo os membros com realidades sociais e profissionais semelhantes através da partilha de experiências, conhecimentos, práticas, rituais, interesses ou preferências. A faina do mar ocorre, incontornavelmente, ao ar livre, o que também promoveu o diálogo e a interação entre as pessoas. Para além disso, as mulheres que andavam ao sargaço ocupavam muito do seu tempo a cantar enquanto desempenhavam as suas funções diárias e eram extrovertidas o suficiente para o fazer em público. Segundo Fernando Martinho, a população de Angeiras, por tradição, sempre foi muito recetiva aos bailes e festas e, de quando em vez, reuniam-se para um grande convívio⁴⁷.

Foi com base nesta dinâmica social e recreativa significativa que, em 1932, se fundou o Rancho das Sargaceiras e Marítimos da Casa dos Pescadores de Matosinhos que, tal como o nome indica, surge em estreita relação com a criação das Casas dos Pescadores. Este organismo, para além de garantir certas condições de segurança corporativas, também procurava dar assistência material, moral e social aos seus associados, promovendo uma série de atividades culturais e recreativas, bailes e festas, que proporcionavam momentos de lazer e diversão à população local. Segundo Glória das Neves, nestes eventos, a interação social era significativa, a alegria do convívio fazia-se sentir e a música e dança eram uma realidade constante. Assim, unidos pela paixão pelo mar e o gosto pela música, pescadores e sargaceiras formaram o Rancho das Sargaceiras e Marítimos da Casa dos Pescadores da Praia de Angeiras, onde desempenhavam, respetivamente, funções de tocadores e cantadeiras.

⁴⁷ Entrevista a Fernando Martinho realizada a 05-03-2022 na sede da ASNASA, em Angeiras



Figura 23: Rancho das Sargaceiras e Marítimos de Angeiras, com Ezequiel Seabra como porta-estandarte. Angeiras, 1955

Fonte: Fotografia do arquivo familiar de Glória de Sousa Neves

Muitas sargaceiras, além de cantarem, também dançavam, tradicionalmente descalças, acompanhadas musicalmente por pescadores, muitos deles seus maridos. O Rancho das Sargaceiras e Marítimos de Angeiras tornou-se um coletivo musical de referência no folclore nacional, marcando presença em momentos historicamente relevantes, tal como recorda Isaura, assim que foi questionada acerca da sua experiência no Rancho: “Quando o Américo Tomás inaugurou a Ponte da Arrábida, foi na Câmara [Municipal do Porto], nós fomos a pé da Ponte da Arrábida até à Câmara a pé, a dançar”. Em seguida, instantaneamente, começou a cantar versos da música que, há quase 40 anos, apresentaram nesse evento:

«Ai já há sargaço no mar/ Sargaceiras a apressar/ Saem com os ingaços às costas e pelas areias calçadas/ As sargaceiras de Angeiras de braços a dar a dar/ Nós somos as sargaceiras, filhas dos homens do mar».⁴⁸

⁴⁸ Entrevista a Isaura Marrelage realizada a 29-03-2022, no Mercado Municipal de Angeiras



Figura 24: Três sargaceiras a dançar. Recriação etnográfica do Rancho das Sargaceiras e Marítimos de Angeiras no âmbito da Fest'Agro, Lavra, setembro 2022

A fundação coletiva do Rancho, em 1932, constituiu um grande marco na consolidação da comunidade piscatória da Praia de Angeiras, tendo em conta o seu impacto significativo na coesão social e na afirmação de um grupo com uma identidade cultural e práticas e saberes específicos. Para além disso, tocadores e cantadeiras apresentavam-se publicamente com uma indumentária característica que vestiam orgulhosamente, sendo que, para as sargaceiras, segundo Isaura, consistia num “saiote vermelho de lã, com um pontinho feito á mão, umas fitinhas pretas e uma faixa, uma blusa branca e o xaile”⁴⁹. Vemos, assim, como o desenvolvimento da atividade sargaceira contribuiu para a formação de um núcleo cultural cujo património oral e material surge de uma relação vinculativa entre o Homem e a natureza e cujo universo de ação implica técnicas, costumes e instrumentos, mas também indumentárias específicas.

⁴⁹ Entrevista a Isaura Marrelage realizada a 29-03-2022, no Mercado Municipal de Angeiras

Por fim, segundo Eduardo Jorge Silva, em *Angeiras (Praia): o Povo e o Mar*, importa destacar a progressiva ampliação dos tempos livres e o papel dos cafés na afirmação social e na crescente liberalização dos acessos aos espaços de entretenimento. As sociedades tradicionais, principalmente as mais isoladas, caracterizam-se por questões de género e pela divisão sexual do trabalho, onde certas atividades eram exclusivamente praticadas por homens e os direitos e funções do sexo feminino estavam previamente estabelecidos, assumindo, nitidamente, uma forma distinta dos do masculino (Silva, 1983, p. 74).

Antigamente o café era, antes ou depois de um dia de trabalho/pescaria, local de eleição para o convívio entre os homens, representando um veículo de afirmação e promoção social em certas comunidades, como é o caso de Angeiras. Além disso, a deslocação cada vez mais recorrente das mulheres aos cafés constitui um símbolo de progresso e inclusão gradual do sexo feminino num dos principais hábitos da comunidade. Tal como referiu Glória das Neves num depoimento registado por Silva (1977), “dantes, havia as tabernas para os homens. As mulheres estavam em casa, ou iam, de tarde, à Igreja. As raparigas novas formavam danças, na rua. Agora vai tudo ao Café, mesmo as raparigas. Quem não for ao Café não tem valor” (Neves *apud* Silva, 1983, p. 74).

Posto isto, através de uma reflexão etnográfica acerca de um conjunto de práticas, comportamentos, representações, rituais e interesses da comunidade de Angeiras, torna-se possível descodificar um modo de vida partilhado, a relação entre os espaços e a sua influência no quotidiano da população. A comunidade piscatória de Angeiras é responsável por um conjunto de manifestações, sentimentos, aspetos materiais e simbólicos que constroem a sua identidade coletiva e refletem uma forma de habitar, construir e produzir específicas que ameaçam desaparecer se não forem desenvolvidas políticas integradas de gestão, planeamento e salvaguarda desse património (Viegas, 2012, p. 61).

6. MULHERES DO MAR

6.1 O papel do “feminino” no desenvolvimento e manutenção das comunidades piscatórias

Desde os primórdios das sociedades marítimas que a sua configuração sociológica aponta para uma clara delimitação de papéis sociais entre homens e mulheres, refletindo-se tanto na forma como as populações se relacionam com o meio marítimo onde se desenvolvem como na própria dinâmica intracomunitária. Esta dicotomia justifica-se, em parte, pelo universo social e cultural em que estão inseridos, que, ideologicamente, atribui o mar ao domínio masculino e as margens ao género feminino (Andersen & Wadel, 1972 *apud* Cole, 1994, p. 83). O desenvolvimento das comunidades e a própria formação dos indivíduos assentam numa lógica de divisão sexual do trabalho, onde as mulheres estão sociologicamente encarregues de desempenhar atividades complementares à pesca, o trabalho da terra e a gestão da casa, enquanto os pais e maridos se dedicam à faina do mar.

Tal como refere Ramos (2016), o risco e a exigência física associados ao meio marítimo pressupõem a sua utilização, apenas, pelo homem: “O *ethos* piscatório promove os valores da masculinidade, como a coragem e a responsabilidade no enfrentamento diário com o perigo, a insegurança e a dureza do mar” (Ramos, 2016, p. 312). Contudo, a instabilidade e a incerteza inerentes à vida piscatória motivaram o desempenho de atividades complementares e alternativas, assim como a contribuição coletiva para o aumento dos rendimentos familiares. Assim, e “dado que família alguma conseguia sobreviver apenas dos ganhos da pesca”, as mulheres, para além de desempenharem tarefas de manutenção de aparelhos e embarcações, de transporte e venda de peixe, “levavam a cabo diversas atividades geradoras de lucro” (Cole, 1994, p. 90) diretamente relacionadas com a agricultura, a confeção, a apanha de algas e/ou o artesanato. Estas ocupações secundárias, para além de constituírem fontes de rendimento que se conjugavam às obtidas através da pesca, contribuíam significativamente para a sobrevivência do agregado familiar, a educação dos filhos e a manutenção da casa.



Figura 25: Mulheres na apanha do sargaço. António Cerqueira, Angeiras, 1955

Fonte: Facebook António Cerqueira

Como já referido, grande parte das famílias detinha, pelo menos, um pequeno terreno junto à habitação, com gado ou não, onde cultivava uma variedade de alimentos para subsistência, sendo que, depois da preparação dos solos e das sementeiras, o seu cuidado e gestão ficava, inevitavelmente, a cargo das mulheres (Cole, 1994, p. 94). Geralmente acompanhadas pelos filhos, o seu dia de trabalho era longo e, além disso, ainda auxiliavam os maridos em períodos de pré e pós pesca, desempenhando uma grande variedade de funções – desde a preparação dos iscos e reparação das redes até à seleção, preparação, conserva e comercialização do peixe (Ramos, 2016, p. 113) –, o que comprova o papel indispensável que o trabalho das mulheres em terra assume para o desenvolvimento da pesca local.

De facto, e apesar da unidade cultural comum, as comunidades piscatórias apresentam uma diversidade social interna que influencia a sua dinâmica coletiva e de trabalho, tendo em conta que as políticas da pesca, o universo social, os membros e a própria cultura piscatória não são fatores estanques, mas, pelo contrário, estão em constante modificação (Frangoudes et al, 2019 *apud* Silva, 2020, p. 24). Apesar da tendência delimitadora dos papéis sociais das mulheres constituir a realidade cultural de muitos destes grupos, vários são os exemplos no sentido contrário, onde as mulheres partilham o espaço de ação com os homens e também se dedicam à pesca, acompanhando os maridos

na faina ou aventurando-se sozinhas a bordo das embarcações, em países como o Brasil, o Japão, algumas zonas da Irlanda e da Suécia, na Bretanha ou na Galiza (Cole, 1994, p. 83).

Em Portugal, é também possível identificar essa heterogeneidade das comunidades piscatórias ao longo do território costeiro. Estas são detentoras de saberes tradicionais e práticas sociais, culturais, familiares e laborais distintas, “que se transmitem de geração em geração e que afetam a organização do seu quotidiano, as suas representações, identidade, saúde e qualidade de vida” (Ramos, 2016, p. 310).

Em alguns núcleos marítimos, como na Nazaré, a maioria dos pescadores trabalha em parcerias com as mulheres, responsáveis por angariar clientes para o peixe que ainda está a ser pescado. Para além desta, desempenham também pequenas tarefas complementares que lhes permitem obter um rendimento adicional e uma certa independência financeira, como o aluguer de quartos a turistas, a comercialização de frutos secos ou, inclusivamente, a venda de bonecas em trajes típicos (Escallier, 1999, p. 300).

Em certas comunidades piscatórias tradicionais em Portugal, como é o caso de Vila Chã, pertencente ao município de Vila do Conde, a sua configuração sociológica contraria, de certa forma, a tendência de divisão sexual de papéis no trabalho, na medida em que também as mulheres iam à pesca e, inclusivamente, possuíam a carta de arrais, o que lhes permitia conduzir uma embarcação. Segundo Cole, as mulheres de Vila Chã começaram a dedicar-se profissionalmente à pesca porque, ao contrário da maioria dos núcleos marítimos do norte do país, onde a atividade piscatória se desenvolve em estreita relação com o universo agrícola, o sistema local de propriedade da terra em Vila Chã era distinto, na medida em que “a terra tendia a concentrar-se em grandes propriedades e nas mãos apenas de alguns lavradores” (Cole, 1994, p. 83). Estas circunstâncias, além de promoverem um desenvolvimento massivo da cultura de recolha de algas para fertilizar esses (e outros) grandes terrenos agrícolas, comprovam a ausência de terrenos próprios para cultivo por parte da população piscatória, o que levou grande parte das famílias (homens e mulheres), com ou sem filhos, a dedicarem-se exclusivamente à atividade piscatória para sobreviverem economicamente.

A aquisição de experiência e a continuidade das práticas levaram a que, em Vila Chã, também as mulheres se dedicassem à pesca e à navegação no mar. Muitas vezes, a própria colheita das algas era feita a partir da embarcação (Oliveira & Galhano, 1958, p. 78) com recurso a ingaços e ganhuços⁵⁰.

⁵⁰ Ver 3.3. O Território – A freguesia de Lavra e o sargaço.

Quando estavam em terra ou não se dedicavam à navegação, as mulheres desempenhavam as mais variadas funções, desde as tarefas de pré e pós-pesca (como preparação de iscos ou venda de peixe) à manutenção da casa e dos filhos. Segundo Ramos (2016):

Nas comunidades costeiras e piscatórias encontramos: as mulheres de pescadores, exercendo as funções de educação dos filhos e ocupações domésticas e familiares, colaborando em terra de forma informal não remunerada com os seus companheiros ou familiares, também designadas por “esposas (e filhas) colaboradoras”; e as mulheres pescadoras trabalhando em terra e no mar e buscando espaços de atuação profissional e de sobrevivência. (MacAlister *et al.*, 2002 *apud* Ramos, 2016, p. 313)

Na realidade, torna-se possível concluir que em Vila Chã não se verifica uma divisão rigorosa das ocupações femininas e masculinas, mas sim uma grande diversidade de tipologias de trabalho desempenhado pelas mulheres. Maria, a “última mulher-arrais de Vila Chã”, revela que:

Quando as minhas filhas eram pequenas, eu ia ao mar dia e noite – sempre que havia peixe. Elas ficavam em casa com a minha mãe. Depois, quando elas já eram mais velhas, enquanto eu ia à pesca elas ajudavam a minha mãe a apanhar algas, e contribuíam assim para o sustento da casa. Quando eu regressava da pesca, fazia o trabalho da casa. Olhe, eu era ao mesmo tempo dona de casa e pescador. (Cole, 1994, p. 90)

Tal como já referido, a maioria das crianças acompanhava as mães, tias e avós nas suas ocupações e era na praia que passava grande parte do seu tempo. O intenso e permanente contacto com esta realidade de sobrevivência fazia com que as crianças comesçassem a contribuir para a casa desde muito cedo, ajudando os familiares nas suas tarefas e sendo requisitadas para a recolha de lenha, a apanha de algas ou a preparação de refeições (Cole, 1994, p. 94).

Grande parte das sociedades piscatórias desenvolve-se sob um matriarcado tradicional onde os pescadores, responsáveis pelo trabalho no mar, delegam nas mulheres todas as responsabilidades relacionadas com a terra. Contudo, em Vila Chã, a realidade ocupacional feminina apresenta ligeiras diferenças, como pode ser observado a partir da seguinte figura:

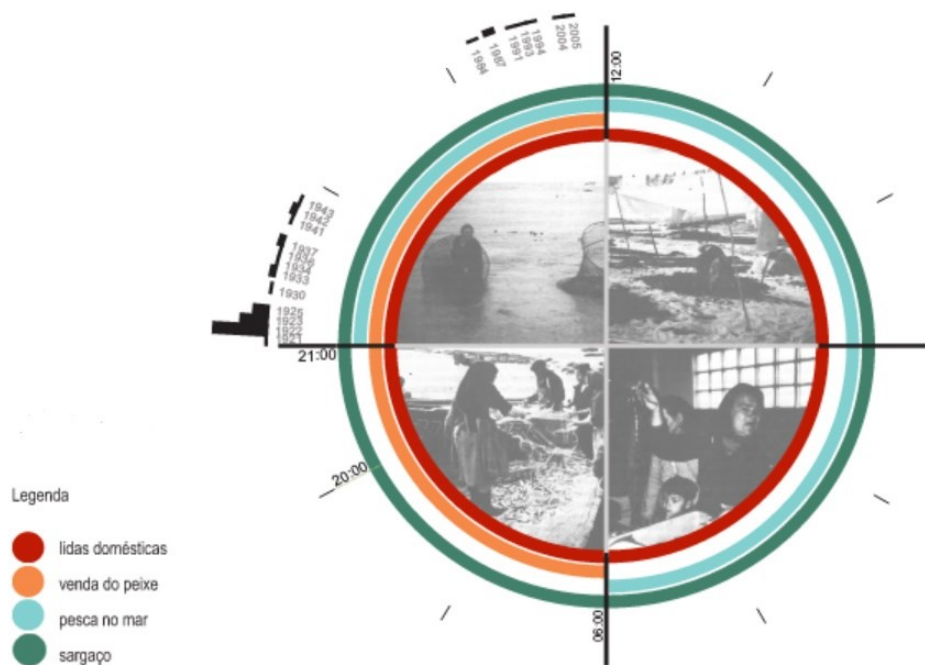


Figura 26: Esquema da organização de um dia de trabalho da mulher de Vila Chã

Fonte: *Lugares e escalas de um núcleo piscatório: as casas de Vila Chã* (Silva, 2020, p. 36)

Este esquema é representativo da forma como se distribuíam as ocupações das mulheres ao longo do dia de modo a darem conta das inúmeras responsabilidades que tinham a cargo. Assim, torna-se possível concluir que tanto as lidas domésticas como a apanha do sargaço eram atividades complementares desempenhadas no dia-a-dia das mulheres e às quais estas respondiam apenas quando as tarefas relacionadas com o mar estivessem terminadas (Silva, 2020, p. 36). Na realidade, o trabalho doméstico era encarado como secundário, visto que preparar refeições, lavar roupa ou limpar a casa não constituíam práticas diretamente geradoras de rendimentos para o agregado familiar. Eram consideradas tarefas relativamente simples e, geralmente, partilhadas entre os membros da casa (Cole, 1994, p. 93).

O canto superior do esquema representa a evolução do número de mulheres registadas com carta de arrais, licença que autoriza a navegação no mar para fins piscatórios e à qual está associado um conhecimento técnico e empírico de excelência (Silva, 2014, p. 66). Segundo Silva (2020, p. 36), a primeira carta de arrais atribuída a uma mulher em Vila Chã foi no ano de 1921, tendo-se assistido a um crescimento exponencial de mulheres pescadoras nos anos seguintes. Contudo, vários foram os motivos que provocaram uma inversão da tendência, sendo que, em 2020, apenas se encontravam registadas duas mulheres com licença de arrais.

As inovações tecnológicas e as alterações organizativas sofridas pela atividade piscatória durante os anos 1960, entre elas a introdução de motores, novos apetrechos e tipos de embarcações ou a aplicação de *nylon* nas redes, vieram contribuir, significativamente, para a melhoria das condições e segurança da atividade piscatória. Implicaram ainda uma adaptação das técnicas e a atualização de conhecimento por parte dos pescadores em prol da aposta numa política de boas práticas. Esta realidade contribuiu para o progressivo afastamento das mulheres da vida do mar e para a afirmação do papel masculino nas lides marítimas (Silva, 2020, p. 36-38), fenómenos possivelmente incentivados pela crescente mecanização de processos e inovação dos materiais, que exigiam menor manutenção e, por isso, menos trabalho.



Figura 27: José Barbosa a transportar a rede de pesca. Angeiras, março 2022

Inclusivamente, o desenvolvimento do comércio e da indústria e a instabilidade profissional e financeira associada à vida piscatória motivaram a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho, onde procuravam um emprego fixo e uma maior estabilidade económica. Também novas fontes

de rendimento vieram alterar a tipologia de trabalho desempenhado pelas mulheres que, tendo em conta as necessidades económicas das suas famílias, passaram a alugar as suas casas, junto à praia, durante o Verão (Cole, 1994, p. 145). Todas estas circunstâncias provocaram alterações significativas nas rotinas das mulheres de Vila Chã, cujo papel essencial para o desenvolvimento da atividade piscatória e para o equilíbrio das receitas e despesas familiares vai diminuindo significativamente à medida que se vão dedicando, cada vez mais, à gestão de uma diversidade de rendimentos externos à faina marítima. Tal como refere Cole,

Estas mudanças no trabalho das mulheres começaram a desgastar a sua autonomia económica, na medida que estas se foram tornando cada vez mais dependentes de fontes de rendimento controladas fora da casa, e já não do rendimento resultante do seu próprio tempo e do seu próprio trabalho. (Cole, 1994, p. 146)

Contudo, apesar das transformações na atividade piscatória e no seio das comunidades decorrentes da modernização, muitas mulheres continuaram a auxiliar os maridos e a revelarem-se essenciais para o sucesso dos pescadores. Ficavam encarregues de ajudar a preparar a embarcação e a reunir as condições necessárias para a ida ao mar, apanhar e vender algas, e, no fim, descarregar o barco, consertar as redes e vender o peixe. Deste modo, é de fundamental justiça reconhecer e valorizar o contributo feminino nos labores a montante e a jusante da atividade piscatória, nomeadamente nas estratégias de desenvolvimento das pescas e nas políticas locais, garantindo-lhes reconhecimento legal, proteção social e acesso a cuidados de saúde e a segurança social enquanto membros integrantes da população piscatória com direitos, deveres e responsabilidades específicas (Ramos, 2016, p. 312-313).



Figura 28: Mulheres a puxar os barcos para cima. Artur Pastor, Nazaré, 1954-57

Fonte: Portefólio digital Artur Pastor

6.2 A “mulher” na comunidade piscatória de Angeiras

Tendo em conta a constante redução do número de membros ativos nas comunidades piscatórias, o sucesso da atividade passa, em grande parte, pelo apoio das famílias na execução das mais variadas tarefas complementares à faina marítima. Como já referido, certos núcleos piscatórios em Portugal, como é o caso de Angeiras, Vila Chã, Aguda ou Caxinas, contam com “uma forte participação da mulher no setor da pesca, nas atividades de comercialização, burocráticas e de apoio às próprias embarcações” (Viegas, 2012, p. 71).

Neste sentido, na tentativa de abordar etnograficamente os saberes e as vivências da comunidade, importa documentar e relevar memórias e práticas femininas em Angeiras, capazes de auxiliar na compreensão de uma realidade sociocultural passada. Os testemunhos recolhidos visam

contribuir para uma melhor reflexão acerca do universo piscatório de Angeiras, da dinâmica social e profissional dos seus membros e da própria evolução das práticas.

O trabalho de campo pressupôs a presença prolongada no terreno, tanto em horas de trabalho como de descanso, permitindo observar e compreender o dia-a-dia da população e as rotinas que lhe estão associadas. O contacto permanente com a comunidade, os seus saberes, objetos, rituais e tradições contribuíram para a apreensão das suas especificidades culturais e para a descodificação de um modo de vida coletivamente partilhado, ao qual se associam práticas e vivências próprias e uma unidade social e organizativa específica (Ramos, 2016, p. 310).

A rotina feminina em Angeiras sempre se fez representar por dias completos e muito preenchidos: entre cuidar da casa, da terra, dos filhos e auxiliar os homens na sua faina diária, muitas mulheres ainda se encontravam empregadas nas conserveiras em Matosinhos. Tal como afirma Glória Neves, na monografia *Recordar o passado na Praia de Angeiras*, a vida das mulheres era pautada por muito esforço e sacrifício em prol da sobrevivência das suas famílias. Habitualmente com um elevado número de filhos, tornava-se muito complicado criá-los e alimentá-los a todos, tendo em conta as dificuldades e as privações que enfrentavam diariamente. Glória chegou mesmo a perder colegas e amigas para a doença tuberculosa porque, durante os invernos rigorosos, estas caminhavam durante três horas, de Angeiras até Matosinhos, sob o vento e a chuva para poderem ir trabalhar.

Quantas vezes acontecia de lá chegarem e não terem trabalho porque, com o mau tempo, as traineiras também não tinham podido sair para o mar e por isso não havia peixe nas fábricas, nem trabalho, portanto...
Ai, as pobres mulheres, tristes, lá regressavam fazendo mais 3 horas sem ganharem um centavo. (Neves, 2010, p. 12)

A incerteza e a precariedade que caracterizam o modo de vida piscatório motivavam a procura recorrente de fontes alternativas de rendimento. Neste sentido, a apanha do sargaço sempre se afirmou como uma atividade complementar que ocupava muita gente durante largos períodos do ano e à qual homens e mulheres recorriam quando a sobrevivência económica estava em risco. Para além disso, segundo vivências e recordações dos entrevistados, quando os casais se juntavam para começar a formar família, era habitual as mulheres ingressarem na jorna do sargaço para contribuir economicamente para a casa, juntamente com a mãe e as irmãs do marido. Tal como recorda Marlene, a avó, apesar de não ter sido sargaceira, “andava com elas [sogra e cunhadas] a apanhar, não é, naquela fase inicial quando casou com o meu avô, até terem outra vida. Porque a vida das mulheres era sempre um bocado ingrata nesse sentido”. Também a mãe, depois de um dia de trabalho na fábrica, “se tivesse de se levantar da

cama para ir ajudar o meu pai a trazer o barco para cima e não sei que mais, e nem sequer dormir para ir trabalhar de manhã, ela ia”⁵¹. Isaura, sargaceira desde os 10 anos, refere que tanto ela como os seus nove irmãos começaram a ir ao sargaço com a mãe porque o pai “era pescador mas não tinha motores, então a minha mãe andava ao sargaço para ganhar. Houve aqui muita mulher que vivia só do sargaço. Foi uma vida muito dura”⁵².

Maria Albina Meão recorda os tempos de criança, quando ia com a avó para o campo ajudar outros lavradores a plantar legumes e frutas “para chegar a casa e ela dar-me de comer. Era a troca para me dar de comer, porque assim ela sabia que eu andava a trabalhar e não andava na vagabundice”⁵³. Estes e outros testemunhos permitem comprovar a predisposição sociológica destes grupos para a divisão sexual do trabalho e para a distribuição específica de tarefas entre os membros da família, onde as mulheres são culturalmente educadas para o trabalho doméstico e para virem a exercer funções de auxiliares/ajudantes dos maridos, “continuando a trabalhar e a possuir modos de vida muito parecidos com os das suas mães e avós” (Silva, 2020, p. 36).



Figura 29: Maria Albina e Noémia Ferreirinha na sua Casa de Mar. Angeiras, março 2022

⁵¹ Entrevista a Marlene Soares realizada a 18-11-2021, em Angeiras.

⁵² Entrevista a Isaura Marrelage realizada a 29-03-2022, no Mercado Municipal de Angeiras.

⁵³ Entrevista a Maria Albina Meão realizada a 17-12-2021, na sua Casa de Mar, em Angeiras.

Quando não estavam a trabalhar ou a ajudar os homens, tinham várias ocupações complementares, tendo sempre em vista o conforto e bem-estar das suas famílias, entre elas o cuidado da terra, a preparação de refeições e/ou a confecção de vestuário. Tal como descreve Lima (1963), em Lavra,

enquanto o homem lá anda no mar, a mulher do pescador cuida da vida da casa. Algumas ocupam-se na recolha do sargaço ou vão apanhar lenha. O resto do tempo passam-no sentadas aos grupos na areia, ou em fila no passeio da rua fronteira, e fazem malha, enquanto esperam. São camisolas e meias quentes para maridos e filhos. A vida de cada uma é a vida de todas, como iguais são os afazeres dos seus homens. (Lima, 1963, p. 123)

Glória Neves, apesar de não ser mulher de pescador, recorda os momentos de convívio com outras mulheres, onde estas cosiam peças de roupa para os filhos e maridos. Enquanto filha do Capitão Salva-Vidas Ezequiel Seabra, uma figura incontornável da população de Angeiras, reconhecido pela sua bravura e generosidade, recebia várias vezes em sua casa mulheres e filhos de pescadores:

Como os Invernos eram duradouros e rigorosos, fazia-se muito “serão” à luz do candeeiro. A nossa casa era pequena mas muito acolhedora, vinham mulheres e filhos fazer renda, meias, camisolas e emendar farrapos com que faziam mantas para se cobrirem. (Neves, 2010, p. 30)

Também Marlene recorda o avô pescador e as adversidades que enfrentava diariamente. Muitas vezes chegava a casa com as mãos em ferida de tanto puxar as redes e Marlene recorda a atenção e o cuidado que a avó tinha com o avô quando aplicava os cremes e lhe tratava das feridas. Também viu várias vezes a avó “fazer aquelas meias com quatro agulhas para ele levar para o mar que eram mais quentes. Tudo isto é vivenciado por nós e tem uma história muito importante, não é... No fundo, é uma história contada sempre com muito amor”⁵⁴.

Tal como referido, na dinâmica familiar tradicional, as tarefas domésticas eram geralmente partilhadas por todos os membros, “as casas eram pequenas e o mobiliário era simples, e dedicava-se pouco esforço à decoração ou à limpeza das casas” (Cole, 1994, p. 94). A prioridade passava por garantir a sobrevivência, pelo que o seu estilo de vida primava pela simplicidade e, de acordo com relatos, as famílias viviam com o mínimo e indispensável. A maior parte das pessoas usava a mesma roupa no dia-

⁵⁴ Entrevista a Marlene Soares realizada a 18-11-2021, em Angeiras.

a-dia, normalmente vestuário velho ou remendado com que exerciam a faina diária, sendo que a “roupa nova” era apenas usada aos domingos ou dias de festa, tal como explica Marlene:

Às vezes eu perguntava: ‘Avó, porque é que você anda sempre com a mesma roupa?’ e a minha avó dizia assim: ‘Está lavada, não está?’. Todos os dias ela lavava a roupa, é verdade. Aqui neste tanque, todos os dias, a imagem que eu tenho da minha avó era ela aqui no tanque a lavar a roupa inverno e verão. E ela dizia assim: ‘Filha, não é a vaidade que nos dá de comer. Eu quero andar limpa, a partir daí...’. O meu avô andava de calças todas cosidas, todas remendadas, que ela cosia e dava. Roupa melhor era uma roupa para ir ao domingo à missa, uma roupa específica para as festas, mas era chegar a casa e tirar a roupa fora. Portanto, eles só tinham aquelas duas roupas de sair e tinham três ou quatro peças para mudar e chegava. [...] E ela conseguia perceber sempre quando eu trazia uma roupa nova, pois dizia: ‘Vós não sabeis o que é domingo e semana, meus filhos, é por isso que nunca tendes nada na vida’. Não é... para eles isso era supérfluo, não valia a pena.⁵⁵

No que diz respeito à atividade sargaceira, as crescentes e sucessivas inovações tecnológicas no setor pesqueiro levaram a que a apanha fosse praticada, na sua grande maioria, por mulheres. Além de todos os seus afazeres diários, sempre que as condições atmosféricas o permitiam, as mulheres entravam mar adentro munidas de instrumentos para recolher a maior quantidade de algas que conseguissem. A dureza do trabalho, o receio, a inexperiência no mar e as intempéries que inevitavelmente enfrentavam deixam antever o caráter rudimentar das práticas e a falta de condições de saúde e segurança a que as mulheres estavam expostas. Isaura, ao recordar os seus tempos de sargaceira, reforça a violência e o desgaste físico inerentes a esta prática:

Foi uma vida muito difícil, muito dura. A gente andava sempre por aqui, só com a cabeça de fora. Nós andávamos com aqueles casacos de oleado de andar à chuva por baixo de uma camisola grossa de lã. Vestíamos aquilo de manhã e só tirávamos à noite, sempre com um chapéu na cabeça.⁵⁶

Também Paula Ribeiro explica que, mesmo molhadas, as sargaceiras andavam sempre com roupa “porque com a roupa molhada a gente não tinha frio, eram sempre roupas mais velhas. Só tínhamos frio se estivéssemos sem roupa”⁵⁷.

Quando questionadas acerca do passado sargaceiro e das suas perceções pessoais sobre essa realidade, apesar de lhe associarem sentimentos distintos, todas as intervenientes relevam a exigência física do trabalho e os condicionalismos que lhe estão associados. Paula considera que foram “tempos bonitos e engraçados, mas não queria voltar atrás. Eram vidas muito duras, era muito difícil. A gente

⁵⁵ Entrevista a Marlene Soares realizada a 18-11-2021, em Angeiras.

⁵⁶ Entrevista a Isaura Marrelage realizada a 29-03-2022, no Mercado Municipal de Angeiras.

⁵⁷ Entrevista a Paula Ribeiro realizada a 29-03-2022, em Angeiras.

agora diz ‘levantei-me cedo’, mas nós levantávamo-nos às 3 ou 4 da manhã. Não havia sábados, não havia segundas. Fazia maré e a gente ia”⁵⁸.

Já Isaura, depois de descrever os procedimentos básicos e reforçar a violência da apanha, confessa sentir-se triste e saudosa ao recordar os anos de sargaceira, porque “era uma vida dura mais muito saudável. Dormíamos ao solinho... e a gente nunca mais apanhou sol. Sinto-me triste, porque eu gostava da vida do sargaço. A gente ria, a gente falava, agora... a vida mudou. Não há aquela alegria agora”⁵⁹.

No que concerne ao universo piscatório, desde os primórdios da prática em Angeiras que as mulheres assumem um papel de destaque. Para além de todos os seus afazeres e contributos, desempenhavam funções essenciais na manutenção das embarcações e respetivos instrumentos de trabalho, entre eles as redes de pesca, nomeadamente da sardinha, cujo conserto e manuseamento exigem métodos e conhecimentos específicos (Cole, 1994, p. 93).

Em Angeiras, num período inicial, as mulheres não tinham a experiência e o saber necessário para trabalhar a rede da sardinha, pelo que, tal como refere José Meão, “para a sardinha tínhamos pessoas que vinham da Póvoa atar as redes. Vinham na segunda-feira e só iam no sábado embora. Dormiam aqui nas nossas casas”⁶⁰. Essas mulheres, conhecidas como Poveiras, naturais da comunidade piscatória de Caxinas, deslocavam-se sazonalmente até à praia de Angeiras para consertar e *entralhar*⁶¹ as redes da sardinha, instalando-se, durante períodos relativamente longos, nas casas de mar. Segundo Fernando Martinho, a explicação prende-se com o facto de a comunidade piscatória de Caxinas ser muito mais antiga e ter maior experiência:

Como lá havia muitos acidentes, mortes e tudo o mais, havia muitas viúvas. Essas mulheres, para ganharem o sustento para a família ou isso, tinham mais disponibilidade para se deslocar. [...] Para fazer o entralhe, compor as redes, era preciso ter essa arte. Há uma agulha para fazer a rede e quem ensinou cá e começou a vir fazer para aqui as primeiras redes foi essa malta de Caxinas (as Poveiras).⁶²

⁵⁸ Entrevista a Paula Ribeiro realizada a 29-03-2022, em Angeiras.

⁵⁹ Entrevista a Isaura Marrelage realizada a 29-03-2022, no Mercado Municipal de Angeiras.

⁶⁰ Entrevista a José Meão realizada a 17-12-2021, na sua Casa de Mar, em Angeiras.

⁶¹ Termo comumente utilizado nas comunidades piscatórias para designar o processo de fixar, em lados opostos, as boias e os pesos nas extremidades da rede de pesca.

⁶² Entrevista a Fernando Martinho realizada a 05-03-2022 na sede da ASNASA, em Angeiras.



Figura 30: Salvador Pereira a conceber uma rede de pesca. Angeiras, novembro 2021

Esta descrição contribui significativamente para a reflexão sobre a evolução das práticas, para além de comprovar a importância do papel feminino para a concretização do labor masculino e para o próprio sucesso da atividade piscatória em Angeiras.

A precariedade da vida piscatória e a vulnerabilidade económica das famílias trazem muitas implicações para os seus membros e são muitos os pescadores que veem a necessidade de se deslocarem para pescar longe do seu local de origem, em busca de pescarias mais fartas e de melhores condições de vida. Em terra, ficam as mulheres com os filhos, cuidando da habitação e gerindo os recursos familiares. Habitadas a enfrentar adversidades, são frequentemente expostas à viuvez precoce ou a períodos de grande emigração por parte dos maridos (Silva, 2020, p. 34). Maria Albina, em entrevista, recorda os tempos de emigração do marido para a pesca do bacalhau na Noruega e no Canadá e a aflição que sentiu quando chegou a estar três meses sem receber notícias dele:

Ele antes de ir embora disse-me: ‘Oh Bina, um dia que não tenhas correspondência minha, pedes para ligar para a Lisboa Rádio e a Lisboa Rádio entra em contacto comigo’. A Lisboa Rádio entrou em contacto com ele e disse para ele me ligar. Falei com ele 10 minutos. Aqueles 10 minutos custaram-me, naquele tempo, 400 escudos.⁶³

Este relato é um exemplo ilustrativo da angústia e do sofrimento que assolavam muitas mulheres que, independentemente das preocupações ou dos dissabores, tinham de continuar a encarar o dia-a-dia com bravura e resiliência em prol da luta pela sua sobrevivência e a dos filhos que tinham a cargo.



Figura 31: Mulheres a conviver e a coser malhas enquanto aguardam pela chegada dos barcos.

Artur Pastor, Póvoa de Varzim, década 50/60

Fonte: Portefólio digital Artur Pastor

Também Marlene relembra as conversas que tinha com a mãe e a aversão que esta demonstrava em poder vir a casar-se com um pescador: “A minha mãe dizia: ‘eu sempre disse que não queria um homem pescador, porque eles vão e nós nunca sabemos se voltam’”⁶⁴. Esta afirmação faz transparecer

⁶³ Entrevista a Maria Albina Meão realizada a 17-12-2021, na sua Casa de Mar, em Angeiras.

⁶⁴ Entrevista a Marlene Soares realizada a 18-11-2021, em Angeiras.

a inevitabilidade de uma vida pautada pela incerteza do regresso por parte das mulheres dos pescadores, porque, na realidade, “o mar tanto lhes dá sustento como, também, lhes tira e marca a vida pela ausência” (Silva, 2020, p. 36).

Apesar da sua contribuição inegável para as unidades de produção e para o desenvolvimento social das comunidades piscatórias, o trabalho das mulheres

é frequentemente invisível nas estatísticas, não reconhecido como remuneração, e, em geral, as mulheres não usufruem de reconhecimento legal que lhes daria acesso aos sistemas de proteção social, formação ou crédito, assim como a outros recursos. (Ramos, 2016, p. 312)

Face ao exposto, em Angeiras, de acordo com os depoimentos recolhidos, grande parte das mulheres optou (e continua a optar) por tirar a cédula marítima para que lhe seja concedido um estatuto legal que reconheça os seus direitos profissionais e a sua contribuição económica para a manutenção da atividade. Tal como explica Maria Albina, apenas tirou a cédula porque trabalhou numa conserveira e “não tinha os descontos suficientes, um dia, para a reforma... Acabei por tirar a cédula, para depois ele [marido] descontar para ele e para mim. Para termos o pouco que nos dão... sempre é melhor que nenhum”⁶⁵. Também Salvador Pereira refere que a sua mulher possui cédula marítima e que quase “todas as esposas aqui dos pescadores, agora, têm cédula que é por causa dos descontos, para elas terem direito a alguma coisa, não é... De outra maneira não”⁶⁶.

⁶⁵ Entrevista a Maria Albina Meão realizada a 17-12-2021, na sua Casa de Mar, em Angeiras.

⁶⁶ Entrevista a Salvador Pereira realizada a 17-12-2021 em Angeiras.



Figura 32: Fernando Fonseca e a mulher, Maria de Fátima, na preparação dos iscos. Angeiras, março 2022

A necessidade de sobrevivência motivava muitas mulheres a procurar outras fontes de rendimento, o que provocava um grande desgaste físico associado à dupla jornada de trabalho. A sobreposição de tarefas e o caráter primitivo de execução das atividades contribuem para agravar os riscos e os problemas de saúde nestas comunidades. Para além disso, a apanha de algas ou marisco implica riscos ergonómicos acrescidos, tendo em conta a sobrecarga muscular que é exercida sobre o pescoço, os ombros, as costas e a região lombar, o que justifica e comprova a necessidade de incluir as mulheres sargaceiras e marisqueiras entre os grupos sociais de risco (Ramos, 2016, p. 315).



Figura 33: Apanha do sargaço na maré baixa. Artur Pastor, Póvoa de Varzim, década 50

Fonte: Portefólio digital Artur Pastor

Posto isto, importa redefinir o papel da mulher nas comunidades marítimas e valorizar a sua contribuição, essencial para a manutenção das práticas. As políticas de desenvolvimento das pescas devem priorizar uma abordagem mais participativa, de forma a identificar os principais desafios e exigências do trabalho dos homens e das mulheres, para que seja possível compreender as desigualdades existentes e estabelecer medidas e compromissos de acordo com as necessidades locais. Torna-se fundamental garantir a integração do trabalho feminino nas estatísticas da pesca, promovendo medidas de capacitação social e económica e políticas de proteção e saúde no trabalho para as mulheres, o que vai contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável nestas áreas e para a melhoria da condição social destas populações (Ramos, 2016, p. 318).

Apesar da crescente desvalorização do papel feminino nas atividades relacionadas com a pesca, é inegável o seu contributo para a manutenção da atividade profissional dos homens e para a sobrevivência económica das famílias. O cuidado da terra, da casa e dos filhos constituem responsabilidades fixas para estas mulheres que, embora com muito sacrifício, estas ainda desempenham depois de uma longa jornada de trabalho.

7. A INDÚSTRIA DOS ADUBOS E A DECADÊNCIA DAS PRÁTICAS

A apanha do sargaço afirmou-se como uma prática cultural com séculos de existência, uma ocupação de relevo que contribuiu significativamente para o desenvolvimento de muitos territórios marítimos e para a formação das suas comunidades. O seu universo de ação pressupõe um conjunto de técnicas e instrumentos específicos, saberes e tradições partilhadas que fomentam as relações sociais e a construção de uma identidade coletiva.

Contudo, apesar de se ter constituído como uma realidade frequente e necessária desde o século XIII, a contemporaneidade e a noção de progresso trouxeram novos desafios e as circunstâncias atuais levaram a que a continuação da atividade sargaceira se revelasse, praticamente, inviável. Por um lado, a crescente iniciativa de deslocação dos lavradores do interior à praia de Angeiras para virem recolher mecanicamente grandes quantidades de algas contribuiu significativamente para o abandono da apanha manual (em grande parte efetuada por mulheres). A presença dos tratores na praia e a sua capacidade mecânica de recolha vieram substituir o trabalho manual e reduzir o seu tempo de execução porque, tal como recorda Paula, “o que três ou quatro pessoas faziam numa manhã, eles faziam numa hora”⁶⁷. Por outro lado, o desenvolvimento de zonas cobertas de produção de legumes (estufas), a par com a aplicação crescente de adubos químicos, permitiram a intensificação das culturas e a fertilização dos campos de forma rápida e eficaz, evitando o trabalho pesado e moroso da apanha do sargaço. Todas estas circunstâncias refletem o progresso inerente às práticas agrícolas, que pressupõe, em simultâneo, a criação de novos métodos de adubação e o abandono da apanha manual de sargaço.

Para além disso, o fenómeno de alargamento das zonas balneares veio influenciar significativamente os moldes em que a apanha era feita, tendo em conta a proibição de circulação de tratores e de ocupação do areal para fins de secagem das algas. Apesar da atividade sargaceira se ter revelado incompatível com o usufruto turístico das praias, a realidade é que já não era uma prática recorrente por parte das mulheres, que, vendo o seu trabalho ser substituído por tratores, começaram a desempenhar funções nas indústrias de conservas e confeções que iam surgindo em Matosinhos em busca de rendimentos fixos, estabilidade profissional e alguma qualidade de vida, condições dificilmente atingíveis com a

⁶⁷ Entrevista a Paula Ribeiro realizada a 29-03-2022, em Angeiras

precariedade da atividade sargaceira (tal como afirma Marlene, reforçando que “ninguém estava para estar com tanto sacrifício para ganhar tão pouco”⁶⁸).

A necessidade de recolha de algas e a carência de fertilizantes naturais começaram a reduzir drasticamente e, tal como salientam Maria Albina Meão e Marco Aurélio, quem sofreu mais com a consolidação dessas zonas balneares foram os lavradores da zona da Aguçadoura e não a população de Angeiras⁶⁹. A comunidade foi-se desenvolvendo em estreita relação com o mar, desempenhando várias atividades em seu torno com vista à obtenção de rendimentos que lhe permitisse garantir a sua sobrevivência e das respetivas famílias. A apanha do sargaço constituiu uma realidade próxima, desde muito cedo, para toda a população. Quando a procura justificou o incremento da apanha, as pessoas procuraram nela uma fonte de lucro. Com os entraves à continuação da atividade, rapidamente a população piscatória adequou as suas práticas e enveredou por outras ocupações mais rentáveis, nomeadamente no ramo da indústria. Na realidade, quem se dedicava a recolher mecanicamente quantidades massivas de algas é que sentiu verdadeiramente os constrangimentos decorrentes do alargamento das zonas balneares, deixando de ter capacidade para fertilizar as suas terras com os produtos do mar:

Quem sentiu mais na pele a proibição não fomos nós, foram os da Aguçadoura, porque para eles era mesmo só para a terra. Eles vinham buscar, com os tratores [...] era muita tonelada de sargaço que eles tiravam, que era para consumo; para nós o consumo era pouco, era a sobrevivência do dinheiro. Nós era para o dinheiro.⁷⁰

O bem-estar dos banhistas e a praticidade da época banhar prevaleceram no processo de implementação das decisões políticas que, por um lado, deveriam ser sustentadas, também, numa recolha local de dados, incentivando o envolvimento dos agentes nas políticas locais, numa lógica de abordagem participativa e utilização sustentável de bens e serviços (Branco, 2018, p. 15).

7.1 Sargaço e pós-memórias

Segundo Raquel Soeiro de Brito,

as comunidades recompõem a História e recriam as paisagens e, no caso português, as diversidades do território contribuíram para as múltiplas singularidades regionais e locais que chegaram até muito perto

⁶⁸ Entrevista a Marlene Soares realizada a 18-11-2021, em Angeiras

⁶⁹ Entrevista a Maria Albina Meão e Marco Aurélio realizada a 17-12-2021 na sua Casa de Mar, em Angeiras

⁷⁰ Idem.

do nosso tempo, ao fim de quase nove séculos de continuidade... Esta permanência está estreitamente ligada à presença do mar-oceano. (Brito s.d. *apud*Viegas, 2012, p. 56)

De facto, constituem núcleos urbanos coletivos desenvolvidos em estreita relação com o mar, aos quais estão associados valores identitários e um sistema organizativo específico responsáveis por orientar a ação social e o quotidiano dos seus membros.



Figura 34: Embarcação de pesca na Praia dos Pescadores. Angeiras, maio 2022

Atualmente, estes grupos são alvo de pressões territoriais de âmbito nacional e internacional, em grande parte decorrentes do movimento de valorização turística das zonas costeiras. A sua realidade profissional, a educação, formação e a vida em família/comunidade são recorrentemente afetadas por novas políticas de pescas, urbanização, migração e dinamização turística (Ramos, 2016, p. 310) que condicionam, de forma mais ou menos evidente, a organização física e social do território.

Assim, importa ter em conta que, para além do papel essencial na exploração sustentável dos bio recursos, as comunidades piscatórias são reveladoras de uma forma de viver e habitar distintas que ameaçam desaparecer na sua forma original, pelo que é necessário promover medidas de preservação, gestão e planeamento no sentido de salvaguardar esse património cultural material e imaterial. A

especificidade das suas práticas e modos de vida deve ser valorizada, partilhada e documentada para que seja possível, de alguma forma, perpetuar fisicamente a memória coletiva de um presente e passado que fazem parte da sua identidade enquanto “verdadeiras unidades de paisagem, com padrões determinados que as distinguem das unidades envolventes” (Silva, s.d. *apud* Viegas, 2012, p. 59).

O facto de se desenvolverem junto ao litoral coloca estes grupos em cenários de instabilidade perante as decisões políticas e as conseqüentes transformações urbanísticas de que são alvo. A sua integração na modernidade leva a crescentes adaptações a nível pessoal e profissional perante novas e desafiantes realidades, com impactos positivos e negativos na comunidade: apesar dos avanços tecnológicos e da possibilidade de acesso a outros meios e equipamentos para maior segurança e produtividade nas pescas, grande parte dos planos de ação e estratégias de ordenamento não contemplam devidamente os modos de habitar próprios destes grupos, assim como o valor social e cultural que lhes está associado, promovendo estratégias que podem conduzir ao seu abandono e descaracterização (Branco, 2018, p. 16).

Para além da incerteza e insegurança que acompanham o dia-a-dia das sociedades piscatórias, em grande parte relacionada com a estreita dependência da sua atividade face ao meio ambiente onde se insere, a pequena pesca sofre de um problema estrutural decorrente das condições em que se desenvolveu: as novas diretrizes europeias, a instabilidade inerente à atividade, os custos de produção, o reforço da fiscalização e da regulamentação e a própria organização do mercado não motivam os jovens a fazer da pesca a sua profissão, o que, a longo prazo, pode comprometer o futuro da atividade (Viegas & Tedim, 2012, p. 2; Amorim, 2018, p. 153).



Figura 35: Pormenores da atividade piscatória na Praia dos Pescadores. Angeiras, maio 2022

Na realidade, este desinteresse é alimentado, muitas vezes, pelos próprios pais que, desde cedo em contacto com o risco e a imprevisibilidade, encorajam os filhos a afastarem-se profissionalmente da vida do mar. A pequena pesca, na sua vertente tradicional, sempre constituiu uma atividade à qual se associam vários condicionalismos: as fracas condições de trabalho e de segurança, a dureza e a precariedade das práticas, a ausência de formação e de estatuto legal dos envolvidos refletem a falta de atenção dada a este setor no âmbito das políticas governamentais (Carvalho, 2020, p. 18).

Em Angeiras, tal como recorda Glória de Sousa Neves, os homens aventuravam-se a bordo de pequenas embarcações de madeira e, com o auxílio de remos, batalhavam para conseguir uma boa pescaria. As condições de navegação eram tão reduzidas que era recorrente as famílias lidarem com a morte e a perda de um dos seus membros: “todos [os pescadores] se benziam e nós em terra desejávamos-lhes boa sorte, pois quando havia vento tornava-se muito arriscado. Aventuravam-se a

grandes distâncias, mas era essa a sua vida, o seu ganha-pão, o sustento deles e do seu agregado familiar. Resistiam com força e coragem a tudo.” (Neves, 2010, p. 19).

Muitas foram as mulheres que viram partir os seus maridos, pais que perderam os filhos para o mar e um dia-a-dia vivido com a angústia e incerteza do regresso. A dureza da realidade piscatória pode estar associada a danos físicos e psicológicos significativos, pelo que, segundo Fernando Martinho, o trauma e o receio da perda alimentavam um ambiente de insegurança que levava muitos pais a desaconselharem os seus filhos a seguirem a profissão de pescador: “os próprios pescadores que, tendo passado por vários naufrágios, não queriam que os filhos passassem por isso e, portanto, houve um ambiente de dizer para a malta não ir para o mar, como a minha mãe me dizia”⁷¹.

Estas circunstâncias, em conjunto com a falta de acesso a um salário fixo e a tendência de envelhecimento dos pescadores, afastam progressivamente os mais jovens da pesca e da vida marítima. Contudo, apesar de perspetivarem outras oportunidades para o seu futuro, longe da azáfama piscatória, tanto os elementos naturais como as técnicas e objetos que lhes estão associados continuam a fazer parte do seu imaginário (Branco, 2018, p. 25).

O contacto inicial com a linguagem do mar e a sua ligação umbilical a pescadores, estivadores, vareiras ou conserveiras permitem a partilha de experiências e a construção de um conhecimento co-criado que vai sendo transmitido de geração em geração. Tal como refere Rafael Ribeiro, 23 anos, filho de Paula Ribeiro⁷², apesar de não ter memória da mãe e das tias na apanha, “sempre se ouve falar de uma cultura bem implementada das sargaceiras e eu próprio já assisti à adubação dos campos com sargaço”⁷³, decorrente de algumas recolhas pontuais por parte de pessoas mais idosas. Enquanto filho e neto de pessoas ligadas à faina do mar, contacta, ainda que indiretamente, com essa realidade e absorve também parte dessas vivências, o que lhe permite adquirir e consolidar conhecimento acerca da antiga prática sargaceira: “a memória deles da apanha é que era um processo muito doloroso, não era rentável sequer. Foi basicamente um mal que teve de ser passado, por assim dizer [...], mas hoje em dia falam disso como fazendo parte da sua cultura, da sua história, que os torna únicos”⁷⁴.

Também Ana Rita Hora, 23 anos, cujos avós se dedicaram, durante vários anos, à apanha do sargaço, afirma que ainda hoje a avó partilha com ela recordações do tempo em que furava as ondas e escorregava nas pedras quando, em conjunto com outras mulheres, recolhia as algas para depois serem

⁷¹ Entrevista a Fernando Martinho realizada a 05-03-2022 na sede da ASNASA, em Anjeiras

⁷² Antiga sargaceira já referida na presente dissertação, atual proprietária da peixaria “Nova Esperança”, em Anjeiras.

⁷³ Entrevista a Rafael Ribeiro realizada a 05-10-2021, em Anjeiras

⁷⁴ Entrevista a Rafael Ribeiro realizada a 05-10-2021, em Anjeiras

vendidas aos agricultores do interior. Já o avô apanhava sargaço para, com a ajuda da família, adubar o seu terreno em Lavra. Quando confrontada com o fim da prática e o possível afastamento do mar, Ana reforça que, na realidade, o avô “é muito de caminhar, ou seja, ainda hoje vai à rocha, apanha sargaço, mexilhões... não sente saudades porque ele anda lá”⁷⁵, o que é revelador, de certa forma, da capacidade de resiliência destas comunidades e da ligação umbilical estabelecida entre os seus membros e o ambiente marítimo onde se desenvolvem.

Tanto Rafael como Ana revelaram conhecimentos práticos da atividade sargaceira, além de reconhecerem e identificarem os diferentes objetos que lhe estão associados: mais do que meras ferramentas, são reveladores de um conjunto de técnicas e saberes essenciais para a reflexão acerca de um “passado técnico, social e económico que permite compreender a evolução de um grupo” (Escallier, 2018, p. 38). Ambos referem que, ainda hoje, têm contacto com certos instrumentos, mas porque passaram a funcionar como elementos decorativos nas suas habitações. Torna-se essencial analisar estes objetos ao nível da morfologia, função e funcionamento de forma a encontrar o seu significado etno-antropológico, ou seja, o seu próprio papel enquanto reflexo de um saber-fazer empírico: “o objeto é, portanto, uma memória para consultar, mas também para preservar enquanto património” (Escallier, 2018, p. 38).

A apanha do sargaço revelou-se uma atividade com grande impacto social no território de Angeiras. Tal como refere Noémia Ferreirinha, antiga sargaceira, tia-avó de Maria Albina Meão, quer fosse para usufruto próprio ou para fins comerciais, sempre que as algas davam à costa, um sem número de pessoas corria até à praia para as recolher: “onde havia terreno para estender, a gente levantava-se muito cedo para ir e marcar na areia. É meu!”. Esta necessidade de garantir um espaço no areal para a secagem das algas reflete a grande procura de que eram alvo e o próprio ritmo desenfreado da apanha, como o comprova Manuel dos Santos Miranda: “eu vi muitas vezes do rio Onda⁷⁶ até aqui, ao Atlântico⁷⁷, a botar a secar”⁷⁸ (duas referências que correspondem aos limites da praia de Angeiras Norte).

Esta dinâmica de trabalho e o elevado potencial de aproveitamento do sargaço tornava-o um produto de grande relevo e interesse, motivando, por vezes, conflitos e desentendimentos inter e intracomunitários. Marlene, 42 anos, neta de pescador e sargaceira, apesar de não ter contactado diretamente com a apanha, recorda-se dos tempos em que a avó a levava para o terreno da família para

⁷⁵ Entrevista a Ana Rita Hora realizada a 05-10-2021, em Angeiras

⁷⁶ Rio que separa a freguesia de Lavra (Matosinhos) de Labruge (Vila do Conde), com 10,2 quilómetros de comprimento.

⁷⁷ Restaurante situado na Avenida da Praia de Angeiras, recorrentemente utilizado pela comunidade como ponto de referência espacial.

⁷⁸ Entrevista a Manuel dos Santos Miranda a 29-03-2022 na sua Casa de Mar, em Angeiras

ajudar no cultivo da terra e lhe dizia “não quero que olhes para ninguém!”, tendo em conta o mau ambiente familiar vivido, em grande parte, por desentendimentos entre a avó e as cunhadas decorrentes da atividade sargaceira: “houve ali muitas desavenças entre elas, muitas mesmo, não é, aqueles problemas familiares que vão e ficam [...] porque, lá está, era aquela coisa que a família ali não se dava e depois isto passava para os filhos. Depois os filhos tomavam as dores dos pais e isto tornava-se tudo muito complexo”⁷⁹.

De facto, a análise das memórias e interpretações de indivíduos que se relacionaram, direta ou indiretamente, com a apanha do sargaço permitiu reconstituir, de certa forma, uma realidade passada que pressupõe conhecimentos e técnicas, vestuário e instrumentos específicos que refletem o caráter identitário da prática e as dinâmicas culturais em seu torno. Para além disso, abordar etnograficamente as três gerações representativas possibilitou uma reflexão mais consciente acerca da transmissão de conhecimentos e do processo de construção da memória coletiva na comunidade piscatória de Angeiras.

7.2 Perspetivas atuais e futuras de utilização do sargaço

O sargaço compreende um conjunto de macroalgas com um potencial de aproveitamento muito amplo. Como já referido, a partir destas é possível extrair uma série de constituintes cujas propriedades podem ser aproveitadas por várias indústrias, nomeadamente médica, farmacêutica, química, alimentar e agrícola (Pereira, 2020, p. 7).

Contudo, atualmente, grande parte das macroalgas que surgem nas praias portuguesas acumulam-se no areal e aí ficam depositadas até as entidades municipais responsáveis as recolherem. A partir daí são encaminhadas para aterros e estações de lixo municipais, sem sofrerem qualquer tipo de aproveitamento, fazendo do sargaço um recurso natural amplamente desperdiçado (Martins et al., 2020, p. 6).

Posto isto, importa desenvolver alternativas viáveis que lhe concedam outro rumo, certamente mais ambiental e economicamente sustentável, considerando a valorização de novas indústrias marinhas, capazes de promover crescimento económico e a criação de emprego, para além do possível contributo

⁷⁹ Entrevista a Marlene Soares realizada a 18-11-2021, em Angeiras

na promoção de medidas de segurança alimentar e de apoio ao fornecimento de energia (Salvador, 2018 *apud* Couto, 2020, p. 5).

A indústria de algas marinhas é responsável pela criação de produtos cada vez mais procurados e diversificados, através da utilização de milhões de toneladas de algas que são recolhidas a partir do seu meio natural ou produzidas em regimes de aquacultura (McHugh, 2003 *apud* Duarte, 2018, p. 12). O desenvolvimento de conhecimento em torno dos ciclos biológicos das algas possibilitou a sua produção em sementeira artificial a partir de meados do século XX, o que, em consonância com uma procura crescente de macroalgas para variados fins, permitiu o desenvolvimento da tecnologia de cultivo em grande escala por parte de vários países, entre eles o Japão, a Noruega, a Finlândia, a Islândia e as Filipinas (Pereira, 2010, p. 6-7).

A riqueza nutricional associada a este recurso, juntamente com a “relação custo-eficácia” (Filipkowska et al., 2008 *apud* Duarte, 2018, p. 13) da recolha, potenciam a sua aplicação num conjunto alargado de produtos e indústrias. Uma das principais utilizações é na alimentação, enquanto produto natural baixo em calorias, cujo valor nutritivo é tão ou mais alto do que o dos vegetais terrestres. Tendo em conta a elevada presença de minerais (ferro e cálcio), proteínas, vitaminas e fibras na sua composição, constituem uma “boa solução para uma alimentação saudável” (Duarte, 2018, p. 13), ajudando a combater a carência de nutrientes essenciais e doenças relacionadas com a ingestão excessiva de açúcares (diabetes) ou gorduras (arteriosclerose) (Pereira, 2010, p. 3).

A valorização das macroalgas não se faz sentir apenas na alimentação humana, mas também na animal, visto que o seu baixo teor de gorduras e o elevado potencial antioxidante também têm influência no desenvolvimento dos mamíferos, dando origem a carne mais saudável (Duarte, 2018, p. 14); inclusivamente, como anteriormente referido, os peixes que se criam em ambiente marinho e em contacto com a flora algal são mais procurados por lhes estar associado um sabor mais intenso e agradável.

Em termos de comercialização industrial, as macroalgas ganham destaque, tendo em conta o seu potencial de utilização para a extração de ficocolóides⁸⁰ como o agar, as carragenanas e os alginatos, aplicáveis na alimentação enquanto substitutos de gordura em derivados lácteos, patês e molhos, na indústria cosmética e farmacêutica, na produção de géis e cremes e na extração de compostos com ação antivírica e antibacteriana, mas também na medicina dentária (produção de moldes dentários) ou

⁸⁰ Ver definição e características no cap. 2.1

no desenvolvimento da biotecnologia, possibilitando a “elaboração de meios de cultura gelificados (cultura de bactérias, algas, fungos e em cultura de tecidos)” (Pereira, 2010, p. 16).

Por fim, e de acordo com vários estudos, “entende-se que as vias mais promissoras para a valorização deste resíduo, e que devem ser exploradas, são a produção de biogás (*biochar*) e bioetanol, assim como a produção de composto ou aditivo para solos” (Duarte, 2018, p. 5). A produção de biocombustíveis a partir de macroalgas resulta de um processamento que é praticado na ausência de oxigênio, que permite transformar a biomassa em carvão vegetal/bio carvão, por meio de processos químicos e térmicos capazes de produzir uma fonte de energia renovável e contribuir para a redução das emissões de gases com efeito de estufa (Das et al., 2015 *apud* Martins et al., 2020, p. 5). A sua aplicabilidade enquanto adsorvente para tratamento de águas, aditivo de ração animal, fertilizante ou material isolante torna-o um produto comercial com uma procura crescente e sustentada.

A utilização de “biochar” na agricultura constitui uma grande vantagem, tanto em termos económicos como em termos de produtividade do solo, na medida em que, para além da sua eficácia enquanto aditivo nos fertilizantes, capaz de aumentar a absorção de nutrientes e a resistência a pragas e infeções (Zodape, 2001 *apud* Duarte, 2018, p. 17), o “biochar” é um material muito poroso e apresenta um teor mais elevado de carbono comparativamente com a biomassa original:, propriedades que fazem deste recurso uma mais-valia para a fertilização dos campos, aumentando a sua capacidade de retenção de água e reduzindo as necessidades de rega (CESAM, 2020)⁸¹.

Este modo de aproveitamento de resíduos de macroalgas constitui a alternativa mais viável para a reutilização do sargaço que, para além de evitar a sua inutilização/decomposição, torna possível a criação de um novo produto comercial com variados fins, nomeadamente “fertilizante, remediação de solos, como adsorvente para tratamento de águas, aditivo de ração animal e como material isolante” (Martins et al., 2020, p. 5).

Em termos agrícolas e alimentares, uma solução eficaz para a reutilização das macroalgas poderia passar, também, por um sistema de certificação do sargaço que acrescentasse valor aos alimentos, no âmbito da agricultura biológica, cuja produção pressupõe a ausência de fertilizantes artificiais e pesticidas.

Em Angeiras, a decomposição de algas na praia e a sua conseqüente inutilização têm preocupado as suas associações, cooperativas e habitantes que, sempre que possível e necessário, recolhem-nas

⁸¹ Centro de Estudos do Ambiente e do Mar da Universidade de Aveiro. Notícia na sequência de uma investigação realizada pelo docente Luís Tarelho e pelo investigador Flávio Silva, do Departamento de Ambiente e Ordenamento. Disponível em: <https://www.ua.pt/pt/noticias/9/64374>.

em pequenas quantidades para adubar os seus terrenos. Este clima de desconforto veio reforçar a necessidade de procurar soluções de reaproveitamento para o sargaço que, sazonalmente, se deposita nas praias.



Figura 36: Sargaço na Praia dos Pescadores. Angeiras, abril 2022

Conscientes do seu potencial de uso e em constante atualização, tal como Fernando Martinho afirma, apesar de em Portugal ainda não se aplicar essa experiência,

temos conhecimento de que estão a ser financiados projetos de utilização de algas para a produção de biomassa para energia e há empresas que esse estão a especializar como produtoras de algas; portanto, podemos dizer que este processo das algas, que era uma realidade arcaica e meio de subsistência, atualmente existem unidades adequadas de criação de algas em ambientes artificiais que se encontram em amplo desenvolvimento.⁸²

Neste sentido, em Angeiras, estão a ser desenvolvidos os estudos necessários para a aplicação de um projeto que tem como objetivo reutilizar, de outra forma, as macroalgas enquanto adubo e transformar a biomassa que o sargaço constitui em biocombustível:

⁸² Entrevista a Fernando Martinho a 04-04-2022, na sede da ASNASA, em Angeiras

o projeto que nós temos, durante o tempo em que o sargaço está a dar à costa, implica recolhê-lo com o trator, triturá-lo num equipamento destinado para o efeito, transformá-lo numa pasta que, ou é utilizada para produzir combustível ou, eventualmente, poderá ser seca e granulada para ser novamente utilizada enquanto adubo/fertilizante. Na prática, trata-se de o transformar, utilizando o próprio combustível que ele dá, para o secar e para outras utilizações.⁸³

Desta forma, tornar-se-á possível desenvolver um processo autossustentável de produção de energia para consumo local, capaz de abastecer as demais atividades relacionadas com a pesca.

Posto isto, torna-se possível afirmar que a produção de biogás representa uma das estratégias mais eficientes em termos de gestão de resíduos de biomassa, potenciando a sua reutilização e revelando-se uma mais-valia ambiental no combate ao aquecimento global e às alterações climáticas (CESAM, 2020). Desta forma, as novas indústrias marinhas deveriam apostar na criação de produtos com características inovadoras à base de “biochar”, contribuindo para um desenvolvimento sustentável, tanto em termos económicos como ambientais, e para a consolidação de uma economia circular cada vez mais necessária.

⁸³ Entrevista a Fernando Martinho a 04-04-2022, na sede da ASNASA, em Angeiras

8. CONCLUSÃO

Desde a criança a brincar na praia até ao idoso que já não tem atividade piscatória mas está a fazer coisas úteis para a comunidade, a multidisciplinariedade, a troca de conhecimentos transforma a praia num laboratório de aprendizagem por excelência. (Viegas, 2012, p. 67)

A comunidade piscatória de Angeiras formou-se, tal como grande parte dos aglomerados costeiros em Portugal, com base numa relação dialética entre a componente agrícola e a faina marítima. A exploração dos recursos haliêuticos, entre eles o sargaço, fertilizante natural de excelência, motivou a vinda de populações rurais para junto da costa em busca de melhores condições de vida, instalando-se, muitos deles, nas antigas Casas de Mar, utilizadas para guardar as embarcações e apetrechos com que os lavradores iam à pesca.

Enquanto prática secular complementar à agricultura, a intensificação do cultivo e a sua procura para exportação levaram a que a apanha do sargaço sofresse uma transformação socioeconómica estrutural, na medida em que passa a constituir uma atividade com um propósito comercial direto e começa a ser praticada por membros da comunidade piscatória, com melhores condições de trabalho e experiência de navegação.

Obedecendo a um procedimento de recolha exigente e demorado, em Angeiras, a variedade de tipologias de instrumentos (inseridos no sistema de dentes e/ou no sistema de rede) utilizados na apanha e os diferentes perfis sociológicos dos seus atores são reveladores da dupla natureza – agrícola e marítima – da prática sargaceira, intimamente ligada ao processo de movimento e fixação de populações à beira-mar e à constituição de muitos aglomerados piscatórios atualmente consolidados.

Analisando os dados obtidos através das entrevistas, são vários os membros da comunidade piscatória de Angeiras que recordam os tempos árduos da vida do sargaço e o sacrifício diário que faziam para garantir a sobrevivência das suas famílias. A necessidade obrigou-os a trabalhar desde muito cedo, acompanhando mães e avós na faina e desenvolvendo competências técnicas e mecanismos de adaptação ao meio envolvente.

A sazonalidade associada à apanha agrícola implicava a procura de atividades complementares que garantissem um rendimento anual, pelo que a população sargaceira desempenhava funções de jornaleiros ou serventes de barcos para sobreviverem aos Invernos rigorosos. Contudo, esta integração

de atividades pré-existentes veio, de facto, contribuir para o reforço de dois grupos sociais antagónicos: por um lado, os lavradores abastados e, por outro, a população desfavorecida que não possuía terrenos e que se ia instalando junto à costa na procura de melhores condições de vida. Estas dinâmicas de identidade que estão na origem de muitos núcleos costeiros refletem e justificam a sobreposição visível de formas agrícolas e piscatórias no terreno, demonstrativas do seu carácter sociológico híbrido e das influências várias de que são alvo.

A riqueza nutricional associada a este recurso natural despertou o interesse de várias indústrias a nível mundial, tendo em conta o potencial de aplicação de alguns constituintes de certas espécies de macroalgas, principalmente, na conceção de produtos alimentares, cosméticos e farmacêuticos. Esta valorização levou ao incremento da procura de certo tipo de algas, o que impulsionou a apanha manual seletiva e a dinamização da sua vertente comercial. Simultaneamente, a aplicação generalizada de adubos químicos, o alargamento das zonas balneares e a mecanização da apanha das algas para fins agrícolas levaram ao abandono da recolha manual de sargaço, o que implicou uma readaptação das práticas por parte da população piscatória.

Assim, ao longo da investigação abordou-se uma série de alternativas viáveis para o reaproveitamento do sargaço em Portugal. Além do seu potencial uso na indústria extrativa, outra solução impulsionadora da utilização deste recurso poderia passar por um sistema de certificação em estreita relação com a agricultura biológica, na medida em que a aplicação deste fertilizante natural nas colheitas agrícolas constitui uma mais-valia, melhorando o sabor dos produtos e contribuindo para a sustentabilidade das práticas.

Para além disso, em Angeiras, o atual cenário de desperdício e decomposição do sargaço tem preocupado a população e as entidades locais, pelo que já se encontra em desenvolvimento um projeto que visa transformar a biomassa que o sargaço contém em biocombustível, produzindo energia para consumo local e abastecendo as demais atividades piscatórias.

Por fim, tendo em conta a predisposição sociológica para a definição de papéis sociais, a apanha do sargaço constituía uma responsabilidade das mulheres e pressupunha técnicas, instrumentos e rituais específicos que devem ser valorizados e documentados enquanto elementos reveladores de um passado técnico, social e cultural da comunidade piscatória de Angeiras. Neste sentido, a reflexão em torno dos testemunhos de antigas sargaceiras e mulheres/filhas de pescadores contribuiu significativamente para a compreensão de uma realidade sociocultural passada, essencial para a sua evolução identitária enquanto grupo e para o processo de construção de memória(s) coletiva(s).

A presente investigação reúne um conjunto de informações e perspetivas úteis, não só para a construção de conhecimento em torno das comunidades marítimas portuguesas do litoral Norte, mas também para a afirmação e valorização dos discursos e vivências destes atores sociais acerca do seu próprio contexto, procurando refletir, sempre que possível, acerca das práticas e representações que organizam e orientam o quotidiano destas populações.

Identificar e valorizar saberes e tradições, aspetos materiais e simbólicos da comunidade piscatória de Angeiras permite, de certa forma, documentar formas de habitar, construir e produzir específicas que ameaçam desaparecer se não forem desenvolvidas políticas integradas de gestão, planeamento e proteção desse património, cujas estratégias de salvaguarda poderão passar por:

- a. Inventariação dos testemunhos materiais (instrumentos), identificando as suas características físicas e utilidade prática para a atividade sargaceira;
- b. Organização de uma exposição no município de Matosinhos em torno da cultura sargaceira que implique o levantamento de memórias diretas/indiretas da apanha e fotografias elucidativas dessa realidade, a par da dinamização de debates e palestras com membros da população local e conhecedores do tema;
- c. Desenvolvimento de iniciativas de poder local que valorizem a história e as raízes culturais da sua população, como desfiles, apresentações ou recriações históricas e etnográficas em espaços públicos do município;
- d. Dinamização de pequenas apresentações e atividades pedagógicas a realizar nas escolas do município, promovendo a partilha intergeracional e a aquisição de conhecimento em torno de uma realidade cultural anterior que faz parte do seu universo identitário.

A realização deste trabalho permitiu a construção de conhecimento em torno do universo marítimo e piscatório e o contacto direto e privilegiado com os saberes e as vivências, mais ou menos diretas, da população de Angeiras. Este património de saberes pode (e deve) ser alvo de ações de promoção e dinamização, não se esgotando apenas neste exercício académico: para isso, numa lógica de continuidade, deixa-se em aberto a possibilidade de realização de uma exposição fotográfica conjunta num espaço cultural do concelho (idealmente o MUMMA – Museu da Memória de Matosinhos), com as imagens captadas ao longo da investigação, fotografias de membros da comunidade e de alguns fotógrafos profissionais previamente identificados que possam dar o seu contributo imagético. Esta iniciativa poderia fazer-se acompanhar de um ciclo de debates/conversas em torno da temática,

convidando membros da comunidade a partilhar recordações e vivências suas, mas também curiosos e estudiosos do tema, numa tentativa de incentivar a partilha conjunta e a co-criação de conhecimento, acessível às gerações vindouras.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amorim, Vanessa (2018). *Aleatoriedade e incerteza na comunidade piscatória de Setúbal*. Centro em Rede de Investigação em Antropologia, ISCTE/Instituto Universitário de Lisboa.
- Banks, Markus (2009). *Dados visuais para pesquisa qualitativa*. Artmed.
- Branco, Francisco (2018). *Comunidades Piscatórias e mudança social; alterações climáticas, transferência de conhecimento e estratégias de adaptação*. Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento.
- Brandão, Raul (1923). *Os Pescadores*. Porto Editora. Porto, 2004.
- Burgess, Robert (1982). *Field Research: A Sourcebook and Field Manual*. Routledge.
- Campos, Ricardo (2011). Imagem e tecnologias visuais em pesquisa social: tendências e desafios. *Análise Social*, 46 (199), 237-259.
- Cole, Sally (1994). *Mulheres da Praia: O trabalho e a vida numa comunidade costeira*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Correia, David (2013). *Apúlia: Processo de transformação morfológica numa frente marítima*. Escola Superior Gallaecia. Dissertação de Mestrado.
- Couto, Joana Sá (2019). *Uma etnografia da comunidade piscatória de Setúbal: em defesa de uma antropologia de envolvimento*. Grupo de Investigação Ambiente, Território e Sociedade ICS-ULisboa.
- Couto, Maria (2020). *A pesca artesanal na praia da Aguda – Condições de vida e trabalho dos pescadores*. Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.
- Duarte, Rita (2018). *Avaliação do potencial de valorização da biomassa residual de macroalgas marinhas no norte de Portugal*. Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.
- Escallier, Christine (1999). O papel das mulheres da Nazaré na economia haliêutica. *Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 3 (2), 299-308. DOI: 10.4000/books.etnograficapress.3646
- Escallier, Christine (2018). Investigar: Guia Etnográfico das sociedades marítimas e piscatórias. *Argos: Revista do Museu Marítimo de Ílhavo*, 6, 28-43.
- Felgueiras, Guilherme (1958). *Monografia de Matosinhos*. Oficinas Gráficas de Ramos, Afonso & Moita.
- Ferreira, Pedro (2018). *Arte Xávega, Alterações Climáticas e a Comunidade Piscatória de Espinho*. Universidade de Aveiro. Dissertação de Mestrado.
- Figuerola, Abilio (2013). *Etnografia dos Lugares* (2013). Ediciones Navarra. Escola Nacional de Antropologia e História.
- Gruber, Rosana (2001). *La etnografía, método, campo y reflexividad*. Bogotá: Grupo Editorial Norma.
- GTL, Grupo de Trabalho do Litoral (2014) Sumário Executivo e Recomendações. Agência Portuguesa do Ambiente. Disponível em: https://conselhonacionaldaagua.weebly.com/uploads/1/3/8/6/13869103/sumarioexecutivo_final_10_novembro_2014.pdf.
- Hall, Edward (1986). *A Dimensão Oculta*. Relógio D'Água.
- Harvey, David (2010). *The Enigma of Capital and the Crises of Capitalism*. London: Profile Books

- Jaramillo, Jéssica (2012). *Casas do Povo, Casas dos Pescadores: a dimensão arquitetónica de um organismo para o desenvolvimento social*. Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.
- Lima, Maria Alves (1955). *Matosinhos: contribuição para o estudo da linguagem, etnografia e folclore do concelho*. Universidade de Coimbra. Dissertação de Licenciatura.
- Lynch, Kevin (1960). *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70.
- Marçal, Horácio Alves (1973). O sargaço na orla marítima, entre Leça da Palmeira e a Foz do Ave (história, recolha e costumes). *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, 20, pp. 55-82.
- Martins, Humberto (2013). Sobre o lugar e os usos da imagem na antropologia: notas críticas em tempos de audiovisualização do mundo. *Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 17 (2), 395-419. <https://doi.org/10.4000/etnografica.3168>.
- Martins, Maria, Soares, Cristiano, Pereira, Ruth, Rubal, Marcos & Fidalgo, Fernanda (2020). Sargaço – importância ecológica, riscos e potenciais aplicações. *Captar: ciência e ambiente para todos*, 9 (1), pp. 1-8.
- McGoodwin, James (2001). *Understanding the Cultures of Fishing Communities*. FAO – Departamento de pescas.
- McLuhan, Marshall & Powers, Bruce (1989). *The Global Village: Transformations in world life and media in the 21st century*. Oxford University Press.
- Monteiro, Renata (2015). *A Rua e as Meias Casas dos Pescadores de Caminha*. Escola Superior Gallaecia. Dissertação de Mestrado.
- Oliveira, Ernesto Veiga de & Galhano, Fernando (1958). *Apanha do sargaço no Norte de Portugal*. Instituto de Antropologia da Universidade do Porto.
- Oliveira, E., Galhano, F. & Pereira, B. (1990). *Actividades agro-marítimas em Portugal*. Etnográfica Press.
- Pereira, Leonel (2010). *As algas marinhas e respetivas utilidades*. Departamento de Botânica, Laboratório de Microscopia e Ficologia, Universidade de Coimbra.
- Pereira, Leonel (2019). Utilização Tradicional de Algas Marinhas na Agricultura em Portugal. *Revista da Marinha*, nº 1008, março/abril 2019.
- Pereira, Leonel (2020). *Extração, caracterização e utilização das carragenanas*. Departamento de Botânica, Laboratório de Microscopia e Ficologia, Universidade de Coimbra.
- Pereira, Sandra (2017). *O mar português no contexto europeu*. Academia de Ciências de Lisboa.
- Pink, Sarah (2017). *Doing Visual Ethnography*. Sage.
- PRCM (Programa Regional de Conservação da Zona Costeira e Marinha da África Ocidental) (2011). *Descobrimo o ambiente costeiro da África Ocidental – Caderno dos Conhecimentos*. Programa Regional de Educação Ambiental. UICN Guiné-Bissau.
- Ramos, António Francisco (1943). *Lavra: Apontamentos para a sua monografia*. Porto: Livraria Simões Lopes.
- Ramos, Natália (2016). Espaços, Culturas, Identidades e Saúde em comunidades marítimas piscatórias. Mulheres entre praias e marés. Em Pina, H., Remoaldo, P. & Ramos, C. (Eds.). *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu: Repensar os problemas socioeconómicos e ambientais, reposicionar as políticas de desenvolvimento territorial*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 308-321.
- Restrepo, Eduardo (2018). *Etnografía: Alcances, técnicas y éticas*. Fondo Editorial de la Universidad

- Nacional Mayor de San Marcos/Facultad de Ciencias Sociales.
- Ribeiro, C. (coord.), Ferreira, E., Dias, I., Lopes, N., Guerra, P. (2009). *Contributos para o Plano de Intervenção para a Regeneração Urbana do Bairro dos Pescadores em Matosinhos: Plano Estratégico – Intervenção para a sustentabilidade social do Bairro*. Universidade do Porto.
- Sá, M., Ramalho, J., Maia, M. (1991). *A agricultura antes da mecanização em Lavra*. Lavra: Associação de Trabalho Social e Voluntário de Lavra.
- Sampaio, Alberto (1979). *Estudos Económicos: As Vilas do Norte de Portugal*. Editora Vega.
- Sant'Anna, Marina (2018). *A segurança da Navegação Marítima na Bacia do Mediterrâneo frente à legislação europeia e italiana: o caso do cruzeiro "Costa Concordia"*. Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado.
- Silva, Cristiana (2020). *Lugares e escalas de um núcleo piscatório: as casas de Vila Chã*. Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado.
- Silva, Diana Isabel Rocha (2014). *Comunidade Piscatória de Vila Chã (Vila do Conde) – Pescadeiras, pescadores e embarcações de pesca*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.
- Silva, Eduardo Lopes da (1983). Angeiras (Praia): o Povo e o Mar. *Separata do Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 27.
- Tedim, F. & Viegas, M. (2012). *Pequenas comunidades piscatórias nas paisagens litorais do norte: da lenta 'agonia' à revitalização*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Instituto de Investigação das Pescas e do Mar.
- Venda, Sara Agra da (2019). *Entre mar e rio: as dinâmicas sociais da vila de Fão representadas no tempo*. Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado.
- Viegas, Maria do Céu (2012). *Comunidades piscatórias e bio-recursos marinhos: estratégias para políticas de desenvolvimento e gestão sustentáveis*. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento.